



ARQUIVOS DO MUNDO DOS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO

ORGANIZADORES Antonio José Marques e Sonia Troitiño



Coleção: Arquivos, Memória,
Verdade, Justiça e Reparação

Comunicações do 4º Seminário
Internacional o Mundo dos
Trabalhadores e seus Arquivos

VOLUME 1

ANTONIO JOSÉ MARQUES – SONIA TROITIÑO
Organizadores

**ARQUIVOS DO MUNDO DOS
TRABALHADORES
DA CIDADE E DO CAMPO**

Coleção: Arquivos, Memória, Verdade, Justiça e Reparação
Comunicações do 4º Seminário Internacional
O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos

Volume 1

Rio de Janeiro – São Paulo
2016

Copyright 2016 Arquivo Nacional – Central Única dos Trabalhadores - CUT- Brasil

Arquivo Nacional

Praça da República, 173 - 20211-350, Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Telefone: (21) 2179-1273 Fax: (21) 2179-1297

E-mail: pi@arquivonacional.gov.br

www.arquivonacional.gov.br

Central Única dos Trabalhadores

Rua Caetano Pinto, 575 – 03041-000, São Paulo - SP - Brasil

Telefone: (11) 2108-9200

E-mail: cut@cut.org.br

www.cut.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arquivos do mundo dos trabalhadores da cidade e do campo / organizadores Antonio José Marques e Sonia Troitiño. – Rio de Janeiro : Arquivo Nacional ; São Paulo : Central Única dos Trabalhadores, 2016.

162 p. ; il. ; – (Arquivos, Memória, Verdade, Justiça e Reparação.

Comunicações do 4º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos, v. 1).

ISBN 978-85-60207-84-8 – ISBN 978-85-89210-61-4

1. Trabalhadores - Arquivos. 2. Trabalhadores - Memória.
3. Trabalhadores - História. 4. Documentos - Preservação. 5. Direitos Humanos. 6. Sindicalismo. 7. Movimentos sociais. I. Marques, Antonio José. II. Troitiño, Sonia. III. Série.

CDU 331(091)

CDD 331.09

(Bibliotecário responsável: Adalto da Silva Carvalho – CRB 08/9152)

Presidente da República

Michel Temer

Ministro de Estado da Justiça e Cidadania

Alexandre de Moraes

Diretor-Geral do Arquivo Nacional

José Ricardo Marques

Coordenação do Centro de Referência Memórias Reveladas

Inez Stampa e Vicente Arruda Câmara Rodrigues (coordenadores)

Carla Machado Lopes

Cristiane Santos de Farias

Jucélia Santos Neves

Rodrigo de Sá Netto

Presidente da Central Única dos Trabalhadores

Vagner Freitas de Moraes

Secretário-Geral

Sérgio Nobre

Secretária-Geral Adjunta

Maria Aparecida Godói de Faria

Centro de Documentação e Memória Sindical

Antonio José Marques (coordenador)

Adalto da Silva Carvalho

Dinalva Alexandrina de Oliveira Botasoli

Ivane Loz

Tatiani Carmona Regos

Coordenadores da Coleção

Antonio José Marques e Inez Stampa

Organizadores

Antonio José Marques e Sonia Troitiño

Revisão

Rodrigo de Sá Netto

Projeto Gráfico e Diagramação

Inez Stampa

Capa

Alzira Reis – Coordenação de Pesquisa e Difusão do Acervo – Arquivo Nacional

Fotografia da Capa: João Bittar – Cortejo de trabalhadores assassinados em Leme/SP, 1986 - Acervo Cedoc CUT

Promoção

Arquivo Nacional/Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas

Central Única dos Trabalhadores – CUT-Brasil

Organização

Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Amorj/UFRJ

Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores – Cedoc/CUT

Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista – Cedem/Unesp

Centro de Referência Memórias Reveladas – Arquivo Nacional – MR/AN

Grupo de Pesquisa Trabalho e Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Trappus/ PUC-Rio/CNPq

Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas – NDH/UFPeI

Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba – NDH/UEPB – Guarabira

Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ

Comissão Científica

Ana Maria de Almeida Camargo (Brasil)

Lorena Almeida Gill (Brasil)

Beatriz Ana Loner (Brasil)

Marco Aurélio Santana (Brasil)

Elina Pessanha (Brasil)

Martinho Guedes dos Santos Neto (Brasil)

Heloísa Liberalli Bellotto (Brasil)

Ramon Alberch Fugueras (Espanha)

Inez Stampa (PUC-Rio)

Rodolfo Porrini (Uruguai)

John D. French (EUA)

Sonia Troitiño (Brasil)

Leonilde Servolo de Medeiros (Brasil)

Comissão Organizadora

Antonio José Marques e Tatiani Carmona Regos

Centro de Documentação e Memória Sindical, Central Única dos Trabalhadores

Carla Machado Lopes, Cristiane Santos de Farias, Rodrigo Sá Netto e Vicente Rodrigues

Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil - Memórias Reveladas, Arquivo Nacional

Marco Antonio S. Teixeira

Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Apoio

Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal - Fenae

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp

Fundação Rosa Luxemburgo

Departamento de Serviço Social da PUC-Rio- DSS/PUC-Rio

Unisoli Turismo

Sindicato dos Químicos de São Paulo

Sumário

Prólogo

Trabalhadores, Arquivos, Memória, Verdade, Justiça e Reparação 09

Apresentação 15

Sonia Troitiño e Antonio José Marques

A reforma administrativa de 1967 e seus impactos 20

Heliene Chaves Nagasava

Os arquivos da Justiça do Trabalho e a memória dos trabalhadores baianos 30

Rita de Cássia Mendes Pereira

Os petroleiros de Mauá e seu arquivo: possibilidades de preservação da memória 45

Caio Vinicius de Castro Gerbelli

Centro de Documentação e Pesquisa vergueiro (CPV); um arquivo para a história das lutas dos trabalhadores no Brasil 59

Paula Ribeiro Salles

As experiências de estruturação do Centro de Documentação e Memória da Escola Sindical 7 de Outubro 75

Emanoel José Mendonça Sobrinho

Maria Alves Campos

A pesquisa nos arquivos de uma ex-estatal: a experiência de identificação e catalogação do acervo da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) 89

Sabrina de Oliveira Moura Dias

Edgard Domingos A. Tonolli Bedê

Bruno Cecílio de Oliveira

Os trabalhadores rurais de Vitória da Conquista e as fotografias de um protesto	109
Kamilla Dantas Matias	
Verônica Pinheiro Meira	
A representação iconográfica da Comissão Nacional da Verdade nas charges de Carlos Latuff	121
Rozinaldo Antonio Miani	
Programa do Seminário	153



PRÓLOGO

Trabalhadores, Arquivos, Memória, Verdade, Justiça e Reparação

É com grande satisfação que o Arquivo Nacional e a Central Única dos Trabalhadores (CUT-Brasil) apresentam a coleção *Arquivos, Memória, Verdade, Justiça e Reparação: comunicações do 4º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*. Esta coleção tem origem no seminário realizado entre os dias oito e dez de junho de 2016, na cidade de São Paulo, com o apoio da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal – Fenaec, da Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp, da Fundação Rosa Luxemburgo, do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - DSS/PUC-Rio, da Unisoli Turismo e do Sindicato dos Químicos de São Paulo, que também sediou o evento.

A organização do evento esteve a cargo do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Amorj/UFRJ, do Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores – Cedoc/CUT, do Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista – Cedem/Unesp, do Centro de Referência Memórias Reveladas do Arquivo Nacional – MR/AN, do Grupo de Pesquisa Trabalho e Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Trappus/ PUC-Rio/CNPq, do Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas – NDH/UFPel, do Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba – NDH/UEPB – Guarabira e do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ.

O Seminário promoveu conferências, palestras e reflexões sobre os arquivos dos trabalhadores e dos movimentos sociais da cidade e do campo, discutindo suas ações, histórias e memórias. Essa quarta edição do evento, adotando como tema central “Memória, Verdade, Justiça e Reparação”, destacou os arquivos e documentos dos trabalhadores e a importância da recuperação, organização e divulgação destas fontes fundamentais para o direito à verdade, à memória e à justiça, em um momento em que a

Comissão Nacional da Verdade tinha concluído suas atividades, com a entrega do relatório final há pouco mais de um ano.

O evento contou com a participação de conferencistas e especialistas de diferentes nacionalidades que debateram, a partir de múltiplas perspectivas disciplinares, questões relacionadas ao universo dos arquivos, da história e da memória dos trabalhadores da cidade e do campo. Constituiu-se, assim, num fórum privilegiado para a troca de informações, incentivando a recuperação e a preservação dos arquivos e da memória dos trabalhadores e de suas organizações.

Durante o evento foi realizado o ato público pelo Dia Internacional de Arquivos, data comemorativa estabelecida pelo Conselho Internacional de Arquivos, órgão da Unesco.

Foram proferidas conferências e palestras ministradas por convidados nacionais e internacionais e foram realizadas quatro sessões de comunicações orais de trabalhos com temáticas de interesse do seminário. Nesta coleção, dividida em três volumes, estão reunidos os trabalhos apresentados nas sessões de comunicações.

O Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos surgiu com o objetivo de debater os documentos mantidos nos arquivos operários, rurais, sindicais e populares, e as particularidades que envolvem o tratamento desses acervos, constituindo-se em um fórum privilegiado para a transferência de informações e de incentivo à recuperação e preservação dos arquivos dos trabalhadores e de suas organizações. Para além desse objetivo inicial, surgiram outros temas que também concernem ao mundo do trabalho e dos trabalhadores, como a necessária discussão sobre o direito à memória e à verdade, diante da Comissão Nacional da Verdade, e a questão da justiça e reparação para os crimes das ditaduras no Brasil e na América Latina.

A divulgação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, em dezembro de 2014, foi um importante avanço no processo brasileiro de redemocratização, significando um marco da luta pela recuperação da memória e da verdade sobre o passado recente do país, condição indispensável para a plena restituição do poder político ao povo brasileiro. Mais do que isso, o relatório, em que pese suas insuficiências e eventuais omissões, foi passo importante para avançar na reparação dos crimes cometidos pela ditadura, em especial

contra os trabalhadores, um dos grupos mais duramente atingidos pelo regime, como também mostraram os relatórios da Comissão Nacional da Memória, da Verdade e Justiça da CUT e o da Comissão Camponesa da Verdade, aprofundando o conhecimento sobre o funcionamento do sistema repressivo estatal e suas vítimas.

Contudo, longe de representar um ponto final, os documentos lançam questionamentos e recomendações que precisam ser discutidos e encaminhados pelo Estado e pela sociedade civil. Neste contexto, e diante do fato de que inúmeras comissões da verdade estaduais, municipais, universitárias, regionais e setoriais ainda estão em atividade, faz-se fundamental o prosseguimento e a intensificação das discussões ligadas à memória, à verdade, à justiça e à reparação. Ademais, é preciso discutir o papel das empresas e dos empresários no apoio e sustentação da ditadura, situação que vem avançando principalmente na Argentina.

Com esse propósito, o *4º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos – Memória, Verdade, Justiça e Reparação* foi um espaço voltado para debater a recuperação e a preservação dos arquivos dos trabalhadores e, também, para a discussão desses grandes temas, no Brasil e na América Latina, trazendo à tona a relação entre arquivos e direitos humanos. Reconhecendo as similaridades históricas da região, conferindo a esses tópicos o mesmo peso por todo o continente, foi destacada a importância de se lançar um olhar mais aprofundado sobre os múltiplos processos de redemocratização e a sua interface com o universo dos trabalhadores.

Foram realizadas conferências, mesas redondas e sessões de comunicações, girando em torno de questões pertinentes aos trabalhadores, no ambiente laboral ou cotidiano, e aos arquivos produzidos sobre eles ou pelos próprios, buscando aprimorar o entendimento sobre esse universo e recuperar temas e problemáticas, tornados invisíveis durante a ditadura, que possam contribuir para o avanço da justiça e da recuperação da memória daquele tempo. Além disso, destacou-se a reflexão sobre a organização dos arquivos do mundo dos trabalhadores produzidos na atualidade.

As sessões temáticas, em número de quatro, e que deram origem a esta coleção, trataram de temas atinentes ao eixo central do Seminário. A primeira sessão de comunicações, intitulada *Os arquivos do mundo dos trabalhadores da cidade e do campo*

teve por objetivo promover o intercâmbio de experiências sobre temas relacionados a estudos, projetos e trabalhos de recuperação, organização, preservação e disponibilização de fundos, coleções e documentos vinculados ao mundo dos trabalhadores da cidade e do campo. Nessa perspectiva, os trabalhos apresentados, abordaram temas referentes às comissões da verdade, movimento sindical, bem como aos movimentos sociais e grupos organizados para a defesa de direitos dos trabalhadores, além de abordagens sobre políticas de implantação de arquivos e centros de documentação em entidades dos movimentos sociais e sindicais, organizações políticas e partidárias, e em órgãos públicos e privados referenciando experiências desenvolvidas em instituições que promovem a organização, preservação e difusão pública de documentação de valor histórico e cultural.

A segunda sessão de comunicações, denominada *Justiça, reparação e direito dos trabalhadores da cidade e do campo* buscou agregar pesquisadores que discutem de forma abrangente as questões abordadas pelas comissões da verdade estabelecidas em diversos países da América Latina no âmbito das diferentes transições democráticas. Dessa forma, trouxe para o debate reflexões sobre os relatórios destas comissões no que tange aos trabalhadores e às reparações a que têm direito. Foram apresentadas pesquisas que discutem os acessos dos trabalhadores à Justiça e suas lutas por direitos, além de trabalhos sobre processos judiciais que demandaram ou deveriam demandar a consulta aos acervos trabalhistas. Os diálogos com pesquisadores das diversas áreas do conhecimento, que valorizam a interdisciplinaridade para o estudo das classes trabalhadoras e dos processos judiciais a elas referentes também contribuíram para o entendimento da complexidade de tais problemáticas e para a ampliação de possibilidades de respostas.

Já a terceira sessão abordou o tema *Trabalho, gênero, raça e sociabilidade no mundo dos trabalhadores da cidade e do campo*. Contou com a participação de pessoas interessadas em discutir, ouvir e/ou apresentar pesquisas sobre questões que envolvem os diversos tipos de trabalhadores e trabalhadoras no ambiente de trabalho e fora dele, no cotidiano. No que se refere ao ambiente de trabalho, foram discutidas as onipresentes relações de gênero, etnia, raça, sexualidade e as formas de opressão, repressão, discriminação e sociabilidades, envolvendo estas identidades. Quanto ao cotidiano, a partir do entendimento que o trabalhador é também um morador de uma localidade, um membro de uma dada

comunidade, um cidadão, com cultura e hábitos de lazer e vivência próprios, os trabalhos buscaram integrar estas facetas à construção de sua identidade.

Por fim, na quarta sessão, intitulada *Repressão, resistência e memória dos trabalhadores da cidade e do campo*, as comunicações trouxeram resultados de pesquisas que evidenciem atos de violação de direitos (perseguição, tortura, desaparecimento, assassinato, exílio, agressões físicas e psicológicas, etc.) contra trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade no Brasil e/ou em outros países da América Latina, além de ações de resistência dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, e de atores e entidades parceiras dos trabalhadores (como entidades sindicais, organizações das igrejas, advogados, etc.), as práticas violentas cometidas contra eles, bem como abordou ações coletivas dos que lutavam por terra, moradia, direitos trabalhistas, democracia, etc. Foi debatida também a articulação entre agentes públicos e privados, em especial empresas, na repressão aos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade e às suas entidades parceiras nas ditaduras no Brasil e/ou em outros países da América Latina.

O seminário, que é aberto a todos que se interessam pelo mundo dos trabalhadores, seus arquivos, sua memória e sua história, foi dirigido a sindicalistas e militantes sindicais, e principalmente, a profissionais com atuação na área de arquivos e centros de documentação operários, rurais, sindicais e populares; a profissionais de arquivos públicos e privados que mantêm sob sua guarda acervos de organizações dos trabalhadores da cidade e do campo; a arquivistas, historiadores, cientistas políticos e sociais, documentalistas, bibliotecários e estudantes.

O público interessado no mundo dos trabalhadores, seus arquivos, sua história e memória, assim como na área dos direitos humanos, justiça e reparação para as vítimas dos crimes da ditadura, era formado por sindicalistas, assessores sindicais, funcionários de arquivos e centros de documentação sindicais, servidores de arquivos públicos que mantêm sob a sua guarda acervos sobre os trabalhadores, arquivistas, historiadores e profissionais das áreas de ciências humanas. Ressalta-se a participação de estudantes e de militantes do campo dos direitos humanos.

A riqueza dos trabalhos apresentados nas sessões de comunicações temáticas logo evidenciou a necessidade de reuni-los em uma publicação, com o objetivo de difundir essas

informações e promover o tão necessário debate sobre os arquivos do “mundo dos trabalhadores”. Nesse sentido, cabe um agradecimento a todos os autores que se dispuseram a converter suas apresentações orais nos textos que ora compõem a presente coleção.

Dirigida a sindicalistas, militantes sindicais, arquivistas, historiadores, documentalistas, bibliotecários, cientistas sociais, juristas, bem como a outros profissionais, pesquisadores e estudantes com atuação na área dos arquivos operários, rurais e sindicais, esta coleção, nos seus três volumes, é um verdadeiro testemunho da importância dos arquivos para a compreensão da história de lutas da classe trabalhadora. E, nesse sentido, é leitura recomendada para todos os que se interessam pelo assunto.

Por fim, registre-se que os artigos apresentam uma pluralidade de visões, interesses e objetos de estudo, o que demonstra a riqueza dos acervos do mundo dos trabalhadores. Duas características, contudo, unem os textos e garantem coesão a esta obra. Por um lado, a temática do direito à memória, verdade, justiça e reparação e sua relação com os trabalhadores que resistiram e foram vítimas de violações de direitos durante o regime exceção, tema ainda candente de reflexões e ações mais efetivas por parte do Estado e da sociedade brasileira. Por outro lado, ressalta a compreensão de que os trabalhadores são sujeitos essenciais da história recente do País. E continuarão a sê-lo.

Rio de Janeiro/São Paulo, dezembro de 2016.

Arquivo Nacional

Central Única dos Trabalhadores

Apresentação

Sonia Troitiño¹

Antonio José Marques²

Desde sua primeira edição, em 2008, o Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos vem incentivando a organização e preservação de acervos mantidos por instituições e pessoas desse meio, assim como em arquivos públicos e privados, evidenciando e propondo reflexões sobre importantes fontes de pesquisa do mundo do trabalho e de seus sujeitos, discutindo especialmente as particularidades que envolvem o tratamento, difusão e uso dessa documentação. O Seminário constitui um fórum privilegiado para o compartilhamento de informações, para saber mais sobre o atual estado do tema e incentivar a recuperação da memória da luta laboral e de suas organizações, ao reunir trabalhadores, sindicalistas, militantes sociais, estudiosos e especialistas que apresentam reflexões e estudos sobre os arquivos dos trabalhadores da cidade e do campo.

Em 2016, após os resultados apresentados pela Comissão Nacional da Verdade e pelas diversas comissões regionais e setoriais, como a Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT, emergiu de modo bastante preeminente o debate sobre o direito à memória e à verdade e sobre a questão da justiça e reparação para as vítimas dos crimes cometidos pelas ditaduras no Brasil e na América Latina. Assim, para a 4ª edição do seminário foi eleito o tema “Memória, Verdade, Justiça e Reparação”, considerando que, similarmente ao Brasil, diversos países latino-americanos viveram regimes ditatoriais, com violações sistemáticas dos direitos humanos, perseguições aos trabalhadores, às suas organizações e aos movimentos sociais.

Dessa forma, um dos intuitos do seminário – para além das discussões sobre arquivos e direitos humanos e das várias leituras históricas dos episódios de perseguição e repressão aos trabalhadores – foi o de revelar novas e rever antigas fontes, por meio da recuperação, organização e divulgação dos arquivos dos trabalhadores, de movimentos sociais e suas

¹ Centro de Documentação e Memória da UNESP (Cedem/Unesp).

² Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (Cedoc/CUT).

organizações, na medida em que esses acervos constituem um importante manancial de informações em prol aos direitos humanos e para a busca por justiça e reparação para as vítimas dos crimes das ditaduras no continente.

No caso específico do Brasil, a divulgação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em dezembro de 2014, constituiu um marco da luta pela recuperação da memória e da verdade sobre o passado recente do país, em busca da consolidação do processo de redemocratização, o qual ainda carece de efetivação, na medida em que é preciso exigir a aplicação das recomendações da CNV. Seminários como este são importantes neste processo.

Este volume, o primeiro da coletânea decorrente das comunicações apresentadas na 4ª edição do seminário, destinado à sessão Os arquivos do mundo dos trabalhadores da cidade e do campo, se volta para o intercâmbio de experiências sobre tópicos relacionados a estudos, projetos e trabalhos de recuperação, organização, preservação e disponibilização de fundos, coleções e interpretação de documentos vinculados ao mundo dos trabalhadores da cidade e do campo.

Nessa perspectiva, as discussões se ocuparam da documentação sindical urbana e rural, de acervos públicos e privados de interesse dos trabalhadores, particularmente referentes às comissões da verdade, assim como de arquivos iconográficos. Portanto, atenderam plenamente as expectativas dos promotores, organizadores e participantes do seminário.

Os artigos aqui reunidos teceram um rico painel de pesquisas e experiências de organização de arquivos sindicais e de interesse dos trabalhadores, implantação de centros de documentação, organização e análises de acervos iconográficos, de políticas públicas, de recuperação de arquivos do judiciário trabalhista, de estudos de categorias profissionais, lutas e greves: formas de resistências dos trabalhadores na cidade e no campo. A amplitude de representação geográfica tratada nos trabalhos permitiu delinear um panorama geral da repressão do regime militar sobre os trabalhadores, suas organizações e como esses lutaram e resistiram.

Ao todo, este livro é composto por oito artigos, que, para uma melhor organização lógica, foram dispostos em três blocos temáticos: Arquivo e Memória; Centros de Documentação e Fontes de Pesquisa; Documentos e Interpretação.

Os três primeiros artigos relacionados à temática Arquivo e Memória buscam estabelecer relações entre a preservação e organização de arquivos, a contextualização de informações e a recuperação dos vínculos entre a memória coletiva e a individual.

Heliene Chaves Nagasava, em seu trabalho *A reforma administrativa de 1967 e seus impactos*, demonstra a importância do estudo da legislação concernente à estrutura administrativa para compreender e contextualizar a informação gerada em determinada época. A partir do decreto-lei 200/1967, explora a configuração dos setores de informação que formavam a rede de controle e repressão do Estado, demonstrando de um modo bastante interessante como o conhecimento sobre as modificações na estrutura administrativa pode representar um facilitador do rastreamento de arquivos e informações relativas ao aparelho repressivo brasileiro.

Os processos das antigas Juntas de Conciliação e Julgamento, hoje Varas do Trabalho, são o foco do trabalho de Rita de Cássia Mendes Pereira, *Os arquivos da Justiça do Trabalho e a memória dos trabalhadores baianos*. O artigo discute a importância da documentação da Justiça do Trabalho para o desenvolvimento da historiografia sobre a temática, em larga medida dependente das ações de recuperação e preservação documental, como meio de recuperação da memória dos indivíduos, grupos sociais e instituições retratadas nas fontes do judiciário trabalhista.

O artigo de Caio Vinicius de Castro Gerbelli, *Os petroleiros de Mauá e seu arquivo: possibilidades de preservação da memória*, discute a relação entre estruturação de um arquivo de sindicato, com suas funções elementares de organização, preservação e difusão de documentos, e as possibilidades de pesquisa histórica a partir de fontes antes pouco conhecidas. Ademais de tratar da repressão sobre os trabalhadores petroleiros, vê a necessidade de fomentar a salvaguarda de arquivos e documentos de outros ofícios.

Temos dois artigos com a temática Centros de Documentação e Fontes de Pesquisa. O primeiro apresenta e trata da potencialidade investigativa presente no acervo do Centro de

Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV). O segundo trata da implantação do Centro de Documentação e Memória da Escola Sindical 7 de Outubro.

A historiadora Paula Ribeiro Salles, em *Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV): Um arquivo para a história das lutas dos trabalhadores no Brasil*, expõe a experiência da instituição na constituição de acervo, refletindo sobre a questão da custódia e custo da manutenção do patrimônio documental. À semelhança de diversas instituições com perfil similar, a autora coloca em debate como a falta de investimentos em instituições de memória acaba por fragilizar o resguardo de documentos de valor históricos. Isso levou o CPV a doar o seu acervo para o Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) da Unicamp. Todavia, Paula registra a sua organização, quantificação e os projetos realizados de digitalização e divulgação do acervo, importantes para os pesquisadores e a nova instituição custodiadora.

Já Emanuel José Mendonça Sobrinho e Maria Alves Campos trazem as experiências de estruturação do Centro de Documentação e Memória Sindical da Escola Sindical 7 de Outubro, em um artigo com o mesmo nome. A intenção do trabalho é analisar as iniciativas de estruturação e revitalização desse Centro de Documentação, localizado em Belo Horizonte - MG. O trabalho destaca a contribuição da documentação para o reforço da identidade da primeira escola sindical da Central Única dos Trabalhadores, destacando as lutas da classe trabalhadora por democracia e direitos no Brasil.

Três são os artigos identificados com a temática Documentos e Interpretação. Um trata de documentos de uma empresa que são de interesse dos trabalhadores na luta por memória, verdade, justiça e reparação e os dois outros são relacionados à interpretação de documentos iconográficos.

A pesquisa nos arquivos de uma ex-estatal: a experiência de identificação e catalogação do acervo da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), de autoria de Edgard Tonolli Bedê, Bruno Cecílio de Oliveira e Sabrina de Oliveira Moura Dias, traça uma interessante narrativa do processo que levou à abertura do arquivo da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) aos pesquisadores da Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda, fruto de negociação que garantiu acesso à documentação com importante dados sobre o período de repressão. Problemas e dificuldades na identificação e catalogação dos arquivos da empresa representaram um desafio aos trabalhos da Comissão.

Kamilla Dantas Matias e Verônica Pinheiro Meira, em *Os trabalhadores rurais de Vitória da Conquista e as fotografias de um protesto*, fazem uma reflexão a partir do episódio de emboscada que levou à morte do trabalhador rural Etelvino Campos, gerando uma grande manifestação dos trabalhadores rurais por justiça, que tomou as ruas de Vitória da Conquista – BA. O material é analisado neste trabalho por meio de um estudo técnico-descritivo e um levantamento sobre o contexto da produção fotográfica. Dessa forma, as autoras destacam como fotografias recuperadas, identificadas e interpretadas tornam-se importantes instrumentos para a preservação da memória do movimento e dos conflitos agrários, ontem e hoje.

A representação iconográfica da Comissão Nacional da Verdade (CNV) nas charges de Carlos Latuff, trabalho de Rozinaldo Antonio Miani, seleciona e analisa algumas charges produzidas por Carlos Latuff, principalmente para a imprensa sindical, que têm por tema a CNV. A linguagem utilizada pelas charges, embasadas em um discurso crítico e repleto de humor, ganha destaque na imprensa popular e alternativa. Dessa forma, a análise busca verificar os principais elementos imagéticos utilizados, relacionando-os com o respectivo contexto sociopolítico.

A reunião desses oito artigos apresenta um rico leque de questões e problemáticas diversas, que vão desde a compreensão da recuperação da história das instituições, passando por organização de arquivos e centros de documentação, até a exploração de conteúdos informacionais presentes nos documentos. Nesse panorama de possibilidades, os arquivos são peças-chaves. Recuperar, preservar, proteger, organizar e disponibilizá-los, mais do que uma ação mecânica, significa resguardar vestígios do viver: material a serviço da memória e da história. Ademais, são instrumentos para as lutas do presente e do futuro.

A articulação desse material presente em diferentes arquivos proporciona elementos fundamentais para conhecer o mundo dos trabalhadores da cidade e do campo.

A reforma administrativa de 1967 e seus impactos

Heliene Chaves Nagasava¹

Resumo

Em 1967, o decreto-lei n. 200 alterou a estrutura da administração pública, criando, modificando e extinguindo ministérios e secretarias governamentais. Em meio a essa complexa trama burocrática estavam os setores de informação, que formavam uma rede de controle e repressão às forças opositoras ao regime militar. As Assessorias de Segurança e Informação – ASIs – faziam parte da estrutura dos ministérios, mas estavam subordinadas ao Serviço Nacional de Informação – SNI. As mudanças administrativas também impactaram nos órgãos de segurança. A criação de novos ministérios, assim como a troca de atribuições e o fortalecimento da administração indireta, repercutiu nos setores de informação. Essa comunicação busca levantar questões sobre como o estudo das modificações da administração pública pode contribuir para a compreensão da história da ditadura no Brasil, ao mesmo tempo em que reflete como o levantamento da estrutura administrativa pode apontar caminhos para a busca de arquivos do aparelho repressivo.

Palavras-chave: Reforma administrativa. Arquivos. Ditadura militar.

Em 1967, o decreto-lei n. 200² alterou a estrutura da administração pública, criando, modificando e extinguindo ministérios e secretarias governamentais. Esse novo ordenamento, conhecido como a segunda reforma burocrática do Estado (a primeira ocorreu em 1936), fazia parte de um conjunto de mudanças colocadas em marcha pelo governo Castelo Branco, após o golpe de 1964. O discurso de racionalização do novo

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV/CPDOC) e funcionária do Arquivo Nacional. Contato: hnagasava@gmail.com

² Decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

ordenamento, propagado no momento da assinatura do decreto-lei, foi utilizado como justificativa para transferir as atividades da administração direta para a indireta, através das autarquias, fundações, empresas públicas, entre outros.

Nessa complexa trama burocrática estavam os setores de informação, que formavam uma rede de controle e repressão às forças opositoras ao regime militar. Dentro e fora dos órgãos a que estavam vinculados, os documentos circulavam com dados sobre pessoas, reuniões, prisões. As Assessorias de Segurança e Informação – ASIs – faziam parte da estrutura dos ministérios, mas estavam subordinadas ao Serviço Nacional de Informação – SNI. Já existiam setores de informação e segurança antes do golpe de 1964, porém a ditadura aperfeiçoou, organizou e fortaleceu essas estruturas repressivas. As mudanças administrativas também impactaram nos órgãos de segurança. A criação de novos ministérios, assim como a troca de atribuições e o fortalecimento da administração indireta, impactou nos setores de informação.

Nesse sentido, um ministério que fosse dividido deveria também separar seus arquivos, como no caso do Ministério do Trabalho e Previdência Social, desmembrado em dois, em 1974. O ministério, que possuía um setor de informação, teve que criar dois após a separação. O registro dessa modificação na estrutura do Estado permite indicar o provável órgão responsável pela guarda dessa documentação no atualmente, assim como órgãos criados recentemente podem ter recebido atribuições de setores existentes no período ditatorial.

Diante da imensa massa documental produzida pelo Estado, a troca, o ganho e a perda de atribuição deve ter tido um impacto direto na herança da documentação de cada órgão. Portanto, o decreto-lei n. 200 é utilizado nessa comunicação como ponto de partida para a discussão sobre as mudanças realizadas pela ditadura militar na administração pública. Durante os 21 anos de regime autoritário foram realizadas diversas alterações de atribuições dos órgãos governamentais. Essa comunicação busca levantar questões sobre como o estudo das modificações da administração pública pode contribuir para a compreensão da história da ditadura no Brasil, ao mesmo tempo em que reflete como o levantamento da estrutura administrativa pode apontar caminhos para a busca de arquivos do aparelho repressivo.

O caminho tortuoso desses documentos expõe a cadeia de comando do processo decisório que geraram graves violações de direitos humanos por parte do Estado naquela época. Problematizar a busca a esses documentos ressalta a complexa estrutura do Estado ditatorial, mostrando suas fissuras e rompendo com a ideia de um estado monolítico. Por fim, esses arquivos desvendam também a perseguição aos funcionários do Estado, demonstrando como a máquina pública expurgava aqueles que eram contrários aos seus planos.

Esse ensaio se divide em três partes, a primeira apresenta sumariamente a discussão sobre a produção na historiografia da administração pública e seus principais desafios. A segunda aborda a estrutura da administração pública em 1967, explicitando a sua alteração no tempo e a possível herança dos arquivos produzidos pelos órgãos de segurança e informação no período ditatorial. Por fim, a terceira parte oferece uma reflexão sobre como um novo olhar sobre a história da administração pública pode contribuir para a recuperação dos documentos da ditadura militar.

A nova história da administração pública

A maior parte da história da administração pública foi produzida até o início da década de 1980 e focava no “registro dos atos e fatos da administração, constituindo um típico exemplo da história *événementielle* ou história dos acontecimentos” (Costa in Costa; Zamot, 2010, p. 28), mantendo-se praticamente “imune a mudanças de perspectivas teórico-metodológicas”.

A profunda mudança na estrutura do Estado nas últimas décadas, coloca em xeque a importância da história da administração para a compreensão do “papel do Estado moderno e suas recentes transformações, na tentativa de reconstruir os processos de formação e diferenciação históricas da instituição política e do aparato organizacional que lhes dão substância” (Costa in Costa; Zamot, 2010, p. 27).

Para compreensão dessa nova perspectiva, é fundamental a discussão do conceito de Estado e sobre o seu aparelho. Bresser-Pereira definiu como aparelho do Estado todas as instâncias, desde que não se confundam com sociedade civil e mercado, ou seja, a

administração pública como um todo, englobando os três poderes e os três níveis de governo.

Para Frederico Costa,

administração pública é uma expressão polissêmica, pois designa ao mesmo tempo uma instituição, um corpo de funcionários, uma forma de gestão e uma disciplina. Nesse sentido, a instituição é o aparato administrativo que dá consequência as decisões do governo, que implementa as políticas públicas (Costa in Costa; Zamot, 2010, p. 31).

Sendo assim, a sua história deve ressaltar o processo de “diferenciação funcional do Estado, cujas etapas históricas são marcadas por formatos institucionais diversos que se traduzem em variadas 'políticas' ou instrumentos de política” (Costa in Costa; Zamot, 2010, p. 32).

O autor defende a incorporação de novos conceitos, especialmente os da Nova História Política, possibilitando à história do Estado e da administração pública a redefinição de “seu objeto no sentido de tomá-lo em sua totalidade e complexidade e apreendê-lo, ao mesmo tempo, como legitimação, soberania, império, estrutura, patrimônio, burocracia e agência” (Costa in Costa; Zamot, 2010, p. 36).

Nesse sentido, importa refletir sobre alguns pontos na produção desses novos trabalhos. Eles devem visar a ‘desglobalização’, evitando tomar o Estado como um todo coerente, uma estrutura unificada; a hierarquização, integrando e hierarquizando os diferentes níveis de apreensão do fenômeno, separando dimensões diferentes, realidades históricas diacrônicas e especificidades nacionais; a articulação, na compreensão de dois níveis de realidade, a face objetiva do Estado em contraposição com a história das ideias e das representações; e, por fim, a totalização, evitando fatiar o Estado em setores. “A história do Estado não é a soma das histórias dos seus ministérios ou das políticas por eles encarnadas” (Costa in Costa; Zamot, 2010, p. 37), mas a apropriação que “delas fazem os cidadãos, entre práticas e representações” (Costa in Costa; Zamot, 2010, p. 38).

Alterações no organograma da administração pública

Após o golpe, “o governo militar deu início à reformulação das instituições estatais de maneira que expressassem a nova conjuntura econômica e política” (Silva, 2010, p. 65). O PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo – foi uma das primeiras medidas nesse sentido.

A reforma administrativa de 1967 surge como uma das respostas institucionais da tecnoburocracia às demandas de grupos próximos ao regime militar. Ela representou o desejo de racionalização da administração federal, dessa feita, rejeitando o modelo burocrático que caracterizou a reforma dos anos 1930. A reforma de 1967 introduziu na administração pública procedimentos gerenciais típicos do setor privado, abriu espaço para a participação do capital privado em sociedades de economia mista e esvaziou um dos emblemas do Estado populista, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) (Silva, 2010, p. 66).

O autor também aponta que apesar da retórica do presidente Castelo Branco indicar que havia uma insatisfação em “relação à administração federal, não havia pressão da sociedade civil organizada sobre parlamentares ou mesmo sobre o poder Executivo para que a reforma fosse iniciada e efetivada” (Silva, 2010, p. 68). O setor empresarial, no entanto, não apenas buscou se posicionar nas definições de regras que lhe favoreciam, como a flexibilização dos processos licitatórios, como o contexto repressivo permitiu que suas demandas fossem incorporadas, desconsiderando questões sociais.

Nesse sentido, a concepção e o discurso adotados foram que a administração pública precisaria se adaptar aos padrões das instituições privadas, sendo estas a “antítese da demora, do desperdício, do centralismo, da ausência de controle, dos privilégios e do papelório”, sendo a sua modificação baseada em dois pilares, a descentralização e a flexibilização de procedimentos. O primeiro ponto destaca “a transferência ou delegação de responsabilidades dos órgãos centrais da administração pública para órgãos periféricos”, com a delegação para cada pasta da responsabilidade pelos resultados. Nesse novo modelo foi fundamental a separação entre a administração direta e indireta, permitindo que o Estado possuísse órgãos que executassem atividades públicas, mas sob padrões

administrativos particulares, estabelecendo um “vínculo estreito com o setor privado”. Um dos impactos dessa medida para os trabalhadores é a utilização da CLT como balizadora das relações trabalhistas, no lugar da estabilidade e dos direitos do serviço público. O segundo princípio, o da flexibilidade, vinha ao encontro essencialmente da necessidade de recrutamento e contratação de pessoal livre das regras do funcionalismo público (Silva, 2010, p. 72-73).

Uma das maiores consequências dessa reforma foi que “em vez de dar lugar a um aparelho de Estado eficiente e enxuto, a reforma resultou em um Estado inchado e privatizado, uma vez que não atendia a objetivos de interesse público, mas sim a interesses privados de grupos atrelados ao poder” (Silva, 2010, p. 74).

Tendo em vista as alterações propostas pelo decreto-lei 200, a administração pública passou a ser reorganizada por novos modelos ideológicos e administrativos. As alterações introduzidas com os anos mostram a necessidade de compreensão do contexto, das demandas e do planejamento do governo. Não sendo, portanto, apenas as junções de atos administrativos suficientes para a compreensão dessas alterações. Apesar do tempo e do espaço necessários para aprofundar e apresentar a complexidade de cada uma dessas reformas, o gráfico 1 demonstra que a máquina burocrática não passou imune a pressões e decisões autocráticas estatais.

Para a discussão sobre essas mudanças, um grande panorama permite também pensar nas estratégias, temas e interesses que se tornaram importantes em determinado momento político.

O organograma, longe de apenas oferecer o caminho trilhado para a modificação da administração, reflete que a troca de atribuição também enseja a herança de documentos e arquivos que auxiliem o trabalho no momento de transição. Em um contexto repressivo, essa reflexão merece substancial atenção, pois a definição rígida do decreto-lei demonstra a existência de órgãos de segurança e informação em cada ministério, a sua subordinação e atribuições, e dos setores vinculados às pastas.

Se a marcação dos setores é importante para essa reforma, como maneira de controlar a máquina pública, por outro lado, permite que sejam rastreadas suas trilhas nessa longa linha temporal. Apesar da inexistência do Ministério do Meio Ambiente em 1967, as suas

atribuições vêm de uma secretaria de 1975, conforme o gráfico abaixo. Se é possível mapear dentro dessa secretaria a existência de um setor de repressão do período ditatorial, é uma ideia plausível a sua herança dentro da administração pública.

É importante fazer uma ressalva a essa discussão: não pretendo abordar a legislação sobre recolhimento de acervos durante o tempo e como se deu a acumulação de acervos no Arquivo Nacional. As alterações de legislação e procedimentos complexificariam a discussão aqui apresentada e, talvez, desviaria o foco do real problema: onde se encontram esses documentos atualmente.

Outra observação sobre esse tema sempre vem à tona quando acervos da ditadura são discutidos: a sua eliminação. Novamente, essa extensa discussão não poderia ser feita sem o apoio da legislação, da época e atual, e esses caminhos arquivísticos, muitas vezes utilizados como subterfúgio para esconder a documentação, tendem a desviar os órgãos responsáveis de buscar e apontar a localização de documentos que comprovem a violação de direitos humanos.

Por fim, o organograma também evidencia um problema: como a sociedade enxerga os documentos e arquivos produzidos pelo poder público e a sua necessidade de salvaguarda.

Algumas reflexões sobre acervos da ditadura

A ditadura militar foi tema de diversos estudos recentes, impulsionados pelo recolhimento e abertura dos acervos dos órgãos de segurança e por políticas públicas com o objetivo de recuperar a memória e a verdade sobre o período, como o Memórias Reveladas³ e a Comissão Nacional da Verdade⁴, cujo relatório final foi divulgado no final de 2014, para coincidir com a efeméride dos 50 anos do golpe.

Apesar do impulso dado ao recolhimento dos acervos na última década, o organograma mostra que muitos ministérios ainda podem possuir os acervos das suas Divisões de Segurança e Informação. A pesquisa histórica e a problematização da formação dos ministérios pode explicitar qual órgão teria ‘herdado’ esse acervo, além de permitir entender melhor as suas conexões nos meandros da administração pública.

A compreensão das motivações que levaram à criação de algumas pastas demonstra o quanto complexo são as disputas dentro da máquina pública e a importância que alguns ministérios adquirem com o tempo. Examinar os ministérios que tiveram maior relevância ajuda a compor o cenário formado pela teia de perseguição durante a ditadura.

Um desses casos é o do Ministério do Trabalho. Márcio Moreira Alves⁵, ao falar sobre a composição ministerial em sua coluna no *Correio da Manhã*, em 1964, apontou que era necessário acompanhar a atuação dos ministros nomeados para as principais pastas do governo, sendo elas, “pela ordem [de importância], as da Fazenda, Trabalho, Justiça e Agricultura”.

A pasta da Fazenda e a da Justiça ainda se encontram no primeiro escalão da estrutura ministerial. O mesmo não pode ser dito da do Trabalho. Por diversos motivos, o Ministério do Trabalho perdeu espaço político e poder de barganha durante a ditadura militar. No entanto, vigiar os trabalhadores (e suas organizações representativas) era uma ação

³ Arquivo Nacional, Portaria n. 204, de 13 de maio de 2009. Cria o “Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas”, no âmbito do Arquivo Nacional da Casa Civil da Presidência da República.

⁴ Brasil, Lei n. 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.

⁵ O jornalista, opositor do governo João Goulart, apoiou o golpe, mas se tornou contrário ao regime após a edição do Ato Institucional n. 1, em 9 de abril de 1964. Verbete Márcio Moreira Alves. Dicionário histórico-biográfico brasileiro. CPDOC/FGV.

fundamental durante esse período. A perseguição está registrada nos documentos da Divisão de Segurança e Informação da pasta do Trabalho, ainda perdidos em um galpão em Brasília⁶.

Referências

ARQUIVO NACIONAL, Portaria n. 204, de 13 de maio de 2009. Cria o “Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas”, no âmbito do Arquivo Nacional da Casa Civil da Presidência da República.

BRASIL. Decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

_____. Lei n. 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.

_____. Portaria n. 204, de 13 de maio de 2009. Cria o “Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas”, no âmbito do Arquivo Nacional da Casa Civil da Presidência da República.

_____. Relatório da Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT. Disponível em <<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/livros-e-folhetos/4950>>. Acessado em 08/08/2016.

COSTA, Frederico Lustosa da. Preâmbulo a uma nova história da administração pública brasileira. In: Costa, F.L. da; Zamot, F. (orgs.) *Brasil: 200 anos de administração pública*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 28.

CPDOC/FGV. Dicionário histórico-biográfico brasileiro. Verbete Márcio Moreira Alves. SILVA, Leonardo Barbosa e. A reforma administrativa de 1967. In: Andrews, Christina W.; Bariani, Edson (orgs.). *Administração pública no Brasil: breve história política*. São Paulo: Editora Unifesp, 2010. p. 65.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁶ Para saber mais sobre a situação, ver Relatório da Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT. Disponível em <<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/livros-e-folhetos/4950>>. Acessado em 08/08/2016.

Os arquivos da Justiça do Trabalho e a memória dos trabalhadores baianos

Rita de Cássia Mendes Pereira¹

Resumo

Os documentos produzidos no âmbito das Juntas de Conciliação e Julgamento e, desde 1999, das Varas do Trabalho de todo o Brasil, estão entre as fontes privilegiadas para o estudo do trabalho e suscitam ações permanentes de conservação. Ações de preservação e de pesquisa têm tomado corpo, em todo o país, com o propósito da recuperação da memória dos indivíduos, grupos sociais e instituições retratados nas fontes do judiciário trabalhista. O presente trabalho tem por objetivo apresentar os resultados do estudo diagnóstico da situação dos acervos realizado junto às Varas de Trabalho da Bahia, subordinadas ao TRT 5, e submeter ao debate um plano de recuperação e preservação destes acervos.

Palavras-chave: Arquivos do judiciário. Justiça do Trabalho. Memória.

As fontes da Justiça do Trabalho e a pesquisa histórica

Os processos trabalhistas produzidos no âmbito das Juntas de Conciliação e Julgamento e, desde 1999, das Varas do Trabalho de todo o Brasil, estão entre as fontes privilegiadas para o estudo do trabalho. Já em 2000, Batalha apontava para a importância dos documentos da Justiça do Trabalho como fontes para a história do trabalho:

No que diz respeito às fontes de pesquisa, já está patente em muitos trabalhos a necessidade de empreender uma avaliação das fontes tradicionais e de ampliar o leque das fontes empregadas.

¹ Doutora em história social pela Universidade de São Paulo. Professora titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Seguramente é possível propor novas leituras de fontes tradicionais (como jornais, texto literários, e outras), e, ao mesmo tempo, há toda série de “novas” fontes, como processos na Justiça do Trabalho ou iconografia do movimento operário, que ainda precisam ser devidamente exploradas (Batalha, 2000, p. 156).

Em 2006, a ideia é reforçada por Lara:

Os processos trabalhistas são parte importante da história do Direito e da Justiça no país e constituem fonte significativa para o conhecimento das formas de exercício do poder, das responsabilidades do Estado e suas iniciativas em defesa dos direitos dos trabalhadores. São também fontes essenciais para os estudos da História da sociedade brasileira, das relações de trabalho, do modo como as pessoas comuns reivindicavam direitos e se relacionavam com a Justiça. Em síntese: são parte importante da história da cidadania no Brasil (Lara, 2007).

Com essa compreensão, sobre a importância da documentação da Justiça do Trabalho para o desenvolvimento da historiografia do trabalho, perfilam-se Negro (2006, p. 193-209) e Silva (2009, p. 161-186), que destacam, ainda, a responsabilidade coletiva no processo de identificação, guarda, preservação e abertura pública dos acervos.

Efetivamente, ao longo da primeira década do século XXI, universidades e tribunais do trabalho de todo o país, motivados por essa necessidade urgente, de garantir a preservação e acesso dos documentos da Justiça do Trabalho, têm contribuído de forma significativa para a pesquisa histórica sobre o mundo dos trabalhadores.

A destacada ação dos centros de documentação ligados às universidades na guarda de documentos oriundos do Judiciário trabalhista foi ressaltada por Negro (2006), em artigo publicado em 2006. Dedicados a pensar e executar ações de preservação e de pesquisa, esses centros e núcleos fazem repercutir em eventos e publicações periódicas especializadas os resultados de suas investigações, que têm contribuído para a recuperação da memória dos indivíduos, grupos sociais e instituições contemplados nas fontes do judiciário trabalhista.

As tarefas de manutenção, ordenação e exploração da documentação da Justiça do Trabalho têm mobilizado, também, gestores e funcionários da própria Justiça do Trabalho em várias partes do Brasil. Influenciados pelos novos debates travados no interior do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho (Memojutra), o Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Varas do Trabalho destinam espaço físico e recursos humanos para o tratamento arquivístico dos seus acervos e se organizam no sentido de facilitar o acesso a esses documentos aos cidadãos e pesquisadores. Alguns desses tribunais, inclusive, organizam memoriais abertos à visitação pública com os quais articulam-se iniciativas pedagógicas de difusão da memória institucional.

A implantação de ações destinadas à preservação e a efetiva utilização dos processos da Justiça do Trabalho como fontes para a pesquisa histórica decorrem, na compreensão de Santos Jr, do estímulo proporcionado pela criação de centros de documentação; das políticas de acesso à documentação do período da ditadura militar (impulsionadas pelo princípio do direito à memória e à verdade); mas, fundamentalmente, devem-se à ação individual de operadores do direito, juízes em especial, afinados com o princípio da preservação como garantia do direito à memória (Santos Júnio, 2014, p. 25-40).

Assim, resguardados dos procedimentos padrões de eliminação, previstos em dispositivos legais, documentos produzidos no âmbito das Juntas de Conciliação e Julgamento e das Varas do Trabalho espalhadas em todo o Brasil têm sido tomados como fontes para inúmeras pesquisas em história social do trabalho e suscitado a revisão de conceitos sobre as relações entre os trabalhadores e o capital e, também, sobre o papel e a dinâmica de funcionamento da Justiça do Trabalho.

Em texto publicado no ano de 2015, tivemos a oportunidade de quantificar e analisar os trabalhos apresentados nos mais importantes eventos nacionais voltados para a construção da história e recuperação da memória dos trabalhadores – as duas primeiras edições do Seminário Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos, realizadas em 2009 e 2013, o II Seminário Internacional Mundos do Trabalho e VI Jornadas de História do Trabalho, realizados em 2012, além dos simpósios temáticos conduzidos pelo GT Mundos do Trabalho da Anpuh, constantes da programação dos Encontros Nacionais de História de 2009 e 2011. Os resultados da pesquisa indicam uma ampliação numérica do número de trabalhos e de instituições envolvidas, nas

diversas regiões do país, em pesquisas que tomam as fontes da Justiça do Trabalho como base para a investigação (Alves; Pereira in Lopes; Regos, 2015, p. 35-45).

A abordagem comparativa dos processos das Juntas de Conciliação e Julgamento permite elucidar continuidades e traços peculiares de atuação dos juízes-presidentes, a quem cabia a elaboração dos pareceres sobre os quais iriam se posicionar os juízes classistas. Nas reclamações trabalhistas ajuizadas nas Juntas e, depois de 1999, nas Varas do Trabalho, é possível identificar argumentos e padrões de comportamento dos reclamantes e dos reclamados que ali se faziam ouvir, pessoalmente ou por interpostas pessoas, em busca de soluções para os conflitos associados às relações de trabalho.

O franco acesso aos documentos faculta aos pesquisadores traçar um perfil geral – quanto à categoria, o gênero, a idade e da natureza das reivindicações – dos trabalhadores que, nas diversas regiões, procuraram a Justiça do Trabalho pelo cumprimento de direitos - e associar esses dados com informações gerais concernentes à economia nacional. A preservação dos acervos e a organização dos dados em bases seriadas viabilizam a reflexão, em perspectiva diacrônica, sobre as principais atividades econômicas e o peso do rural e do urbano nos ritmos da economia regional. Enfim, uma abordagem quantitativa do número de reclamações apresentadas pelos trabalhadores revela índices de reconhecimento e a confiança dos trabalhadores no judiciário trabalhista, tomado como espaço de reivindicação e luta contra um patronato “negligente” no cumprimento da legislação:

A Justiça do Trabalho se tornou uma instituição que, de fato, conseguiu se afirmar como um mecanismo efetivo na luta pela execução da legislação trabalhista em vigor, um meio no qual os trabalhadores depositavam suas esperanças, em torno da busca por alguma reparação, sobretudo financeira, que se desdobrou dos conflitos intra e extrajudiciários (Santos Júnior, 2015).

Todas essas perspectivas de pesquisa só ganham concretude se garantidas as condições de conservação e acesso à documentação e a construção de bases de dados capazes de orientar os pesquisadores na abordagem da documentação.

No estado da Bahia, o Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) assumiu, no ano 2000, a guarda dos documentos da Junta de Conciliação e

Julgamento de Vitória da Conquista. A partir de 2004, a custódia deste acervo – ao qual vieram somar-se os documentos das Varas do Trabalho de Vitória da Conquista e de Itapetinga – foi assumida pela equipe do Laboratório de História Social do Trabalho (LHIST). Desde então, vários projetos de pesquisa ali se desenvolveram, tendo como foco os trabalhadores que, em âmbito regional, tomaram a Justiça do Trabalho como espaço de denúncia, reivindicação e negociação.

A experiência do LHIST pôs em relevo a importância da preservação do acervo do judiciário em bases seriadas e da sua abertura à utilização como fontes de pesquisa sobre o mundo dos trabalhadores e suscitou reflexões sobre as condições de preservação do acervo das demais unidades judiciárias subordinadas ao TRT da 5ª região. Foi essa a motivação que nos moveu a fazer um inventário dos documentos das Varas do Trabalho subordinadas ao TRT da 5ª região.

Neste trabalho buscamos apresentar o resultado do estudo diagnóstico sobre a situação dos acervos das Varas de Trabalho da Bahia e as reflexões sobre os limites e perspectivas da pesquisa histórica sobre o mundo dos trabalhadores baianos apontados por este estudo. A metodologia empregada durante a investigação abrangeu a realização da coleta de dados na sede do TRT, em Salvador, e nas unidades judiciárias do interior. Além disso, visando a abordagem comparativa, contemplou a realização de visitas a universidades e a arquivos e memoriais de outros Tribunais Regionais do Trabalho com experiência destacada na área de conservação de acervos da Justiça do Trabalho.

Arquivos e Centros de Memória: experiências de preservação e gestão de acervos no âmbito do judiciário trabalhista

Seis Tribunais Regionais do Trabalho do país foram escolhidos para avaliação *in loco* das condições de preservação e disponibilização de acervos à consulta pública e à pesquisa: O TRT da 5ª região (Bahia), o TRT da 1ª região (Rio de Janeiro), o TRT da 6ª região (Pernambuco), o TRT da 2ª região (São Paulo) e o TRT da 4ª região (Rio Grande do Sul) e TRT da 3ª região (Minas Gerais).

Durante as visitas, entrevistas semiestruturadas foram feitas com os responsáveis pelos setores de gestão documental, visando a coleta de informações relacionadas a: formação da equipe, quadros de arranjo, natureza e abrangência espaço-temporal do acervo, base legal dos procedimentos de eliminação e preservação permanente, bases de dados, relações com as varas

do trabalho, acessibilidade e frequência das consultas externas e convênios com entidades custodiadoras. Além disso, anotações foram feitas com base na observação de aspectos da estrutura física e da forma de acondicionamento e organização dos documentos nos arquivos e memoriais.

A cidade do Rio de Janeiro abriga a Seção de Gestão de Memorial, subordinada à Secretaria de Gestão do Conhecimento do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª região. No momento da visita, o setor estava em processo de reestruturação do plano de gestão documental, sob a coordenação do chefe da Seção de Gestão de Memorial, Sr. João Roberto Nunes.

Além da Divisão de Arquivos (Diarq), localizada no centro da capital do Rio de Janeiro, figuravam como locais de guarda dos documentos produzidos nas varas do TRT 1 as seções de arquivos situadas em São Cristóvão, Bonsucesso e Niterói. À época da realização da visita, anunciava-se a concentração do acervo permanente em um único prédio, no município de Niterói. Da Diarq emanam, para as varas e seções de arquivo, as orientações gerais no tocante aos processos de arquivamento (normas, técnicas, cronograma etc.). Nas dependências do Diarq encontram-se os documentos de guarda permanente da série nomeada Memória Institucional, produzidos antes de 1990: reclamações trabalhistas, coleções de sentenças e outros documentos oriundos das Juntas de Conciliação e Julgamento, organizadas por ano de produção. A esse conjunto vêm somarem-se, nos arquivos do Diarq, outros documentos originados nas Juntas e Varas do Trabalho no período posterior a 1990. O quadro de arranjo, que se encontrava em processo de definição à época da visita, definia o TRT como fundo comum e trazia como proposta a distinção entre as seções Administrativo e Judicial, esta última dividida em duas subseções: Documentos Judiciais e Autos Processuais. Uma equipe de estagiários tem a responsabilidade do tratamento técnico da documentação e da indexação de dados de parte dos documentos, escolhidos de forma aleatória, em uma base eletrônica. Os documentos produzidos em período posterior a 1990 são, ainda, submetidos a uma política de descarte sistemático, impulsionada pela exiguidade do espaço e de recursos humanos. Ainda assim, destaca-se a iniciativa de preservação de parte desse acervo, definida por amostragem. Os procedimentos estão em consonância com as orientações da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrad) e da Tabela de Temporalidade de Documentos Unificada da Justiça do Trabalho (TTDU). Sobre a demanda de consulta a processos em arquivo permanente por parte

de pesquisadores, advogados e cidadãos em geral, a coordenação apontou para uma baixa procura e para a necessidade de agendamento prévio.

No Memorial da Justiça do Trabalho de Pernambuco, subordinado ao TRT da 6ª região, com sede em Recife-PE, realizamos entrevista com a Sra. Marcília Gama da Silva, chefe do Núcleo de Gestão Documental e Memória, profissional com graduação em história e especialização em arquivologia. A visita revelou um consistente plano de gestão documental inserido no planejamento estratégico do Tribunal e a sua importância está assegurada pela posição que o Núcleo ocupa no organograma da instituição, ligado diretamente ao gabinete da Presidência do Tribunal.

Em uma casa situada no bairro da Boa Viagem, memória institucional e memória dos trabalhadores dividem o espaço de exposição do Memorial. Fotos dos juízes presidentes do TRT 6, escritos, fotografias, objetos tridimensionais (móveis, roupas, instrumentos de trabalho etc) fazem a ambientação do espaço aberto à visitação pública. O espaço abriga, também, expositores de vidro consagrados à preservação e difusão de documentos concernentes à memória dos trabalhadores de Pernambuco. Greves, dissídios, trabalho infantil, acidentes de trabalho são temas que orientam a ordenação dos documentos selecionados – livros, fotos, recortes de jornais, fragmentos de processos – produzidos nas diversas juntas e varas. Medalhas, certificados, livros de presença às exposições revelam o reconhecimento ao projeto institucional de difusão da memória do TRT 6.

Na sala do arquivo, organizados em estantes deslizantes, encontram-se os grupos documentais que constituem a reserva técnica: 13.900 autos processuais (definidos como antigos ou especiais), além de dissídios coletivos e documentos alusivos à memória institucional. A seleção e organização desses documentos remonta a 2009, quando uma Comissão de Gestão Documental assumiu a tarefa de triagem do acervo a partir de critérios de ordem jurídica e histórica. O trabalho da comissão ganhou novos contornos com a inserção do acervo no Centro de Referência Memórias Reveladas, o que interditou a eliminação de documentos produzidos no período de 1964 a 1985.

O acervo de guarda permanente, compreendendo aproximadamente 2.300.000 autos processuais procedentes das varas do interior e da capital, está abrigado no Arquivo Geral, que ocupa um prédio e cinco galpões no município de Vitória de Santo Antão-PE. O Núcleo de Gestão Documental define as estratégias institucionais de conservação (consignadas em um

normativo que orienta as varas e o Arquivo Geral) e define parâmetros para a eliminação de documentos. No âmbito do TRT 6, a eliminação pressupõe um tratamento prévio do documento, que inclui o cadastro de dados e a digitalização de partes, como documentos bancários relativos à execução, atas de conciliação e pagamento etc. Além disso, os processos encaminhados ao TST são transferidos para o memorial.

Estima-se que uma grande quantidade de processos foi destruída em um incêndio ocorrido na década de 1970, na sede do tribunal, em Recife. E uma pequena parte do acervo (183.000 processos) encontra-se, desde 2004, sob a custódia da Universidade Federal de Pernambuco.

Agraciado pela UNESCO com o Prêmio Memória do Mundo, o plano de gestão documental do TRT 6 foi contemplado com recursos do TST destinados à aquisição de mobiliário para a organização do acervo do memorial, bem como do Arquivo Geral.

A visita ao setor de gestão documental e memória do Tribunal Regional de Trabalho da 2ª região, na cidade de São Paulo, foi acompanhada pela coordenadora do Setor de Gestão Documental e Memória, Sra. Patrícia de Rossi. Com formação em ciências sociais e biblioteconomia e Mestrado em história, a coordenadora conta com uma equipe composta por historiadores, arquivistas, graduados em direito e estagiários de história.

O TRT 2, com mais de duzentas varas da capital do estado e cidades do entorno, produz, anualmente, cerca de quinhentos mil processos. O seu acervo permanente, que contempla os autos processuais e documentos administrativos, está distribuído em vários prédios. A equipe do Setor de Documentação e de Memória tem por funções conduzir o tratamento técnico da documentação, fazer o controle de movimentação dos processos do arquivo intermediário para o permanente, com indicativo de localização, e acompanhar o trabalho de digitalização e eliminação de documentos. Além disso, tem encampado projetos de organização do guia do acervo, de ampliação da base de dados relativa aos autos processuais, de organização de grupos documentais específicos (como livros de sentença) e de uma hemeroteca.

No Rio Grande do Sul, a avaliação *in loco* incidiu sobre o Memorial, o arquivo intermediário e o depósito centralizado da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul, subordinados ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª região e situados em endereços distintos, na cidade de Porto Alegre. As visitas foram conduzidas pelo coordenador do memorial, Sr.

Maurício Oliveira Agliardi, e contaram com o apoio de outros servidores, responsáveis pelo arquivo intermediário e pelo depósito centralizado.

A organização do acervo se orienta pelo fato de que já não se permite a eliminação de documentos no âmbito do TRT 4. Uma comissão permanente de avaliação de documentos, que contempla uma vaga para historiador, tem por funções: gerir a movimentação dos processos entre os diversos setores dedicados à conservação do acervo e emitir pareceres sobre os processos indicados para receber o selo Acervo Histórico. Além disso, constitui-se em fator de estímulo à conservação dos documentos a integração do tribunal ao Memórias Reveladas. As políticas de preservação encetadas pelo TRT 4 lhe valeram a concessão, pela UNESCO, do Prêmio Memória do Mundo.

O conjunto do acervo está distribuído entre o Memorial, o Arquivo Intermediário, o Depósito Centralizado, as unidades judiciárias do interior e as entidades custodiadoras. O Memorial abriga documentos em suporte papel e cópias em microfilme, além de um acervo de entrevistas orais e uma biblioteca especializada. Encontram-se microfilmados e abrigados em uma sala própria os dissídios coletivos dos anos 1941 a 1971. Os arquivos físicos que compõem o acervo do material contemplam, além dos originais dos dissídios, os Livros de Acórdãos do período de 1941 a 1983, cerca de 250.000 autos processuais organizados por vara de origem e ano e outros documentos definidos por fundos: pessoal, comunicação social, RH. Todos os documentos estão distribuídos em estantes de aço. Foram localizados, também, alguns documentos tridimensionais alusivos à memória institucional. A equipe tem por responsabilidade a higienização, organização e conservação preventiva do acervo, inclusive da exposição permanente que ocupa a antessala do Memorial.

O arquivo intermediário abriga, por um período de três anos, aproximadamente, os processos findos e não findos produzidos nas varas de Porto Alegre. Ali, distribuídos em estantes de aço, conservadas a forma de acondicionamento e a numeração original das varas, cerca de 120.000 processos aguardam o período de transferência para o depósito centralizado. O arquivo intermediário contempla, ainda, um balcão de atendimento ao público, no qual advogados, reclamantes e reclamados podem solicitar vistas sobre processos já arquivados.

As unidades judiciárias do interior são responsáveis pela guarda dos processos findos por um período de até três anos, após o qual fazem a transferência para o depósito centralizado e

deverão manter arquivos setoriais para acondicionar a sobra residual de processos físicos anteriores à implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE).

Quatro universidades federais, sediadas em cidades do interior do estado (Pelotas, Rio Grande, Passo Fundo e Santa Maria), são tomadas como entidades custodiadoras de documentos produzidos pelas varas de suas regiões. A parceria, definida por meio de termos de cooperação técnica, define as responsabilidades inerentes às instituições e veda a possibilidade de eliminação de documentos. Os modelos de gestão e custódia de documentos pelas Instituições de Ensino Superior são diferentes, conforme a localização dos documentos custodiados: nas dependências da Universidade, na própria vara de origem ou em arquivo municipal.

O Depósito Centralizado recebe todos os documentos (processos findos e não findos) do Arquivo Intermediário e das varas do interior e atende às eventuais demandas de desarquivamento e consulta. São cerca de 2.500.000 documentos, que, distribuídos em estantes de aço de seis metros de altura, ocupam um galpão. Logo após a chegada ao depósito, os documentos são cadastrados e recebem uma nova numeração, com a qual serão identificados nas estantes. Aguarda-se, ainda, a agregação ao acervo do depósito de cerca de trezentos mil documentos produzidos em suporte papel antes da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE).

No Tribunal Regional do Trabalho da 3ª região, a visita foi guiada pela coordenadora do Centro de Memória da Justiça do Trabalho de MG, Sra. Maria Aparecida Carvalhais Cunha. O Centro de Memória e o Arquivo Central, responsáveis pela guarda do acervo permanente, funcionam em um prédio localizado no centro da cidade de Belo Horizonte. Em outros prédios da capital mineira estão localizados a Exposição Permanente Justiça e Cidadania, com foco na memória institucional, o Arquivo Intermediário, as coleções de sentenças e acórdãos e os processos que se encontram aguardando em arquivo.

O Centro de Memória, instância responsável pela elaboração e execução do plano de gestão do Tribunal, comporta documentos que remontam à década de 1940 – a chamada Série Histórica, composta por autos trabalhistas do período de 1941 a 1974- que foram repatriados do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Estão ali arquivados, também, dissídios coletivos, centenas de autos processuais selecionados por relevância ou escolhidos aleatoriamente (cerca de 10% de tudo que é produzido), fotos, livros e uma reserva técnica de mobiliário relativa à

memória da instituição. Com a responsabilidade do tratamento técnico dos documentos a serem preservados, o Centro de Memória conta com um scanner planetário destinado à produção de cópias digitais de processos com vistas ao armazenamento na rede do tribunal.

O Arquivo Central, que ocupa quatro andares do mesmo prédio do Centro de Memória, coordena os processos de avaliação e descarte de documentos, fornece listas de processos que não podem ser eliminados e abriga documentos produzidos nas varas da capital e do interior. Os editais de eliminação são unificados a partir do Arquivo Central, mas os comitês instituídos em cada vara do interior têm autonomia no processo de seleção e indicação de descarte. Nas orientações para o descarte são levados em consideração: a Tabela de Temporalidade Documental Unificada (TTDU), aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça, o corte cronológico definido pelo Tribunal e as indicações de aplicação de selo histórico.

No acervo permanente, seiscentos mil documentos da 1ª instância, já tratados e catalogados, estão acondicionados em papel alcalino e organizados em caixas- arquivo brancas de polionda. Os dados do acervo encontram-se consignados em um Sistema de Gestão, nomeado SIABI, que permite o filtro por assunto, objeto da ação, localização etc. A documentação encontra-se parcialmente digitalizada.

Na Bahia, após contatos iniciais com o chefe da Seção de Gestão Documental, Sr. Benedito José de Santana, e com a anuência do juiz presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª região, Dr. Valtércio Ronaldo de Oliveira, foi realizada visita à Seção de Gestão Documental e ao Memorial do TRT 5, localizados nos mesmo prédio, na cidade de Salvador.

As informações coletadas durante a visita indicam que o chefe da Seção de Gestão Documental, tem formação em biblioteconomia e direito e especialização em arquivo. A equipe responsável pelo tratamento técnico e gestão dos autos processuais das 39 varas do trabalho de Salvador atua em três ambientes distintos: a sede, no bairro de Nazaré, que abriga uma parte do acervo; o prédio onde funcionam as varas, no bairro do Comércio; e o depósito central, no bairro do Barbalho.

O acervo permanente, que remonta a 1970 e contempla cerca de um milhão de autos processuais, foi estruturado a partir de critérios definidos na Tabela de Temporalidade Documental Unificada: comporta dissídios coletivos, habeas data, processos em que se configure conflito de competência e incidentes de uniformização jurisprudencial. Dos autos

processuais considerados não especiais, estima-se que é preservada uma amostragem da ordem de 5% de cada ano. Entretanto, do preservado, parte foi perdida em decorrência de inundações e infestações por cupim ocorridas nos “depósitos”. Todos os processos que passam pela Seção de Gestão Documental são cadastrados em uma planilha, na qual constam data, numeração e dados da tramitação e onde são consignadas cópias digitais de documentos das partes. Um projeto de microfilmagem de documentos, inicialmente dedicado à produção de cópias dos processos de 1989 e 1990, foi interrompido. A sede do TRT 5 abriga, ainda, um memorial no qual encontram-se em exposição permanente documentos da memória institucional e fragmentos de processos, escolhidos segundo critérios de excepcionalidade e curiosidade.

Da produção ao descarte: caminhos da documentação nas varas do trabalho da Bahia

O Tribunal Regional do Trabalho da 5ª região compreende 88 varas do trabalho, que se encontram distribuídas em 32 municípios do estado da Bahia. A cidade de Salvador, em imóvel situado no bairro do Comércio, comporta 39 varas e as demais estão distribuídas por 31 municípios. Correspondências foram enviadas aos juízes presidentes de todas as unidades judiciárias do interior do estado, como pedidos de visita técnica. Recebemos resposta positiva de 12 fóruns e realizamos visitas a 11, que compreendem 19 varas do trabalho.

Pelo que pudemos observar durante as visitas de avaliação, somente o Fórum da Justiça do Trabalho de Vitória da Conquista (que compreende duas varas do trabalho) tem adotado uma política sistemática de preservação do acervo. Acordos de cooperação técnica que remontam ao ano 2000 têm viabilizado a transferência dos documentos para o Laboratório de História Social do Trabalho da Uesb (LHIST), tomado como entidade custodiadora.² Com a responsabilidade da guarda da documentação, o LHIST tem se projetado como instância acadêmica especializada na pesquisa em história do trabalho e, complementarmente, torna-se responsável pelo atendimento a trabalhadores, empregadores e advogados que demandam acesso aos processos findos por distintas razões.

² O LHIST tem também em seu acervo os primeiros processos produzidos pela Junta de Conciliação e Julgamento de Itapetinga-Ba, criada em 1992, mas desde 2010 os documentos produzidos naquela unidade judiciária deixaram de ser encaminhados à custódia da Uesb.

No Fórum de Vitória da Conquista, entrevistas realizadas com o chefe de núcleo, Sr. José Infante Neto, e com a equipe do setor de gestão documental permitiram acompanhar e melhor compreender a movimentação e as práticas específicas das unidades judiciárias do interior em relação ao acervo por elas produzido.

Ao contrário do que ocorre em Vitória da Conquista, nos demais fóruns visitados predomina a prática de eliminação, com o máximo de celeridade, dos últimos processos em suporte papel. A atitude é impulsionada pela necessidade de liberação do espaço físico destinado ao arquivo. Não há, em nenhuma das unidades visitadas, qualquer plano de preservação ou de aproximação com instituições de ensino que possam vir a atuar como entidades custodiadoras dos documentos.

De um modo geral, nas varas do interior, já se procedeu à eliminação de toda a documentação anterior a 2009, excetuando-se os processos não findos, que aguardam em arquivo uma solução final. Da sede do TRT 5, em Salvador, a Seção de Gestão Documental orienta o descarte da documentação, de acordo com as normas emanadas do Conselho Nacional da Justiça do Trabalho, e cada vara é responsável pelo processo de avaliação e eliminação. Alheios às novas orientações que apontam para a preservação de documentos de valor histórico, são destinados ao descarte todos os autos findos, após cinco anos no arquivo intermediário, assim como os documentos administrativos produzidos em cada unidade. Ressalvem-se algumas iniciativas pessoais de servidores, que tomam para si as tarefas de guarda do primeiro documento produzido ou de organização de um quadro-memorial com elementos alusivos à memória institucional (fotos de juízes-presidentes, primeiro processo, recortes de jornal).

Em dezembro de 2015 foi realizado nas dependências da escola judicial, em Salvador, o Simpósio de Memória Institucional, uma iniciativa da Escola Judicial do TRT 5, com o apoio da Seção de Gestão Documental, para o qual foram convidadas todas as varas do interior e da capital e da qual tivemos oportunidade de participar como ouvinte. A Sra. Ana Rosa Sá Barreto, arquivista do TST, apresentou palestra e ministrou curso, durante o evento, tendo por objetivos demonstrar o valor secundário dos documentos e alertar para o dever constitucional de preservá-los. Deste modo, buscou sensibilizar os magistrados e servidores ali presentes para o seu importante papel como agentes da memória. Entretanto, pelo que se pôde observar, a definição do valor histórico dos documentos, pensados como unidades, está assentada sobre a

percepção individual do agente do judiciário, uma prática subjetiva que tem como único parâmetro a objetividade da lei. Da Seção de Gestão de Documentos ouviu-se, durante o Simpósio, o compromisso de manter em suspenso o processo de eliminação de 35.000 documentos já analisados, mas nenhum controle se impõe às varas do interior, autônomas na condução dos processos de avaliação e descarte.

Considerando que nem todas as varas enviaram representantes ao evento e que não se pode esperar uma resposta imediata no sentido de redefinição de valores e das práticas, faz-se urgente a abertura de um canal de debate entre as universidades situadas no estado da Bahia, especialmente aquelas que abrigam cursos de história, e a Seção de Gestão Documental do TRT 5.

O descarte em massa dos arquivos do judiciário trabalhista constitui um enorme prejuízo para a pesquisa histórica, para a história dos trabalhadores em particular. A extensão do TRT 5, com jurisdição sobre o estado da Bahia, e a quantidade de documentos produzidos nas 39 varas a ele subordinadas se constituem, entretanto, em um problema de grande monta, cujo enfrentamento pressupõe o trabalho articulado entre universidades e o Tribunal visando mobilizar juízes e servidores que atuam na própria sede e nos fóruns do interior para a integração ao projeto nacional de preservação da memória do judiciário trabalhista, encampado pela Memojutra. Faz-se urgente a definição de um plano de ação para a salvaguarda do que ainda não foi eliminado e que compreenda a divulgação e ampliação das condições de acesso aos seus acervos, nas próprias unidades ou em instâncias acadêmicas que podem assumir o papel de entidades custodiadoras.

Referências

ALVES, Deivide Rodrigues; PEREIRA, Rita de Cássia Mendes. O mundo dos trabalhadores nas fontes da Justiça do Trabalho: desafios da pesquisa histórica. In: LOPES, Carla Machado; REGOS, Tatiani Carmona. (org.). *Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo* Rio de Janeiro/São Paulo: Arquivo Nacional/Central Única dos Trabalhadores, 2015, v. 2, p. 35-45. BATALHA, Cláudio Henrique M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, M. C. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 145-158.

LARA, Sílvia Hunold. I Encontro sobre a Memória da Justiça do Trabalho – 2006. In: BIAVASCHI, Magda Barros; LÜBBE, Anita; MIRANDA, Maria Guilhermina (Coord.). *Memória e Preservação dos documentos: direitos do cidadão*. São Paulo: LTr, 2007. s/p. Disponível em:

file:///C:/Users/Rita/Downloads/Memoria_e_Preservacao_de_Documentos%20(1).pdf.
Acesso em 20 de abril de 2014.

NEGRO, Antonio Luigi. O que a Justiça do Trabalho não queimou. *Politeia: História e Sociedade*, v. 6, n. 1, p. 193-209. 2006.

SILVA, Fernando Teixeira da Silva. Nem crematório de fontes nem museu de curiosidades: por que preservar os documentos da Justiça do Trabalho. In: HEINZ, Flávio M; HARRES, Marluza Marques (org.). *A História e seus territórios*. São Leopoldo: Oikos, 2009, p. 161-186.

Os petroleiros de Mauá e seu arquivo: possibilidades de preservação da memória

Caio Vinicius de Castro Gerbelli¹

Resumo

Este trabalho tem o intuito de refletir as pesquisas realizadas ao longo do desenvolvimento da organização, preservação, além das possibilidades da manutenção do arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo - Regional de Mauá. Situado na região metropolitana de São Paulo, o acervo deste sindicato possui, majoritariamente, documentos produzidos a partir de sua refundação no ano de 1977, após intervenção militar. A proposta da estruturação deste arquivo tem como objetivo a preservação e, futuramente, difusão das fontes para consulta, proporcionando a ampliação dos estudos sobre a história do trabalho e dos petroleiros, bem como fomentar a necessidade da salvaguarda de documentos e a formação de arquivos de outros ofícios.

Palavras-chave: Arquivo sindical. Petroleiros. Memória.

Os estudos sobre história social do trabalho vêm ganhando cada dia mais adeptos e, ao mesmo tempo, alargando os campos, os espaços e os objetos de análise. Com a ampliação das universidades, dos cursos de graduação e de pós-graduação em história, esses estudos estão, cada vez mais, se consolidando e saindo dos espaços centrais e majoritários de pesquisa desta área². Progressivamente essas investigações estão se debruçando nos mais variados agentes históricos, multifacetados nas prerrogativas da ação, cultura, cotidiano,

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP – Campus Guarulhos.

² A Universidade Federal de São Paulo - Campus Guarulhos tem em seu corpo docente e discente pesquisadores importantes acerca dos Mundos do Trabalho e dos Trabalhadores, encontrando no Grupo de Pesquisa História, Memória e Patrimônio do Trabalho um significativo espaço de debate e investigação sobre diversos agentes históricos como os anarquistas, camponeses, a imprensa operária, militares, literatos, petroleiros, têxteis, bancários, metalúrgicos, imigrantes, mulheres, trabalho escravo, marinheiros.

lazer, tempo e espaço³. Além da mudança de olhar acerca das questões sobre raça, gênero, etnia, que finalmente estão ganhando força nas pesquisas acadêmicas, assim,

um dos aspectos mais destacados desta produção recente é a procura pela superação de dicotomias que, tradicionalmente, isolavam em campos de estudo diferenciados o trabalho livre e o trabalho coercitivo ou escravo, o trabalho urbano e o trabalho rural, o trabalho formal e o trabalho informal (Fortes et al., 2013, p. 8).

Essa perspectiva de crescimento perpassa necessariamente o acesso às fontes pelo historiador. Os documentos já estudados podem sempre ser reanalisados a partir da formulação de novas perguntas e interpretações. Concomitantemente, surgem para o pesquisador novos documentos que outrora não eram acessados, como, por exemplo, os produzidos pela Justiça do Trabalho.

Nesse sentido, os acervos da Justiça do Trabalho ganham cada vez mais espaço nas pesquisas acadêmicas no Brasil, uma vez que grande parte destes documentos se encontra atualmente em centros de documentação das universidades brasileiras, resguardando "queixas, processos, acordos, testemunhos e relatórios" (Negro, 2006, p. 194). Deste modo as fontes judiciais

constituem um vasto repertório para os estudos, principalmente, da história do cotidiano e da luta por direitos encetada por homens e mulheres anônimos, escravos, indígenas e os assim chamados 'trabalhadores livres', além das diversas concepções em jogo acerca das leis, dos direitos e das justiças (Gomes; Silva, 2013, p. 26).

Importante ressaltar que tais fontes fatalmente seriam destruídas pela própria Justiça do Trabalho⁴, como o que ocorreu com a documentação sobre a escravidão, destruída pelo Estado brasileiro⁵.

³ O GT Mundos do Trabalho se consolidou como um grupo heterogêneo que está possibilitando a difusão e ampliação dos estudos acerca da temática. Os encontros anuais realizados e a publicação de uma revista eletrônica estão viabilizando atualmente um constante diálogo entre os historiadores do trabalho.

⁴ Fernando Teixeira da Silva nos mostra dados assustadores da quantidade de processos destruídos pela Justiça do Trabalho. Ver: SILVA, Fernando Teixeira. Nem crematório de fontes nem museu de curiosidade: por que preservar os documentos da Justiça do Trabalho. In: BIAVASCHI, Magda Barros; MIRANDA, Maria Guilhermina (Org.). *Memória e preservação de documentos: direito do cidadão*. São Paulo: LTr, 2007.

Outro possível caminho a ser percorrido pelo historiador são as fontes policiais provenientes das investigações do Departamento de Ordem Pessoal e Social - DEOPS. Este órgão vigilante utilizava em seu método investigativo todos os materiais possíveis produzidos pelos trabalhadores, como boletins informativos de suas organizações, propagandas políticas, editais de convocação de reuniões, entre outros.

Para além da gama documental produzida pelos trabalhadores e apreendida pelo órgão, havia ainda aqueles indivíduos que auxiliavam os investigadores com espionagens em assembleias e reuniões e lhes forneciam depoimentos e relatórios. Dessa maneira, a polícia política conseguia monitorar muito bem os trabalhadores e seus sindicatos.

O pensar sobre o movimento sindical traz consigo a necessidade do uso de fontes, produzidas pelas entidades sindicais, primordialmente, como boletins, atas de reuniões e balanços contábeis. Entretanto, nem todos os sindicatos possuem um acervo organizado e com fontes disponíveis ao pesquisador e, muitas vezes, esses documentos nem acondicionados devidamente se encontram. A partir desta perspectiva, este texto busca se inserir no debate acerca das investigações desses agentes históricos e na preocupação na preservação dos documentos por eles produzidos, guardados em suas sedes sindicais.

Pensar os trabalhadores do petróleo e o seu arquivo pode nos possibilitar um maior aprofundamento das concepções do movimento sindical como um todo, mas, ao mesmo tempo, nos permite compreender as nuances que os estudos de categoria setoriais de trabalhadores demonstram sobre a história do trabalho no Brasil.

Os petroleiros de Mauá e o seu sindicato

O movimento operário se constituiu ao longo da história em inúmeras formas de organização como associações, sociedades de socorro mútuo, sindicatos, grêmios, imbricados em irmandades religiosas, entidades de lazer e de sociabilidade. A ação coletiva dos trabalhadores pode ser compreendida como um exercício coordenado por um grupo com o intuito de conquistar diversos objetivos que são entendidos como benéficos para este grupo ou para outro próximo da coletividade.

⁵ Para um debate fundamental, ver: SLENES, Robert. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. *Estudos Econômicos*, v. 13, n. 1, p. 117-149, 1983.

E. P. Thompson em *A formação da classe operária inglesa* nos mostra a perspectiva de constituição da classe operária sob a égide da experiência. Nunca é demais partir deste pressuposto, uma vez que o movimento dos petroleiros de Mauá, suas culturas, suas redes e a própria ação sindical se desenvolvem nesse entendimento, pois a "classe é uma relação" (Thompson, 1987, p. 11) entre pessoas dos mais variados costumes, tradições e origens, que decorre dos processos sociais.

A classe petroleira se constituiu como protagonista de um cenário de forte movimentação trabalhista na região e de intensa agitação de trabalhadores. Negociações, paralisações e greves deram o tom do ambiente sindical, "essas lutas bem como as conquistas sociais, são afirmadas e defendidas no chão de fábrica" (Negro, 2004, p. 79). As formas de organização de base das entidades classistas nas indústrias são o cerne do caráter do movimento sindical.

No ano de 1957 eclodiu um forte movimento grevista na cidade de São Paulo. Com ramificações em sua região metropolitana, como Santo André e Mauá, "a paralisação envolveu diversas categorias profissionais, mobilizando trabalhadores da capital e de diversas cidades do interior" (Fortes et al., 2009, p. 149). O cenário da insatisfação política dos trabalhadores se constituía na crítica ao aumento do custo de vida da população causada pelo intenso crescimento da inflação na economia.

Os salários do operariado não acompanhavam os índices inflacionários da época, "contribuindo para um efetivo agravamento de suas condições de vida" (Fortes et al., 2009, p. 150) que, por sua vez, acarretava na crescente preocupação da classe dirigente sindical e das correntes políticas próximas com a necessidade da intensificação da luta por aumentos salariais. Em suma, a conjuntura de forte desemprego, inflação alta e escassez de alimentos culminou na eclosão e radicalização da greve de 1957, denominada de Greve dos 400 mil.

A Greve dos 400 mil, para Murilo Leal, teve como ponto central a "utilização de piquetes como estratégia de ação, sendo adotada por categorias não representadas por seus sindicatos" (Pereira Neto, 2011, p. 268). De acordo com Antonio Luigi Negro (2004, p. 92), os piquetes podem ser constituídos de duas formas. A primeira trata-se em assentar piqueteiros em frente aos portões ou nas proximidades das empresas para "medir forças com a repressão e com os fura-greves, atitude geralmente verificada na entrada, nas trocas de turno e nos retornos das refeições, aquelas feitas na rua" (Negro, 2004, p. 92). A outra

forma, analisada por Negro (2004, p. 92), buscava "passar depois da entrada para o serviço e buscar tirar para fora os que estivessem dentro".

A greve de 1957, como dito, ultrapassou as fronteiras da cidade de São Paulo. Em Santo André, três dias após seu início na capital, o movimento parava os químicos, metalúrgicos, têxteis, trabalhadores da construção civil e marceneiros (Pereira Neto, 2011, p. 273). O jornal *Estado de São Paulo* alardeava em suas folhas: "praticamente paralisada toda a indústria do ABC" (Negro, 2004, p. 106).

Essa greve foi fundamental para a organização de uma entidade sindical própria dos petroleiros. Todavia, esse sindicato foi fruto da movimentação e do patrocínio da Refinaria União. Em carta direcionada ao Ministério do Trabalho, o presidente do Sindicato dos Químicos do ABC reivindicou a não permissão da formação de uma Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria de Destilação e Refinaria de Petróleo de Mauá. Nos relatos coletados pela Comissão Nacional da Verdade fica claro qual o papel da empresa na formação da entidade:

Aí eu estava na segurança, eu levei o relatório da noite, estava levando lá para cima para o escritório e o Dr. Ferreira Leite estava na escadaria, ali olhando, sabe. E eu estava subindo ali e ele falou: você mesmo vem aqui. Ele falou: oh Adib eu estou sabendo que você não quer entrar no sindicato. Eu falei: ah doutor, eu estou aqui para trabalhar, eu não estou aqui para bagunça. Entendeu. Eu prefiro trabalhar sossegado. E sindicato sabe como que é né, você tem que ir para lá, tem que ir, tem que ir para cá, tem não sei o que lá, vai parar, vai fazer greve, vai fazer não sei o que lá e o meu caráter não dá para isso. Aí ele falou assim para mim: não, Adib, não é assim não. Você tem que entrar no sindicato. Esse sindicato é nosso, esse sindicato não é do comum por aí. Esse sindicato é nosso, foi instituído pela refinaria, porque nós dependíamos sempre do sindicato dos químicos. E o que eles aprovavam lá, para nós não era interessante. Então vamos instituir um sindicato nosso e eu quero contar com

você, que você entre lá também. Aí eu falei: ah, tudo bem. Se for assim tudo bom.⁶

Neste relato notamos a atitude de um dos diretores da firma, Francisco Ferreira Leite, ao afirmar que o papel desempenhado pelos químicos não era vantajoso para a empresa, compreendendo que o sindicato devia responder aos interesses da Refinaria, assim colocando os interesses dos trabalhadores em uma perspectiva secundária. Desta forma o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Refinação e Destilação de Petróleo de Mauá - Sindipetro se organizou a partir do patrocínio da diretoria da empresa com um intuito evidente de controlar as ações dos petroleiros no ambiente de trabalho e no movimento sindical como um todo.

Após a constituição do Sindipetro e de sua primeira direção eleita, os petroleiros se desvencilharam desse controle da empresa e passam a agir de forma autônoma, conquistando direitos e vantagens salariais em detrimento dos interesses da própria direção da refinaria.

O ano de 1963, como já afirmado, foi determinante para os petroleiros de Mauá. A greve dos 700 mil ou, para os petroleiros, a greve de encampação, acabou por acirrar os debates acerca do futuro da indústria do petróleo no Brasil e, conseqüentemente, o próprio futuro dos trabalhadores deste ramo.

A greve é um instrumento de luta, uma ferramenta que o movimento operário utiliza para alcançar as reivindicações propostas, momento em que o poder de barganha dos trabalhadores com os empregadores se coloca à prova em forma de protesto.

Marcel van der Linden (2013, p. 203) define a greve como

formas de luta, coerção e poder, nas quais um grupo de trabalhadores, agindo coletivamente, para de trabalhar para dar reforço a reivindicações econômicas, sociais e/ou políticas de interesse dos trabalhadores diretamente envolvidos e/ou de outro.

Desta maneira, a greve é um mecanismo iminente e presente no cotidiano do operariado, que se coloca a partir da análise da necessidade de radicalização por parte dos

⁶ Arquivo Nacional, Entrevista de Adib Augusto de Oliveira para a Comissão Nacional da Verdade, 14 de março 2014.

trabalhadores e dos sindicatos (se for o caso), para que alcancem a pauta reivindicada, ou parte dela.

Dentro do movimento paredista, as táticas empreendidas pelos grevistas podem variar de acordo com o caráter da ação. Em seu ensaio sobre os trabalhadores, Linden (2013, p. 195-202) nos mostra diversos movimentos reivindicatórios que a bibliografia acerca do movimento operário produziu. As práticas de contestação podem se constituir por uma paralisação dos turnos das empresas, fugas, suspensão de serviços, boicotes, destruição ou diminuição da produção, sabotagens e piquetes.

A greve de encampação da Refinaria União é um ponto fundamental para compreendermos o desenrolar da história dos petroleiros no movimento operário em São Paulo. Esta greve movimentou diversos agentes políticos e sociais, desde militantes sindicais, sociedade civil, imprensa, parlamentares e estudantes, que possuíam o interesse do fortalecimento da Petrobras e, conseqüentemente, do monopólio do petróleo, tendo-se em vista da lei 2.004/1953 que criou a estatal brasileira.

A encampação foi uma bandeira defendida pelas mais variadas entidades de classe, desde o Comando Geral dos Trabalhadores - CGT, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI, o Pacto de Ação Conjunta - PAC e entidades sindicais de outras categorias, como químicos e metalúrgicos, mas foi com os sindicatos de petroleiros de outros estados, como os da Bahia e Rio de Janeiro, que o tema da encampação ganhou importantes aliados para a consolidação do movimento, transformando uma pauta local em reivindicação nacional. Greves e paralisações de solidariedade, apoio e financiamentos por empréstimos foram fundamentais para o sucesso da greve e a conquista das pautas e a encampação, sendo esta última advinda da assinatura de decreto presidencial em 13 de março de 1964, no Comício da Central do Brasil na cidade do Rio de Janeiro.

O Golpe de Estado de 1964 foi para os petroleiros de Mauá, ligados ao sindicato e ao movimento grevista de 1963, o início de perseguições políticas, demissões, prisões, interrogatórios e investigações que ganharam força em consequência das intervenções do Ministério do Trabalho e Previdência Social e da polícia na entidade de classe. Com a intervenção no sindicato e a perseguição política dentro da empresa, o movimento dos petroleiros sofreu, como outras categorias, com o fim de uma intensa atividade operária no país.

O Sindipetro ficou inerte como representante dos trabalhadores da Refinaria União até 1977. A Refinaria, que teve a encampação anulada pela ditadura militar, foi vendida pelos proprietários para a Petrobras em 1974, que a denominou Refinaria de Capuava - Recap, transformando-a em uma unidade da empresa. Em 1977 os trabalhadores do petróleo, agora funcionários da Petrobras, formaram uma associação e, posteriormente, a consolidaram como entidade sindical. Surgia, assim, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Destilação e Refinação de Petróleo de Mauá e Santo André. Em 2001 os sindicatos dos petroleiros de Mauá, São Paulo, Campinas e terminais se unificam e fundam o Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo, entidade que atualmente representa os trabalhadores destas unidades.

A Intervenção no Sindipetro e suas fontes

Com a consolidação do golpe de Estado em 1964, políticas de repressão começaram a ser adotadas pelo novo regime com o intuito de controlar e, por que não, acabar com a luta dos trabalhadores brasileiros.

Os sindicatos foram os principais alvos das ações da ditadura instaurada, pois estas entidades, que compreendem trabalhadores de uma determinada categoria, visam "primordialmente criar condições para negociações salariais, direitos e condições de trabalho" (Linden, 2013, p. 250). Intervir nos sindicatos se tornou peça fundamental no monitoramento das ações sindicais e dos trabalhadores, tendo em vista o papel ativo desempenhado pela classe operária brasileira pós-1945.

Algumas entidades sindicais congregavam centenas de trabalhadores das mais variadas empresas do mesmo ramo fabril, como os metalúrgicos, têxteis, químicos, gráficos e outros. Murilo Leal (Pereira Neto, 2011, p. 347) traz alguns dados interessantes que podem nos mostrar a dimensão da relação entre trabalhador sindicalizado e a base da categoria. Em um levantamento de 1965 a Universidade de Brasília - UNB apontou "uma taxa de sindicalização dos metalúrgicos de São Paulo de 18,07% em 1964: 40 mil trabalhadores em um universo de 221.299". Estes números nos permitem mostrar a quantidade de operários sindicalizados e representados na base pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo situando seu campo de atuação.

Para os golpistas era fundamental e determinante, para o esperado desbaratamento e controle do movimento operário, que a intervenção pudesse "manter os sindicatos funcionando e assim, utilizar a máquina administrativa na tentativa de controlar a classe trabalhadora, influenciando suas demandas e formas de reivindicação" (Nagasava, 2015, p. 92).

Entretanto, ao pensarmos nos petroleiros de Mauá, a rubrica da manutenção do sindicato, pós-intervenção, para controle dos trabalhadores não serve. Os dados são imprecisos sobre a quantidade de funcionários da Refinaria União, todavia, em relatório da delegacia de polícia de Mauá de 1961, consta que havia 547 petroleiros contratados pela empresa⁷. Ao mesmo tempo, não é possível determinar a quantidade de trabalhadores sindicalizados no Sindipetro, mas podemos concluir que a base de representação do sindicato é muito baixa se comparamos com outras categorias, não sendo vantajoso, principalmente para a empresa e nem para o Estado, manter o sindicato funcionando ativamente. O Sindipetro de Mauá representa os trabalhadores de uma única empresa, o que nos permite caracterizá-lo como um sindicato pequeno, o que fazia com que seu possível fechamento fosse pouco alardeado. Ao mesmo tempo, a Refinaria União era uma empresa fundamental para o desenvolvimento econômico do Brasil e se enquadrava na Lei Segurança Nacional (Negro, 2004, p. 107), sendo totalmente indesejável a organização de seus trabalhadores, que poderia culminar em greve, atrapalhando os planos desenvolvimentistas do governo.

Alguns meses após a efetivação do golpe de Estado no Brasil começaram as perseguições e demissões pela empresa, com destaque para o dia 5 de maio de 1964 no qual 86 petroleiros foram despedidos⁸, desarticulando quaisquer possibilidades de ação, luta e resistência dentro da refinaria por parte dos trabalhadores sindicalizados.

A ferramenta de intervenção nos sindicatos, sob o aspecto da legalidade, tinha como justificativa "a fuga de dirigentes sindicais, eventualidade da prisão de seus dirigentes, ou quando os sindicatos fossem objetos de intervenção militar resultante de denúncias sobre subversão" (Nagasava, 2015, p. 107). Do mesmo modo, as intervenções podiam ser

⁷ APESP, Deops. Dossiê Delegacias do Interior - Mauá, p. 41, OS 0662.

⁸ Arquivo do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo - Regional Mauá, Relação de demitidos.

"baseadas em burburinhos e fofocas, na articulação patronal e na perseguição das forças armadas" (Nagasava, 2015, p.108).

No caso do Sindipetro de Mauá podemos notar claramente a ação da empresa e das forças armadas ao analisarmos o parecer do interventor. O Tenente-Coronel Paulo Haroldo Granadeiro Guimarães, foi designado pela Delegacia Regional do Trabalho - DRT, sendo chefe de segurança da Refinaria União (Medici, 2005, p. 98) na época do golpe e, portanto, funcionário da empresa, além de possuir carreira militar.

Em seu relatório consta uma breve descrição do cenário político brasileiro desde o primeiro governo Vargas, procurando, por sua vez, demonstrar uma espécie de "herança" social e política que o governo de João Goulart possuiria com Getúlio Vargas. No decorrer do documento o interventor elencou uma série de motivos que justificariam a deposição dos dirigentes sindicais e a intervenção do governo no Sindipetro. Para o governo "os interventores deveriam especificar em seus relatórios a existência de atividade subversiva e os problemas financeiro causados pelas diretorias" (Nagasava, 2015, p. 107).

Consta no relatório o enquadramento coletivo da diretoria nas seguintes causas: "malversação de verbas, compra de consciências, incitamento a indisciplina e a greve, propaganda subversiva, aliciamento de adeptos para o Partido Comunista Brasileiro - PCB e ofensas a moral". Ainda no documento, o interventor destaca o papel desempenhado por um dos diretores do sindicato, responsabilizando-o pelo "contato com países da 'Cortina de Ferro' e agitadores de outros países da América Latina" ao utilizar correspondências entre este diretor e o Consulado da Tchecoslováquia, no qual se requisitava o empréstimo de documentários sobre as "realizações de socialistas" e, ao mesmo tempo, prestava-se contas do andamento da campanha de encampação da Refinaria União⁹.

Ao dar início ao processo de perseguição à diretoria, o interventor precisava, necessariamente, usar os documentos sindicais para acusar os diretores e justificar a intervenção, produzindo provas contra os trabalhadores, utilizando para isso correspondências, atas de assembleias, documentos contábeis, boletins e editais.

No parecer do interventor podemos notar uma consequência da fabricação de evidências por parte do Estado, que é a tentativa dos trabalhadores de se precaverem da

⁹ APESP, Deops. Prontuário 141725, inquérito policial anexado, fl. 13.

repressão, desmobilizando provas que poderiam incriminá-los. No documento consta que ao entrarem na sede do sindicato, juntamente com o setor repressivo do Estado, encontraram as salas abertas e reviradas, faltando bens patrimoniais e documentais, "pois estava tudo na mais completa desordem, revolvido, dando a impressão de que alguém ali estivera, antes, apressadamente, para retirar papéis comprometedores"¹⁰.

A partir deste cenário podemos perceber que a intervenção no Sindipetro resulta em dois aspectos relevantes acerca das fontes. A primeira tem como perspectiva a "queima de arquivo" por parte dos investigados que, por terem acesso a entidade, desapareceriam com documentos que seriam usados contra os próprios, como as atas de assembleia que poderiam ser relatadas em livros específicos, facilitando o acesso e as leituras, mas que, ao mesmo tempo, podiam ser carregadas por qualquer indivíduo e armazenadas em qualquer ambiente. E a segunda perspectiva, como dito, haveria, pela intervenção, uma manipulação dos documentos para forjar provas para o relatório final. Desta maneira, a ação do Estado reflete, necessariamente, no ofício do historiador.

Preservar para perguntar: as possibilidades de preservação da memória petroleira

Preservar a documentação dos trabalhadores no Brasil é de extrema necessidade para o trabalho do historiador, principalmente para aquele voltado para a história social do trabalho. Sem as fontes, a memória da classe operária se perderia na imensidão da história,

sua documentação é de vital importância não apenas para conhecer a sua história, como também para conhecer o seu posicionamento no contexto da época e a situação cotidiana e orgânica de cada membro trabalhador e do seu conjunto (Santa Cruz in Stampa; Marques, 2010, p. 115).

Políticas de manutenção de acervos documentais devem ser prioritárias tanto para as entidades sindicais como para as universidades.

O arquivo do Sindipetro - regional Mauá possui, majoritariamente, documentos produzidos a partir da formação do novo sindicato em 1977, constando as seguintes fontes:

¹⁰ APESP, Deops. Prontuário 141725, inquérito policial anexado, fl. 12.

notas de despesas; cartas; periódicos; jornal dos petroleiros; processos; eleições; atas de assembleia; documentos de outros sindicatos; lista de trabalhadores sindicalizados; processos de anistia; boletins; análise de pagamentos; documentos referentes à ao fundo de pensão e informativos Recap.

Entretanto, o sindicato possui alguns exemplares documentais da experiência sindical dos anos 1960, como editais de convocação, boletins e estatuto que são provenientes do resguardo por parte da refinaria. O sindicato, infelizmente, não possui nenhuma ata de reuniões e de assembleias de seu primeiro período.

Estes documentos existentes estão situados em lugares inadequados, em processo de deterioração, mal preservados e acondicionados com materiais inapropriados. Não muito diferente, talvez, de outras entidades sindicais tão importantes quanto os petroleiros, pois nem todos os sindicatos possuem estrutura e condições financeiras para a formação de um arquivo com o devido processo de constituição de inventário, catalogação, higienização e organização.

Ao refletirmos acerca da preservação desta documentação podemos possibilitá-la através de quatro frentes. Um dos caminhos para adoção destas políticas de preservação é a formação dos próprios centros de documentação nos sindicatos, embora nem todas as entidades sindicais possuam estruturas e espaços físicos apropriados. Mas, ao criar estes centros, o movimento dos petroleiros pode ser fortificado, no que se refere ao embasamento histórico da própria classe e na luta destes operários.

Outra forma de preservação é o papel que poderia ser desempenhado pelas duas federações da categoria. A Federação Única dos Petroleiros - FUP e a Federação Nacional dos Petroleiros - FNP, ambas sediadas na cidade do Rio de Janeiro, poderiam encampar o processo de formação destes centros de documentação propondo a organização nas unidades sindicais em seus respectivos estados ou congregar os acervos documentais em suas sedes no Rio de Janeiro.

Por fim, há um percurso interessante que John D. French (in Stampa; Marques, 2010, p. 90) sugere, baseado na alternativa de digitalização dos documentos para a sua manutenção nos sindicatos, mas que, ao mesmo tempo, tais fontes possam ser

disponibilizadas aos pesquisadores, ou seja, "que esses acervos sindicais possam ser processados e microfilmados por instituições arquivísticas profissionais e bem equipados".

Um trabalho que vale ser destacado é o almanaque desenvolvido em conjunto, pelo Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo, a Petrobras e o Museu da Pessoa, que reúne depoimentos de petroleiros ativos e aposentados das unidades da empresa e dos sindicatos (Petrobras, 2003). Este trabalho resultou em um livro distribuído para os trabalhadores e um sítio eletrônico¹¹.

Por fim, preservar os documentos dos sindicatos dos trabalhadores do petróleo auxilia na luta cotidiana destes na manutenção dos direitos conquistados ao longo das trajetórias históricas dos petroleiros, permitindo que o historiador possa ver "a complexidade da experiência operária" (Negro; Gomes, 2006, p. 222). Ao mesmo tempo, resguarda fontes que podem fortalecer os movimentos que lutam contra a - sempre iminente - privatização da Petrobras pelos grupos contrários a sua existência.

Além de que a preservação destes documentos possibilita a ampliação de estudos sobre os próprios trabalhadores do petróleo, e da atividade industrial em questão, eles ainda podem contribuir para compreensão do período histórico que abarca sua temporalidade de produção e do desenvolvimento das cidades de Mauá e Santo André.

Referências

ARQUIVO DO SINDICATO UNIFICADO DOS PETROLEIROS DE SÃO PAULO. Relação de demitidos.

ARQUIVO NACIONAL. Comissão Nacional da Verdade. Entrevista de Adib Augusto de Oliveira.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Setor Deops. Prontuário 141725.

_____. Dossiê Delegacias do Interior - Mauá - OS 0662.

FORTES, Alexandre [et al.]. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

_____. [et.al] *Cruzando Fronteiras: novos olhares sobre a História do Trabalho*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2013.

¹¹ <http://memoria.petrobras.com.br/>. Acessado em: 04/07/2016.

- FRENCH, John D. Os trabalhos arquivísticos voltados ao mundo dos trabalhadores: avanços e desafios na América Latina desde 1992. In. STAMPA. Inez Terezinha, MARQUES. Antônio José. *O Mundo dos trabalhadores e seus arquivos*. 2. ed. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2010.
- GOMES, Angela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da (orgs.). *A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do Mundo: Ensaio para uma história global do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- MARQUES. Antonio José. (org.). *O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*. 2. ed. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2010.
- MEDICI, Ademir. *Refinaria de Capuava: A matrix do pólo petroquímico do ABC (1954-2004)*. São Paulo: Recap (Mauá), 2005.
- NAGASAVA, Helene Chaves, *O sindicato que a ditadura queria: o Ministério do Trabalho no governo Castelo Branco (1964-1967)*. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História, Política e Bens Culturais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, Rio de Janeiro, 2015.
- NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de Montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores. 1945-1978*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. Além das senzalas e fábricas: Uma história social do trabalho. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006.
- PETROBRAS. *Almanaque Memória dos Trabalhadores Petrobras/ Organizado pelo Museu da Pessoa*. Rio de Janeiro. 2003.
- PEREIRA NETO, Murilo Leal. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- SANTA CRUZ, Ruth E. B. Os arquivos do movimento operário. A recuperação dos documentos das organizações sindicais do Peru. In. In. STAMPA. Inez Terezinha, MARQUES. Antônio José. *O Mundo dos trabalhadores e seus arquivos*. 2. ed. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2010.
- SLENES, Robert. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. *Estudos Econômicos*, v. 13, n. 1, p. 117-149, 1983.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. V. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Centro de Documentação e Pesquisa vergueiro (CPV); um arquivo para a história das lutas dos trabalhadores no Brasil

Paula Ribeiro Salles¹

Resumo

O objetivo central deste artigo é reafirmar a importância já conhecida do acervo do Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro (CPV) para a história das lutas dos trabalhadores no Brasil. Primeiramente levantamos aspectos da trajetória da entidade, que este ano completa 43 anos (1973-2016), relacionados à constituição de seu patrimônio documental e às questões advindas da necessidade de preservação do mesmo que desencadearam a decisão recente de doar todo o acervo físico e digital para o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Unicamp. Num segundo momento, tratamos de apresentar o acervo do CPV destacando a sua forma de organização, a sua quantificação e ainda os projetos de digitalização e divulgação realizados.

Palavras-chave: Centro de Pastoral Vergueiro (CPV). Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV). Acervo do CPV.

Este artigo tem como objetivo reafirmar a importância do acervo do Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro (CPV) para a história das lutas dos trabalhadores no Brasil, especialmente nas décadas de 1970 e 1980. Apresentaremos aspectos da trajetória da entidade, que este ano completa quarenta e três anos (1973-2016), relacionados à constituição de seu patrimônio documental e questões advindas da necessidade premente de preservação do mesmo.

Vale começar especificando a complexidade e capilaridade da categoria “trabalhadores” que constituiu e é constituinte do acervo do CPV. John French (2009) faz um

¹ É documentalista e historiadora com mestrado em história social pela PUC-SP. É também sócia do CPV.

apelo pertinente quando defende um alargamento da história do trabalho na América Latina². No caso brasileiro, French mostra que em 1992 as contribuições para a construção do *Guia dos centros de documentação, formação e assessoria ao movimento operário e sindical*³ já apontavam a “necessidade de ir além de uma história apenas sindical, masculina e institucional, algo que é bem distante do cotidiano da vida popular e operária” (French, 2009, p. 96). A contribuição de Yara Khoury neste mesmo projeto destaca a existência de um número expressivo de “centros de documentação não tradicionais” que mantêm “um contato mais estreito com o público trabalhador e popular” e que abordam “temas normalmente fora do alcance da história operária clássica: “moradia, saúde, menores, mulheres, direitos humanos” junto com a (ideia) de democratizar o acesso popular a informação” (French, 2009, p. 96).

Neste espectro de entidades, os centros de documentação não tradicionais, e nessa história dos trabalhadores mais alargada é que se situa a atuação e a consequente constituição do acervo do CPV. Além da luta por salários justos e boas condições de trabalho, o trabalhador a que nos referimos está em busca de condições de uma vida digna - com moradia, saúde, educação, transporte, lazer, etc. Estas outras histórias se constroem na vida cotidiana que está além dos ambientes tradicionais de organização da classe operária – como os sindicatos e os partidos – e envolve outros atores sociais, além do operário típico – o trabalhador da fábrica sindicalizado.

O CPV foi fundado como associação sem fins lucrativos por frades dominicanos e instalado na Comunidade Cristo Operário na Zona Sul de São Paulo em 1973. Permaneceu ali até 1989 quando se desvinculou da comunidade dominicana e mudou de nome: passou de Centro de Pastoral Vergueiro (CPV) para Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV)⁴. Apesar do protagonismo dos frades dominicanos, a entidade também foi dirigida por

² Esta comunicação de John French foi apresentada na primeira edição deste Seminário Internacional - O mundo dos trabalhadores e seus arquivos, em 2008, cuja coletânea com os artigos foi publicada em 2009.

³ Este guia brasileiro foi elaborado para a coletânea *Reunión iberoamericana para la recuperación y conservación de archivos y documentación de los trabajadores y los movimientos sociales* resultado de uma pesquisa dos estudos sobre trabalhadores em países ibero-americanos promovida pela da Fundação Pablo Iglesias de 1992. O guia contém 83 páginas. Foi elaborado com o apoio de várias entidades. Apresentou 30 centros, acervos e projetos vinculados ao movimento operário, sindical e popular no Brasil (French, 2009).

⁴ Para aprofundar o estudo da atuação do Centro de Pastoral Vergueiro entre 1973-1989, ver: SALLES, Paula Ribeiro (2013). *Documentação e comunicação popular: a experiência do CPV – Centro de Pastoral Vergueiro (São Paulo/SP, 1973-1989)*. Dissertação de mestrado em história social pela PUC-SP. Se olharmos panoramicamente para estas décadas (1970/1980) podemos dizer que o CPV desenvolveu atividades com

leigos: estudantes universitários, operários, militantes sindicalistas e militantes da educação popular - homens e mulheres lutadores. Caracterizou-se, essencialmente, por uma composição política plural e de base, bastante próximo da vida e das lutas dos trabalhadores.

Por quase três décadas – 1970, 1980 e 1990 (esta última com menor fôlego e intensidade) – o CPV fez-se nesta realidade complexa e plural de intensa movimentação social e política, devido à transição do regime ditatorial para o democrático, dedicando-se a um amplo projeto de comunicação e documentação popular. Caracterizou-se pelo ativismo e militância política. Esteve ao lado da Igreja Católica quando esta se posicionou de forma progressista, no auge da teologia da libertação. Acompanhou e agitou os movimentos populares e sindicais que defenderam a organização de base e a conscientização dos trabalhadores como sujeitos de suas lutas. Lidava com a informação popular dentro de uma perspectiva classista e de enfrentamento com a comunicação dominante e outros poderes estabelecidos.

Nesta trama política, o CPV se forjou em torno de uma rede de entidades similares que promoveram intensas trocas, estabelecendo um amplo movimento de publicações populares e a realização de diversos encontros nacionais⁵. Esta atuação em rede ajudou a

características mais locais e pastorais na década de 1970, passando por um amplo projeto popular entre 1979 e 1983, quando confluíram diversas forças sociais que impulsionaram enormemente seu trabalho e, finalmente, o último período (1984 a 1989), em que focou suas atividades numa linha mais sindical.

⁵ Entre os anos de 1977 e 1989 se constituíram três blocos de encontros nacionais significativos na conformação desta rede brasileira: os ENCODOPs (Encontros de Comunicação e Documentação Popular, entre 1977 e 1983) os Seminários de Documentação Alternativa (1984 e 1985) e os Encontros de Centros de Documentação e Memória Operária e Sindical (1988 e 1989). Estes encontros mostram o percurso de inter-relacionamento estabelecido por um coletivo de entidades que estiveram muito próximas em determinado contexto: o CPV participou como protagonista e/ou participante em todos estes encontros; entre as outras entidades da rede destacam-se: Serviço de Documentação e Informação Popular - SEDIPO, Recife/PE; Centro Ecumênico de Documentação e Informação - CEDI, Rio de Janeiro/RJ, Centro de Informação de Vitória - CEDIV, Vitória/ES; Comissão Pastoral da Terra - CPT, Goiânia/GO; Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos - ADITEPP, Curitiba/ PR; Centro de Estudos Migratórios - CEM, São Paulo/SP; Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE, São Paulo/SP e Recife/PE; Centro de Documentação Popular da Paraíba, Paraíba; Setor de Comunicação Regional da NE II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB; Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social - ETAPAS, Recife/PE; Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC, São Paulo/SP; e na última articulação em 1988/1989, o Cento de Memória Sindical - CMS, São Paulo/SP; Arquivo de Memória Operária – AMORJ/UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, entre outras. Este movimento em rede também se desdobrava em trocas no continente latino-americano, e neste campo foi marcante a atuação da Comissão Evangélica Latino-Americana de Educação Cristã (CELADEC) que promoveu em 1979 a CLADOCOP (Consulta Latino Americana de Documentação e Comunicação Popular), em Lima- Peru, desenvolvendo um amplo debate e a promovendo a produção de publicações que se tornaram referência para a disseminação de conceitos e práticas nas áreas de comunicação e documentação popular no Brasil. Ver: SALLES, 2013, p. 69-100; COMISSIÓN EVANGÉLICA LATINO-AMERICANA DE EDUCACIÓN CRISTIANA (1979).

promover a interligação de movimentos populares e sindicais em torno de um bloco de luta popular⁶. Paulatinamente, durante a década de 1990, numa conjuntura de refluxo dos movimentos sociais e avanço do neoliberalismo, o CPV perdeu força institucional e deixou de atuar junto aos movimentos como centro de documentação e comunicação popular.

Durante as três primeiras décadas de sua existência (1970, 1980 e 1990), o CPV foi financiado através de projetos junto a instituições do exterior, muitas delas ligadas à Igreja Católica. O último destes projetos terminou em 2002. Desde então o CPV viveu da força militante dos seus dirigentes, sócios, amigos e voluntários e da ajuda solidária de alguns sindicatos e entidades parceiras. Com a crise institucional e a necessidade premente de preservar o patrimônio documental acumulado nestas três décadas, o CPV passou a buscar financiamento para a preservação e divulgação do seu acervo. Nesta área, conseguiu realizar alguns projetos, porém nenhum deles garantiu a estabilidade institucional necessária para tocar um projeto de memória e preservação condizentes com o acervo acumulado. Diante de tal dilema, os membros do CPV em assembleia, em meados de 2015, tomaram a decisão de doar todo o seu acervo físico e digital para o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Unicamp⁷.

Como já havia detectado John French, a grande questão em relação aos centros não tradicionais dos anos 1970 e 1980 é “a falta de financiamento estável e de uma institucionalização suficientemente forte para garantir a sua sobrevivência” (FRENCH, 2009,

Documentación y comunicación popular – materiales de la consulta latinoamericana de documentación y comunicación popular. Lima, Peru: CELADEC. 343p.

⁶ Estas chamadas entidades de apoio aos movimentos populares se projetaram especialmente na cena política e social do fim da década de 1970 e na década de 1980 com um projeto de educação, documentação e comunicação popular. Para entender melhor a caracterização destas entidades e o papel do CPV neste contexto, ver: ANDRADE, Ana Maria Cardoso de (1989). *Um novo texto no contexto da informação popular – os centros de documentação e comunicação*. Tese de doutorado defendida na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo; PONTUAL, Pedro. *Os centros de educação popular na conjuntura brasileira (1964-1986)*. São Paulo: CEPIS – Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae, ago. 1986. Texto de apoio n. 9.

⁷ Segundo informações dos dirigentes, o CPV oficializou a doação por meio de contrato assinado com o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp e termo de compromisso com o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) em janeiro de 2016. A transferência total do acervo está prevista para realizar-se em dois anos. O primeiro lote de materiais (slides, fotos, fitas de vídeos VHS, fitas cassetes, broches, camisetas e quadros) e ainda todo o acervo digital e físico dos projetos de digitalização e microfilmagem realizados pelo CPV já foi transferido para o AEL no início deste ano. O site do AEL já está divulgando a incorporação do acervo do “Centro Pastoral Vergueiro – CPV” [sic], ver: BRASIL (s/data). Arquivo Edgard Leuenroth/IFCH. *O acervo do Arquivo Edgard Leuenroth tem crescido significativamente no último período*. Disponível em: < http://www.ael.ifch.unicamp.br/site_ael/>. Acesso em: 25 jun. 2016.

p. 97). Estes chamados centros ou entidades de apoio tomaram diferentes rumos na conjuntura dos anos 1990 – muitos fecharam, outros se reconfiguraram institucionalmente – e o destino dos seus acervos é tema para ser estudado com maior cuidado. Para além da falta de financiamento e institucionalização, é necessário ressaltar que a promoção das memórias e histórias contidas nestes acervos envolvem disputas políticas que acabam por traçar seus rumos⁸.

Neste sentido, é necessário reconhecer todo o valor preservacionista do CPV, que, mesmo diante de grave crise institucional, assumiu politicamente a salvaguarda do seu patrimônio documental, e ao fim de um longo processo interno resolveu doar o acervo para uma universidade. Destino semelhante teve o acervo do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC/SP que, ao mesmo tempo em que o CPV, está doando seu acervo para o Arquivo Edgard Leuenroth/IFCH-Unicamp. Muito provavelmente outros acervos de entidades contemporâneas ao CPV e ao CEDEC estão fazendo o mesmo percurso, já que a universidade brasileira com seus centros de documentação assumiu, em grande medida, a tarefa de preservar as memórias das lutas dos trabalhadores no Brasil⁹.

Em 1989, depois do deslocamento de sua sede da rua Vergueiro, rua que deu nome à entidade, o CPV passou por duas sedes alugadas antes de se instalar em sua sede própria em 2005, no bairro da Bela Vista no centro de São Paulo, onde permanece hoje¹⁰. Neste

⁸ Seguem três exemplos que demonstram como disputas políticas atuaram negativamente no destino dos acervos de entidades próximas ao CPV. O acervo do Centro Ecumênico de Documentação e Informação de São Paulo - CEDI/SP passou por uma dispersão comprometedor, como expõe o próprio John French. Segundo ele, isto ocorreu devido a “disputas sindicais vinculadas com uma fusão malsucedida entre os sindicatos de Santo André e São Bernardo” (French, 2009. p. 97). Outro exemplo de encaminhamento duvidoso ocorreu em relação ao Centro de Educação e Comunicação Popular de São Miguel – CEMI/SP, em que, pelo menos, grande parte de seu arquivo perdeu-se devido ao redirecionamento conservador da Igreja Católica nos anos 1990 e o consequente descaso com as memórias e histórias construídas pela ala progressista (Valim, 2015, p. 222-226). Ainda temos notícias de que o arquivo do Centro de Informação de Vitória CEDIV – Vitória/ES, ligado à arquidiocese de Vitória, também sofreu um encaminhamento similar ao do CEMI/SP e parte da documentação foi destruída.

⁹ Diversos centros de documentação universitária têm atuado positivamente na salvaguarda dos acervos de trabalhadores, podemos citar, além do AEL – Unicamp: Centro de Documentação e Memória da Unesp – CEDEM/SP; Centro de Documentação e Informação Científica – CEDIC/PUC-SP, Arquivo de Memória Operária – AMORJ/UFRJ, Rio de Janeiro/RJ; dentre muitos outros. Estes centros que tem uma institucionalização relativamente forte puderam abrigar parte destes acervos, porém, certamente, não conseguem suprir todas as demandas nessa área. Neste sentido, é urgente refletir sobre políticas públicas que preservem e promovam os acervos de trabalhadores, inclusive os preservados nos centros universitários.

¹⁰ Esta sede localiza-se na rua São Domingos, 264 – Bela Vista – São Paulo – SP. O atendimento e abertura da entidade são condicionados ao agendamento com a responsável pela entidade Luiza Peixoto pelo e-mail cpv.documentacao@gmail.com, conforme informações no site www.cpvsp.org.br.

percurso pela cidade manteve-se a integridade do acervo acumulado. Vale ressaltar que, em 2005, diante das dificuldades para conseguir novos financiamentos, o CPV comprou esta sede com a finalidade de arquivar com maior segurança seu acervo. Foi neste ambiente que o acervo ficou guardado e protegido por mais de dez anos. E, apesar das dificuldades impostas pelo tratamento técnico precário nas áreas de preservação, conservação e agilização da informação, o CPV manteve o acesso público a este patrimônio, atendendo as demandas de pesquisas que não cessaram ao longo do tempo.

Diante do exposto, pode surgir um questionamento: por que o CPV não doou seu acervo antes? Em primeiro lugar, é importante ressaltar o compromisso político assumido pelo CPV preservando seu acervo de eventuais riscos de desmonte. Além disso, seus dirigentes sempre estiveram interessados em promover eles mesmos a preservação e difusão de seu acervo, defendendo até o último momento um acesso público o mais amplo possível. Sem dúvida, o próprio CPV é quem teria a melhor condição para fazê-lo. Para isso, ao longo de mais de dez anos despendeu esforços significativos: buscando parcerias, escrevendo projetos, concorrendo em editais públicos, incentivando a construção de políticas públicas, fazendo campanhas solidárias, comunicando publicamente a situação do acervo, etc. Porém, as expectativas em relação ao desenvolvimento autônomo para a preservação e difusão do seu patrimônio documental foram frustradas: tanto no que se refere a uma mobilização interna suficiente para o fortalecimento da entidade, quanto em relação ao financiamento público das memórias dos trabalhadores¹¹.

Com alternativas restritas para seguir com um projeto próprio, os dirigentes do CPV afirmam que a negociação estabelecida para a transferência do acervo do CPV para o AEL foi vantajosa. Segundo Luiza Peixoto, o termo de compromisso assinado “atendeu as preocupações de preservação do acervo e disponibilização do mesmo - compromissos

¹¹ Lembramos que a legislação de arquivos no Brasil não oferece proteção e promoção devida aos arquivos dos movimentos sociais. Estes são considerados arquivos privados e no máximo pode-se requisitar, seguindo a vontade própria do ente privado, um certificado de utilidade pública. Sendo assim, o destino destes acervos tem ingerência exclusiva de seus donos e o poder público não lhes oferece proteção pelo seu valor histórico.

Em termos de projetos públicos, a criação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, iniciativa do governo federal, que canalizou em 2009 a articulação em rede de arquivos públicos e entidades privadas interessadas na abertura dos arquivos da repressão e na promoção dos arquivos da resistência. Esta iniciativa gerou expectativas de financiamento público. Porém, até o momento, os projetos para o incentivo fiscal e financiamento para as entidades privadas parceiras – dentre as quais está o CPV – não foram aprovados.

históricos do CPV”. Dentre os parâmetros estabelecidos estão: “receber o acervo na íntegra e manter a integridade do mesmo, preservando suas características de formação; elaborar instrumentos de pesquisa os mais detalhados possíveis; buscar recursos e parcerias para possibilitar a organização, preservação e difusão do acervo; digitalizar os documentos que ainda não foram digitalizados e fornecer cópias do acervo digitalizado ao CPV que poderá dispor dele da maneira que achar conveniente; colocar o acervo à disposição para consulta assim que estiver organizado”. Entendemos que esses termos possibilitarão o respeito à forma de organização original do acervo e conseqüente história do produtor desta incrível coleção – o CPV. Neste momento torna-se oportuno expor publicamente como está constituído este acervo, sua forma de organização e seus números aproximados, e toda sua potencialidade para o surgimento de novas pesquisas. É o que farei adiante.

O acervo do CPV

O acervo do CPV é todo classificado e organizado em coleções temáticas. Cada um dos temas abriga subtemas ou mais divisões. Tem como base um tesouro¹² que foi criado pelo CPV como meio de unificar a classificação dos diversos materiais de arquivo¹³, agilizar os processos técnicos e, principalmente, facilitar o acesso do público aos materiais. Uma das primeiras vezes que fui ao CPV pesquisar para minha dissertação de mestrado tinha em mente o tema documentação. Quando me apresentaram a Classificação Geral de Assuntos (tesouro atualizado) detectei de imediato o tema de interesse. Estava registrado da seguinte forma:

DOC	DOCUMENTAÇÃO
DOC POP	DOCUMENTAÇÃO POPULAR
DOC POP ENT	DOCUMENTAÇÃO POPULAR ENTIDADES e seus encontros
DOC SIS TEO	DOCUMENTAÇÃO SISTEMAS E TEORIAS

¹² Tesouro ou thesaurus é uma listagem de assuntos estruturados e controlados. No CPV também foi chamado de “Exposição hierárquica de assuntos”.

¹³ Fisicamente o arquivo se divide em diferentes tipos de materiais, são eles: documentos avulsos, textos, periódicos gerais, periódicos dos movimentos, livros e cadernos, pré-dossiês, dossiês, recortes de jornais, cartazes, slides, fotos, discos, fitas cassetes, vídeos.

Foi realmente animador encontrar de forma tão específica o assunto que queria abordar. No momento seguinte me apresentaram os diversos materiais que estavam assim classificados. Fiquei ainda mais entusiasmada. Eram cadernos, livros, dossiês, documentos avulsos e textos que versavam sobre um rico movimento de educação popular que se desenvolveu nas áreas de documentação e comunicação popular e envolveu entidades e movimentos sociais do Brasil e da América Latina. O resultado foi uma pesquisa baseada em uma expressiva carga de fontes documentais. Justamente neste ponto o acervo do CPV tem muito a colaborar. Sabemos que as pesquisas sobre as lutas dos trabalhadores avançam pouco a pouco, mas cabe observar que a utilização das chamadas fontes primárias está subvalorizada. Uma possível explicação para este quadro é o difícil acesso ou mesmo a inexistência de tais fontes. Desta forma, atualmente se sobressaem pesquisas que optam pela produção de fontes orais e pela utilização de fontes bibliográficas. Porém, entendemos que as fontes primárias dos movimentos sociais, produzidas, muitas vezes, por atores sociais anônimos, devem ser reveladas, valorizadas, protegidas e divulgadas e o pesquisador pode contribuir nesta tarefa. O acervo do CPV, preservado em sua integralidade por mais de 40 anos, tem muito a auxiliar neste caminho.

O tesouro do CPV foi estruturado em 1980 e se ampliou ao longo do tempo. O agrupamento de todos os materiais em coleções temáticas foi uma irreverência, pois aproximou os documentos considerados tipicamente de arquivos (documentos, textos, fotos) com aqueles considerados tipicamente materiais de biblioteca (livros, periódicos, cadernos). Este tesouro foi se modificando e se adequando conforme as demandas terminológicas dos novos contextos sociais. E aí está uma desvantagem em sua utilização. Por tender ao infinito, estas listagens hierárquicas de assuntos necessitam de estudos conceituais elaborados para a introdução/retirada/substituição de temas. No caso do CPV estas adequações feitas ao longo do tempo ainda estão por ser estudadas¹⁴.

¹⁴ Na minha pesquisa analisei os instrumentos de pesquisa produzidos pela entidade na década de 1980. São eles: Exposição Hierárquica de Assuntos e o Dicionário de Assuntos, instrumentos complementares e muito úteis ao pesquisador e ao técnico do acervo (BRASIL, 1985). Para um estudo das décadas seguintes é importante consultar a segunda edição atualizada do dossiê Nosso Trabalho em Documentação de 1994, a Classificação Geral de Assuntos atualizada e o Diagnóstico de 2005, documentos do arquivo do CPV. O estudo da evolução destes instrumentos possibilitaria uma avaliação da utilização desses processos técnicos pelo CPV e também as caracterizações sociais e políticas de cada uma das épocas. Por fim, seria possível uma análise sobre a eficácia dos instrumentos sobre os quais foi constituído o acervo de coleções do CPV.

Algo é certo: nestes instrumentos de pesquisa visualizamos facilmente as frentes de atuação da entidade, suas relações externas e suas concepções. Para dar um exemplo, em 1985, o tesouro do CPV era composto por 38 temas principais¹⁵. Agregava-se uma terminologia que referenciava os movimentos sociais – Trabalho, Trabalhadores, Terra, Transporte, Creches, por exemplo – com uma terminologia mais tradicional formada pelas áreas universais do conhecimento humano – Ciência e Tecnologia, Geografia, História, Religião, dentre outras.

Neste mesmo instrumento – o tesouro – visualizam-se as coleções com maior número de desdobramentos (subtemas) e, como pudemos perceber, em muitos casos com maior quantidade de material acumulado. Em 1985 estas coleções eram: Trabalhadores com 96 (noventa e seis) desdobramentos, Trabalho com 61, “Política” com 57, “Igreja” com 47 e Economia com 45 desdobramentos. Segue mais um exemplo do fácil acesso a temas e conjunturas específicas: a subtemática Movimentos Populares aparece como desdobramento das seguintes temáticas principais: Creches, Economia – Preços, Educação, Habitação – Casa própria, Habitação – Cortiços, Habitação – Favelas, Habitação – Loteamentos Urbanos, Meio Ambiente, Transporte Urbano e Urbanização. Fica claro aí que o momento foi efervescente para os movimentos populares, como por exemplo: o Movimento Contra a Carestia, o Movimento de Luta por Creches, as lutas pela regularização de loteamentos clandestinos, que borbulharam nas periferias da cidade de São Paulo nos fins da década de 1970 e na década de 1980. Por outro lado, estes assuntos expressam uma leitura da trama de relações estabelecida pelo CPV com os mesmos movimentos sociais.

O CPV acumulou ao longo do tempo um volume significativo de material e uma diversidade ímpar de documentos. O documento *Diagnóstico CPV*, produzido em 2005 por dirigentes, militantes e voluntários da entidade, demonstra o momento de balanço por que passava a entidade. Naquele momento se apontava que desde 2000 a entidade vinha funcionando sem regularidade, porém que, mesmo assim, “foi procurada por pesquisadores, estudantes e militantes de mais de cem organizações (sindicatos, universidades, partidos

¹⁵ Eram eles: Brasil, Calamidades, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Corrupção, Creches, Cultura, Demografia, Direito, Documentação, Economia, Educação, Movimento Estudantil, Geografia, Habitação, História, Igreja, Índio, Lazer, Meio-Ambiente, Menores, Mulheres, Negros, Política, Previdência Social, Relações Exteriores, Saúde, Segurança, Sociedade, Terra, Trabalhadores, Trabalho, Transporte Urbano, Urbanização, Violência, Outros Assuntos.

políticos, movimentos, igrejas, escolas, jornais, prefeituras, organizações não-governamentais)” para a realização de “pesquisas de mestrado, doutorado, trabalho escolar, subsídio para peças de teatro, estudos individuais ou em grupos” (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO VERGUEIRO, 2005).

Esse mesmo diagnóstico apresenta os seguintes números:

MATERIAIS QUE INTEGRAM O ACERVO DO CPV		
Tipo de material	Quantidade aproximada	
1	Documentos avulsos produzidos pelos movimentos populares e entidades de apoio (maioria de 1970 e 1980, uma pequena parte do início dos anos 1990 e 2000)	1.645 pastas suspensas com aproximadamente 70.000 a cem mil documentos diversos.
2	Biblioteca (livros, cadernos, periódicos)	Seis mil a 6.500 títulos de periódicos produzidos por cerca de 3.500 entidades/editoras, num total de cerca de 77.000 exemplares; 12.500 livros.
3	Hemeroteca (recortes de jornais, pré-dossiês e dossiês)	250 pastas de recortes por temas + duas caixas grandes de papelão com recortes a classificar; 105 caixas-arquivo/pastas com pré-dossiês; 184 pastas/caixas-arquivo com dossiês prontos.
4	Cartazes	33 pastas grandes com aproximadamente quatro mil cartazes.
5	Conjuntos de eslaides (material pedagógico e de animação de reuniões)	33 pastas grandes, cada qual contendo um conjunto de eslaides.
6	Conjuntos de eslaides temáticos	375 pastas com 20 diapositivos cada.
7	Fitas-cassete (gravações de eventos e entrevistas, músicas, programas de rádio) – e transcrições de gravações	Cerca de dois mil temas, num total de 314 fitas (há ainda algumas cópias de pequena parte do material).
8	Videoteca	550 fitas de vídeo (documentários e filmes com temáticas sociais).
9	Fotografias	44 pastas suspensas, com fotos.
10	Adesivos/broches	71 adesivos e 270 broches.
11	Discos	11 títulos em LP's e cinco títulos em CD's.
12	Livraria (livros novos e usados), acervo próprio e/ou consignação	Total de: 11.200 documentos, sendo 2026 exemplares para doação; 551 livros tomados em consignação; 1.161 livros novos em exposição; 7.206 livros em estoque; 248 livros usados à venda.

Fonte: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO VERGUEIRO (2005). *Diagnóstico 2005*. p. 2. (documento, acervo CPV)

Segundo esse levantamento de 2005, entre os documentos textuais estão: “atas, convocatórias, cartas abertas, circulares, correspondências, resoluções de encontros, congressos, moções, pautas, convites, análises, propostas, relatórios, artigos, boletins, folhetos, filipetas, bônus, peças de teatro”, dentre muitos outros. Os documentos hemerográficos são compostos de “clippings de jornais, periódicos e dossiês temáticos”. Entre os bibliográficos estão: “livros, teses, dossiês temáticos, cadernos de formação, cadernos populares, cordéis, etc.”. Os iconográficos contêm “conjuntos de eslaides (material pedagógico e de animação de reuniões), eslaides avulsos temáticos, fotografias, cartazes e charges”. Entre os filmográficos: “filmes e documentários”. Entre os documentos sonoros: “fitas cassetes com gravações de eventos, entrevistas e depoimentos, programas de rádio, radionovela e CDs”. E finalmente, os documentos tridimensionais com: “broches, camisetas, bandeiras e flâmulas” (BRASIL, s/ data, a).

Em fins dos anos 2000, num contexto de mobilização pública pelo direito a memória, verdade, justiça e reparação em relação ao período da ditadura civil-militar brasileira, o CPV consegue efetivar um significativo trabalho de digitalização, microfilmagem e divulgação do seu acervo. Para além do trabalho militante e voluntário do CPV, destacam-se duas parcerias institucionais.

A primeira parceria foi estabelecida entre os anos de 2009 e 2010 com o Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (Projeto Memória da OSM-SP) sediado no Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP) que coordenou e financiou a digitalização, realizada no Centro de Memória da Faculdade de Educação da USP (CME-USP). Foi digitalizada grande parte das coleções do CPV vinculadas aos trabalhadores metalúrgicos e parte das coleções do movimento operário, ambas relacionadas às lutas na cidade de São Paulo, totalizando 30.703 imagens digitais¹⁶. Nestes materiais existe parte do

¹⁶ Os números deste projeto estão num relatório de digitalização do IIEP – Projeto Memória OSM-SP de maio/2010 que contém o detalhamento dos documentos digitalizados. A coleção Trabalho – Movimento Operário inclui: Comissões de Fábrica; Organização Local de Trabalho; Intersindicais: EOS, ENOS, ENTOES, ANAMPOS; Origens CUT e CGT; CUT Estadual SP; Institucional CUT; Associações de Trabalhadores; Oposições Sindicais; 1º de maio; Campanha Salarial Unificada; Greves; Movimentos sindicais; Greve Geral e Eleições Sindicais. A coleção Trabalhadores - Metalúrgicos São Paulo/SP inclui: Fábricas; Oposição Sindical Metalúrgica; Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica; Oposição Metalúrgica Alternativa Sindical; Eleições Sindicais; Campanhas Salariais e Greves; Campanha de Sindicalização; Comitê Santo Dias e Sindicato. Estas coleções, as mais expressivas do projeto, são compostas por uma série de documentos textuais, periódicos, dentre outros.

que pode se considerar o fundo de arquivo da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, são mais de oitocentos documentos de direção e comunicação referente ao período de 1971 a 1986. Afora os documentos de agitação política das eleições sindicais, campanhas salariais e greves e ainda aqueles referentes aos organismos de lutas dos trabalhadores encampados pela OSM-SP como as Associações de Trabalhadores e os Grupos e Comissões de Fábricas. Somam-se oito associações e 359 documentos; das Comissões, Grupos de Fábrica e das CIPAS são mais de 1.700 documentos. Essa parceria gerou um acervo digital cujas cópias ficaram sob a guarda das duas entidades parceiras, porém, infelizmente até o momento não se conseguiu uma extroversão virtual destes documentos. Essas ricas coleções refletem, por um lado, o íntimo relacionamento político entre o CPV e a OSM-SP, e, por outro, o compromisso do CPV com a preservação da memória e história dos trabalhadores na cidade de São Paulo.¹⁷

Outra conquista importante foi o Projeto Digitalização e Microfilmagem do Acervo CPV apresentado por emenda parlamentar do deputado estadual Adriano Diogo que possibilitou firmar um convênio com a Secretaria Estadual da Cultura em 2011. Dentro do convênio foi estabelecida parceria com Arquivo Público do Estado de São Paulo que ficou responsável pela digitalização e microfilmagem de cerca de 70.000 imagens e ainda pela extroversão virtual dessa documentação no site do CPV. A seleção dos documentos para este projeto incluiu cartazes e periódicos, essencialmente. Foram mais de 2.120 (dois mil, cento e vinte) cartazes produzidos pelo movimento social urbano e rural que permitiu uma mostra significativa do período que abrange as décadas de 1970 a 1990. Privilegiou-se a coleção mais antiga (BRASIL, s/data, b). As publicações periódicas somaram mais de mil títulos referentes aos movimentos sociais e entidades de apoio a estes movimentos. Foram selecionados periódicos ligados às questões reivindicativas de bairro e periódicos gerais de relevância histórica (BRASIL, s/data, c). Neste projeto, todo o trabalho de seleção, organização e limpeza dos documentos ficou a cargo do CPV que fez o trabalho

Também foram digitalizados 146 impressos alternativos (cadernos, livretos, revistas, cordéis, etc.) (IIEP/Projeto Memória OSM-SP, 2010).

¹⁷ É importante ressaltar que há outro arquivo/fundo da OSM-SP que está organizado e digitalizado no IIEP/Projeto Memória da OSM-SP. Ver: SALLES, Paula R.; NETO, Sebastião L. (2011). Remando contra a maré - Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, uma experiência de memórias e arquivos não oficiais. In: *Arquivo, memória e resistência: Comunicações do 2º Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*. Rio de Janeiro e São Paulo: Arquivo Nacional e Central Única dos Trabalhadores, 2011. Disponível em <http://lhist.blogspot.com.br/2012_04_01_archive.html>. Acesso em 20 jun. 2016.

voluntariamente.¹⁸ Este projeto proporcionou um importante passo – a adequação do site do CPV e extroversão online dos documentos. Hoje, todos os documentos digitalizados neste projeto podem ser baixados do site do CPV.

Ainda devemos louvar os esforços de trabalho do CPV pelos avanços do projeto interno de digitalização de documentos. Este trabalho incluiu os periódicos da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nacional e regionais, documentos de diversos sindicatos rurais e parcela das coleções de sindicatos urbanos. Ao todo somaram 40.000 páginas digitalizadas até janeiro de 2016, conforme informações de Luiza Mafalda.¹⁹

Com a realização dessas parcerias externas e ainda com o esforço permanente de trabalho do CPV, chega-se hoje aos seguintes números de acervo digital:

ACERVO DIGITAL DO CPV		
Projeto		Quantidade
1	Parceria com Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo/ IIEP	30.703 imagens
2	Projeto Digitalização e microfilmagem do acervo CPV. Disponível online. (número aproximado)	70.000 imagens
3	Projeto voluntário e militante do CPV (número aproximado)	40.000 imagens
Total		140.703 imagens

Fonte: Quadro produzido pela autora.

Estes documentos digitalizados já estão difundidos em uma série de instituições. Como já citamos, já foram transferidos no primeiro lote enviado ao AEL - Unicamp. Há ainda uma cópia doada para difusão no Cedic – PUC/SP. Está lá o material digitalizado no projeto

¹⁸ Há no CPV uma equipe de militantes voluntários que trabalham nestes projetos de organização e digitalização do acervo. Deve-se ressaltar a contribuição de Valderi Antão, Yara Catanduva, Gorete Ramos e Luiza Peixoto.

¹⁹ Para este processo foi fundamental contar com contribuições solidárias, sobretudo, do Sindicato dos Químicos de São Paulo, para a aquisição dos equipamentos que possibilitaram a realização de um trabalho qualificado.

Digitalização e Microfilmagem do acervo CPV. E no Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas/ Projeto Memória da OSM-SP há uma cópia do material digitalizado em parceria.

Mesmo com essa distribuição ainda é necessário investimento de difusão destas importantes coleções, pois o esforço de digitalização não corresponde a uma imediata extroversão virtual. Há que se fazer um investimento significativo em tecnologia da informação para colocar os documentos disponíveis online. Afora a extroversão virtual, ainda mais importante é viabilizar uma difusão comprometida que inclua projetos educativos e culturais que desenvolvam mecanismos para a promoção real de tais acervos junto à população interessada e à população em geral.

Conclusão

O acervo que o CPV acumulou durante os 43 anos de sua existência, desde sua fundação até os dias atuais, é exemplar para a história e memória das lutas dos trabalhadores. Provavelmente, é o acervo brasileiro que, em sua totalidade, melhor representa a complexidade e diversidade de ações da classe trabalhadora em um momento de grandes lutas e conquistas. Por isso, defendemos a preservação deste acervo em sua integralidade física e organizativa e uma promoção e difusão que exponha à sociedade seu valor histórico e cultural. Se há lugar ao sonho, é preciso que os arquivos dos trabalhadores sirvam aos trabalhadores e lutadores dos dias atuais, para que reconheçam suas raízes e sua identidade de classe, para que possam encontrar nos exemplos dos lutadores de ontem forças para continuar com as lutas do presente.

Escrever a história do CPV é colocar os anônimos na história. É devolver aos trabalhadores a posição que a história oficial insiste em tirar-lhes: protagonistas de muitas, muitas lutas e conquistadores de seus direitos. Antes de tudo é preciso lutar por essa história e pela preservação de seus registros.

Hoje para o CPV restam muitas dúvidas sobre os rumos que a entidade tomará após efetivar a transferência de todo seu acervo para o AEL. Neste debate, há aqueles que defendem a continuidade da instituição, abraçando novas causas e divulgando sua experiência em prol dos movimentos atuais. Há aqueles que pensam em continuar

promovendo a digitalização do acervo a fim de impulsionar as ações do AEL. E, ainda, há os que defendem o encerramento das atividades.

De qualquer forma, há muito trabalho pela frente e os dirigentes e militantes voluntários continuam com a mão na massa, salvando o acervo de uma goteira aqui, outra acolá, atendendo alguns pesquisadores insistentes, angariando fundos para sobrevivência mínima da entidade, tocando a vida em frente e vivendo pouco a pouco o luto de se desfazer da papelada empoeirada que lhe deu sentido à vida nestes últimos anos.

Referências

ALBERTI, Ana Aparecida Frabetti Valim (2016). *A comunicação popular na construção e preservação da memória das lutas populares no Brasil (décadas de 1970 e 1980)*. Dissertação de mestrado em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo.

ANDRADE, Ana Maria Cardoso de (1989). *Um novo texto no contexto da informação popular – os centros de documentação e comunicação*. Tese de doutorado defendida na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

BRASIL (s/data). Arquivo Edgard Leuenroth/IFCH. *O acervo do Arquivo Edgard Leuenroth tem crescido significativamente no último período*. Disponível em: <http://www.ael.ifch.unicamp.br/site_ael/>. Acesso em: 25 jun. 2016.

_____. (s/ data, a). Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro. *Acervo*. Disponível em: <<http://www.cpvsp.org.br/acervo.php>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. (s/ data, b). Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro. *Cartazes*. Disponível em: <<http://www.cpvsp.org.br/cartazes.php>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. (s/ data, c). Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro. *Periódicos*. Disponível em: <<http://www.cpvsp.org.br/periodicos.php>>. Acesso em: 20 jun. 2016

_____. (1985). Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro. *Nosso trabalho em documentação*. CPV. Série de Documentação n. 1, p. 4. Disponível em: <<http://www.cpvsp.org.br/upload/dossies/SerieDoc1.pdf>>. Acesso em: 20 jun.2016.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO VERGUEIRO (2005). *Diagnóstico 2005*. (documento, acervo CPV)

COMISSIÓN EVANGÉLICA LATINO-AMERICANA DE EDUCACIÓN CRISTIANA (1979). *Documentación y Comunicación popular – materiales de la Consulta Latinoamericana de Documentación y Comunicación Popular*. Lima, Peru: CELADEC. 343 p.

FRENCH, John. Os trabalhos arquivísticos voltados ao mundo dos trabalhadores: avanços e desafios na América Latina desde 1999. In: MARQUES, Antonio José Marques, et al. (org.) *O mundo dos trabalhadores e seus arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores. p. 83-101.

INTERCÂMBIO, INFORMAÇÕES, ESTUDOS E PESQUISAS/ PROJETO MEMÓRIA DA OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE SÃO PAULO (2010). *Listagem/Contabilização dos documentos digitalizados do Centro de Pesquisa Vergueiro*. Maio 2010. 30 p. (documento, acervo CPV).

PONTUAL, Pedro. *Os centros de educação popular na conjuntura brasileira (1964-1986)*. São Paulo: CEPIS – Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae, ago. 1986. Texto de apoio n. 9.

SALLES, Paula Ribeiro (2013). *Documentação e comunicação popular: a experiência do CPV – Centro de Pastoral Vergueiro (São Paulo/SP, 1973-1989)*. Dissertação de mestrado em História Social pela PUC-SP.

SALLES, Paula R.; NETO, Sebastião L. (2011). Remando contra a maré - Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, uma experiência de memórias e arquivos não oficiais. In: *Arquivo, memória e resistência: Comunicações do 2º Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*. Rio de Janeiro e São Paulo: Arquivo Nacional e Central Única dos Trabalhadores, 2011.

As experiências de estruturação do Centro de Documentação e Memória da Escola Sindical 7 de Outubro

Emanoel José Mendonça Sobrinho¹

Maria Alves Campos²

Resumo

O artigo visa analisar as iniciativas de estruturação e revitalização do Centro de Documentação da Escola Sindical 7 de Outubro, situado num bairro operário de Belo Horizonte, Minas Gerais. O estudo dos projetos de organização e preservação do acervo documental e bibliográfico da Escola 7 evidenciou a contribuição do seu Centro de Documentação para o fortalecimento da identidade da primeira escola sindical da Central Única dos Trabalhadores e da sua relação com as lutas da classe trabalhadora por democracia e direitos no Brasil.

Palavras-chave: Escola Sindical. 7 de Outubro. CUT. CEDOC.

Não há história muda. Por mais que a queimem, por mais que a rasguem, por mais que mintam, a história humana se nega a calar a boca. [...] Quando está realmente viva, a memória não contempla a história, mas convida a fazê-la. Mais do que nos museus, onde a pobre se entedia, a memória está no ar que respiramos; e ela, no ar, nos respira. (Galeano, 2001, p. 216)

¹ Licenciado em história pela Universidade Estadual de Feira de Santana, especialista em família pela Universidade Católica do Salvador, pós-graduando em gestão estratégica de políticas públicas pela Fundação Perseu Abramo/Unicamp e educador da Escola Sindical 7 de Outubro. emanoelsobrinho@gmail.com

² Bacharel em direito pela Faculdade Instituto Metodista de Minas Izabela Hendrix e responsável pelo Centro de Documentação e Memória da Escola Sindical 7 de Outubro.

Breve introdução

A preservação do acervo documental e bibliográfico constitui-se em um desafio permanente para a Escola Sindical 7 de Outubro, também denominada Escola Sindical, entidade orgânica da Central Única dos Trabalhadores, localizada no bairro operário da região do Barreiro, Belo Horizonte, Minas Gerais. No entanto, a preservação do seu acervo arquivístico, documental e bibliográfico sempre foi tratada como ação secundária ou meramente acessória à prática educativa dos projetos desenvolvidos pela Escola Sindical em quase três décadas.

A Escola Sindical foi fruto da solidariedade internacional de classe entre trabalhadores italianos e brasileiros, num contexto de luta pela consolidação da democracia no Brasil. Desde a sua fundação, integra a Rede Nacional de Formação da CUT, atuando no desenvolvimento de projetos de educação popular e qualificação profissional para trabalhadores do movimento sindical e de organizações populares de Minas Gerais e de outros estados do Brasil.

O objetivo deste artigo é analisar as iniciativas de estruturação e revitalização do Centro de Documentação e Memória da Escola Sindical, tendo em vista compreender a contribuição do CEDOC para o fortalecimento da identidade da Escola Sindical e da sua relação com as lutas da classe trabalhadora por direitos e democracia no Brasil.

Para tanto, recorrem-se aos projetos encontrados no acervo documental e arquivístico do CEDOC da Escola Sindical 7 de Outubro. Os projetos de estruturação e revitalização do Centro de Documentação e Memória são fontes primárias que revelam o esforço institucional da Escola Sindical em preservar a identidade e memória das experiências educativas e organizativas dos trabalhadores mineiros e brasileiros.

Acreditamos que a preservação do acervo arquivístico, documental e bibliográfico reunido no CEDOC da Escola Sindical é uma iniciativa fundamental para garantir a memória, a identidade e as experiências de formação, organização e ação sindical dos trabalhadores brasileiros na construção de um sindicalismo classista, democrático, unitário, independente e de massas.

Por que 7 de Outubro?

O nome da Escola torna presente a memória dos trabalhadores da siderúrgica Usiminas, que foram fuzilados pela Polícia Militar de Minas Gerais em 7 de Outubro de 1963, em Ipatinga, que integra a região Vale do Aço. Naquele contexto, trabalhadores organizaram um movimento paredista pacífico, que reuniu cerca de seis mil pessoas, para reivindicar melhores condições de vida e trabalho, sobretudo o fim da violência física praticada pela vigilância da siderúrgica e da cavalaria da PM contra os trabalhadores (Fernandes, 2013).

O Massacre de Ipatinga marcou a região mineira do Vale do Aço e foi silenciado pela Usiminas, pelo governo estadual e também pela ditadura civil-militar durante décadas. Por essa razão, o jornalista Edvaldo Fernandes, organizador do livro *Massacre de Ipatinga: quadro a quadro*, utiliza a expressão “pá de cal” para representar as cenas que levaram praticamente ao esquecimento a repressão policial que ocorrera em 7 de outubro de 1963.

No dia 8 de outubro de 2015, Hélio Martins da Silva, ex-metalúrgico da Usiminas e militante da “oposição ferramenta” à direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga, em 1988, regressou à Escola Sindical 7 de Outubro para participar de um encontro com movimentos populares, realizado pela Cáritas Minas Gerais, entre os dias 6 e 8 daquele mês. Naquela ocasião, tivemos oportunidade de entrevistá-lo por poucos minutos. Em seu depoimento, ele falou sobre o Massacre de Ipatinga e seu contato com a Escola 7 nos cursos de formação sindical na década de 1990.

Para Hélio, o Massacre de Ipatinga continuou nas práticas dos gestores da Usiminas até os anos 2000. As perseguições constantes, sala de interrogatórios e espancamentos eram utilizados pela ação patronal e militar contra os trabalhadores no local de trabalho e no entorno da Usiminas, assim afirmou o ex-metalúrgico do Vale do Aço.

Com pouco mais de 50 anos de idade, Hélio da Silva continua sua luta contra as marcas indeléveis da violência patronal:

Eu sofro com as mazelas das doenças contraídas nos anos que passei na Usiminas. Tive que me aposentar precocemente por conta da depressão profunda e das convulsões epiléticas. Luto para que os operários que compuseram a chapa de oposição cutista ao Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga no ano de 1988 sejam anistiados e

reconhecidos como vítimas dos resquícios da Ditadura Militar. Nosso grupo de 88 da chapa de oposição ferramenta luta para o reconhecimento pela Comissão da Verdade, pois sofremos dura repressão dentro e fora da Usiminas quando decidimos lutar pela construção de um Sindicato autônomo e combativo.

A resistência em reconhecer o nosso direito como anistiados, assim como foi garantido à oposição cutista de 1985 ao mesmo Sindicato, fundamenta-se na data de promulgação da Constituição Federal de 5 de Outubro de 1988. Considera-se que neste período passou a existir o Estado democrático de direito. No entanto, a verdade é que a tortura na Usiminas continuou massacrando a integridade física e psicológica dos trabalhadores, mesmo após a Constituição Cidadã brasileira (Mendonça Sobrinho, 2015).

Antecedentes e a fundação da Escola Sindical 7 de Outubro

Desde o fim dos anos 1970, havia um intenso intercâmbio entre trabalhadores brasileiros e italianos da FIAT, em Betim-MG. Segundo Coelho (1994), o crescimento econômico experimentado por Minas Gerais atraiu novas fábricas para o estado naquele período, entre elas, a mais importante foi a montadora italiana FIAT Automóveis, que começou a funcionar em Betim, na Grande BH, no ano de 1976. Esta autora destaca que a instalação da FIAT trouxe da Itália não só diretores e técnicos, mas também alguns operários capazes de ensinar aos mineiros a trabalhar em máquinas modernas, até então desconhecidas.

A partir da FIAT e de outras fábricas da cadeia produtiva, como a alemã Krupp, surgiu a iniciativa de criar o Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, em 1974. Dois anos depois o Sindicato conquista a carta sindical pelo Ministério do Trabalho e passa a receber o imposto sindical para desenvolver atividades assistencialistas e burocráticas, como afirma Coelho.

Diferentemente do Sindicato dos Metalúrgicos de BH e Contagem, fortemente controlado por uma diretoria encabeçada por João Soares Silveira, desde a intervenção sofrida em 1968, que contou com o apoio de patrões e do governo ditatorial, no Sindicato

dos Metalúrgicos de Betim se forjou uma oposição sindical, composta por trabalhadores italianos, paulistas e mineiros, no ano de 1978.

Segundo Coelho, a oposição contou com o auxílio da Pastoral Operária da Igreja Católica e ainda:

Este grupo de operários iniciou a organização dos trabalhadores por local de trabalho, através da criação de comissões de fábrica e fazendo críticas não só ao sindicalismo assistencialista existente pós-ditadura como também ao sindicalismo antes do golpe e também à visão de grupos de esquerda clandestinos que partiam da premissa de que o importante era ‘tomar o aparelho’ ou a direção da entidade independentemente da organização de sua base de sustentação (Coelho, 1994, p. 44).

O ano de 1978 fora marcado por greves protagonizadas pelos metalúrgicos de João Monlevade e por professores da Rede Estadual de Ensino, que buscavam melhores salários e condições de trabalho. Coelho menciona também a greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, que aconteceu no mesmo ano. A partir desta greve, uma grande campanha de solidariedade responsável foi iniciada pelo país, possibilitando, inclusive, a presença do então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Lula, num encontro com sindicalistas de várias categorias, em Belo Horizonte, naquele período.

Já em 1979, mais de 35 categorias profissionais entraram em greve apenas em Belo Horizonte (Coelho, 1994. p. 46). A Região Metropolitana da capital mineira, o Vale do Aço, entre outras regiões do estado, tornou-se palco da rearticulação dos movimentos sociais e da formação do “novo sindicalismo”. Foi neste contexto histórico que surgiu a Escola Sindical 7 de Outubro, como expressão da vontade coletiva de construir um instrumento pedagógico capaz de fortalecer as lutas da classe trabalhadora por direitos e democracia no Brasil.

O surgimento da Escola Sindical advém da conjunção de três processos, conforme documento administrativo gerado pela entidade em 1990³. Primeiramente, o amadurecimento e a renovação do movimento sindical mineiro e das lutas populares contra

³ Documento de apresentação da Escola Sindical 7 de Outubro, datado de 1990, do acervo do Centro de Documentação e Memória. Neste documento administrativo consta uma breve apresentação da Escola Sindical e do contexto do seu surgimento, além descrever a estrutura de coordenação da entidade naquele ano.

o regime militar, a partir dos fins de 1970, ensejando nos dirigentes sindicais “a necessidade de uma escola capaz de recuperar a experiência operária e de socializá-la, unindo, através da formação, a vida cotidiana e a ação sindical”. O segundo processo se refere à “solidariedade internacional dos trabalhadores italianos da FIM/CISL⁴, que participaram das lutas dos metalúrgicos de Betim e levantaram os recursos necessários à construção da sede da Escola Sindical”. E terceiro, “o desenvolvimento da política nacional de formação da CUT, definida como uma das prioridades da Central no II Congresso Nacional, realizado em 1986”.

Destaca-se ainda o fato de dois dirigentes sindicais, Adriano Sandri, italiano e metalúrgico de Betim, e João Paulo Pires Vasconcelos, mineiro e siderúrgico de João Monlevade, encomendarem a Alexandre Sgreccia⁵ a elaboração de uma proposta para viabilizar as negociações com a CISL visando a compra de um prédio destinado a ser sede da Escola Sindical e também para funcionar a CUT Minas Gerais. Segundo Coelho (1994), as negociações com os italianos deram resultado e no dia 24 de outubro de 1986 foi comprado o “Colégio Cristo Redentor”, no bairro Milionários, local onde fora construída a sede da Escola Sindical 7 de Outubro; enquanto que as negociações para a construção da sede da CUT-MG não obtiveram avanço.

Em 29 de agosto de 1987, numa assembleia composta por 30 participantes, entre os quais sindicalistas do campo e da cidade vinculados à CUT, assessores e professores universitários, foi fundada a primeira Escola Sindical da Central Única com o propósito de formar lideranças sindicais e fortalecer o sindicalismo democrático, classista, unitário, de massas e independente, através de atividades formativas, estudos, pesquisas e produção de publicações (Le Ven, 1990).

⁴ FIM (Federação Italiana dos Metalúrgicos) e CISL (Confederação Italiana de Sindicatos dos Trabalhadores).

⁵ Alexandre Sgreccia, natural de Botelhos-MG, com formação em ciências sociais e antropologia. Antes de participar da fundação da Escola Sindical 7 de Outubro, atuou no departamento de formação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais, na formação do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Minas Gerais e no DIEESE-MG. Foi o primeiro coordenador-geral da Escola Sindical 7 de Outubro. Atualmente, é assessor da Secretaria-Geral da CUT-Brasil.

As experiências de estruturação e revitalização do Centro de Documentação e Memória da Escola Sindical 7 de Outubro

A criação de um centro de documentação acompanhou o processo de fundação da Escola Sindical. No entanto, a preservação do seu acervo arquivístico, documental e bibliográfico sempre foi tratada como ação secundária ou meramente acessória ao desenvolvimento dos programas formativos e projetos da Escola Sindical, ao longo dos seus quase 30 anos.

Podem-se identificar três fases de iniciativas institucionais para a constituição e funcionamento do Centro de Documentação da Escola Sindical 7 de Outubro, passando mais recentemente pelo Projeto Memórias em Movimento, concebido em 2015. Ao longo dos anos, a Escola adotou o modelo de gestão própria dos seus arquivos (Quintana, 2012, p. 57).

A primeira experiência foi iniciada com o Centro de Informação e Documentação da Escola Sindical (CIDES), nos primeiros anos de 1990. Não encontramos fartos registros sobre o seu funcionamento. Apenas um relatório de avaliação e perspectivas do CIDES, elaborado por Ana Maria Cardoso Andrade, professora da Universidade Federal de Minas Gerais, que colaborava com os trabalhos de organização do acervo bibliográfico e documental da Escola Sindical. Este documento é datado de 15 de dezembro de 1993.

O relatório menciona a discussão de projetos para biblioteca, memória e banco de dados da Escola Sindical, mas que não foram efetivados pela crise financeira que atingiu a entidade naquele período (Escola Sindical, 1993). Apesar disto, com apoio de recursos oriundos do projeto de pesquisa sobre o setor sulcro-alcooleiro, desenvolvido pela Escola em parceria com o PNUD, fora contratada uma bibliotecária por três meses no ano de 1993. Com isto, foram organizados os textos produzidos e utilizados pelos programas formativos implementados pela Escola Sindical, entre os quais, *Negociação Coletiva, Processo de Trabalho, Concepção, Estrutura e Prática Sindical e Formação de Educadores Sindicais*.

Em agosto daquele ano, dois voluntários do MLAL⁶ contribuíram com os trabalhos para implantação do processamento automatizado de toda a documentação armazenada no CIDES. Visou-se com isto tornar o acervo bibliográfico e documental da Escola Sindical

⁶ Movimento Laigi America Latina, ONG italiana constituída em 1966 com o compromisso de promover o trabalho voluntário nos continentes da América Latina e África.

“capacitado a entrar em rede informatizada de intercâmbio de informações com outras instituições, como FASE, IBASE, DIEESE” (Escola Sindical, 1993).

O CIDES participava e contribuía com o Grupo de Trabalho sobre Tratamento de Acervo e Uniformização de Linguagem, constituído sob a coordenação do CEDIC/PUC-SP⁷ e, por sua vez, compunha o Comitê Brasileiro de Arquivos e Centros de Documentação, Formação e Assessoria Sindical.

O relatório demonstra uma grande preocupação da professora. Ana Maria Cardoso Andrade em consolidar o CIDES no desenho institucional da Escola Sindical. Esta preocupação não se limitava apenas ao tratamento arquivístico dos documentos produzidos pela Escola Sindical, pela organização do acervo bibliográfico existente ou pela participação. Havia a intenção de superar a lacuna existente entre a formação sindical e informação.

Para a professora, a organização e consolidação do CIDES seria condição fundamental para que os dirigentes participantes dos programas formativos da Escola Sindical visualizassem o “potencial educativo da leitura e da pesquisa”⁸, cabendo aos educadores estimular esse processo, visando estimular nos educandos “a criação de hábitos de reflexão e análise, capazes de promover o autodesenvolvimento e a mudança cultural”. Neste caso, os programas formativos deveriam potencializar o uso pedagógico do CIDES, além de preverem nos seus orçamentos recursos financeiros para a manutenção da equipe técnica do Centro.

Outra proposta apontava para a autossustentação do CIDES. Nesta concepção, o Centro poderia se estruturar para “vender serviços” relacionados à organização de banco de dados, à constituição de acervo de documentos especiais, publicação de dossiês e ao desenvolvimento de produtos que atendessem as necessidades do movimento sindical. Este caminho já havia sido percorrido por centro de documento de ONGs e de empresas (Escola Sindical, 1993).

Mesmo tendo contribuído para preservar documentos do processo de fundação da Escola Sindical e do movimento sindical mineiro, o CIDES foi desativado e desapareceu

⁷ Centro de Documentação e Informação Científica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

⁸ ESCOLA SINDICAL 7 DE OUTUBRO. *Relatório do CIDES - avaliação e perspectiva*. Belo Horizonte, 15 de dezembro de 1993. Acervo pessoal da Silvia De Martin. Mimeo.

juntamente com Departamento de Pesquisa e Estudos, cujo primeiro coordenador fora o professor Michel Marie Le Ven, na estrutura organizativa da coordenação da entidade.

Mais de uma década separa o CIDES do Projeto de Recuperação e Reforma das Instalações da Escola Sindical 7 de Outubro: Revitalização do Centro de Documentação. Desta vez, Enrico Giusti, metalúrgico italiano e cooperante do ISCOS⁹, solicitou a contribuição de Alexandre Sgreccia para a elaboração de um projeto de revitalização do Centro de Documentação da Escola Sindical, no ano de 2006, que contou com o financiamento da CISL. Este projeto visava reformar e adquirir mobiliário para as instalações da entidade, incluindo o seu Centro de Documentação e Memória (Escola Sindical, 2006a). A partir daí, o Centro passou a ter uma instalação permanente para a conservação e armazenamento dos arquivos da Escola Sindical e do acervo documental e bibliográfico.

Desde a sua inauguração, em 30 de agosto de 2007, o Centro de Documentação e Memória da Escola Sindical ocupa um espaço de aproximadamente 150 m², dispondo de duas salas de estudo, área específica para funcionário com um computador, sanitários e um conjunto de mobiliário onde está armazenado o acervo arquivístico, documental e bibliográfico. O acesso ao CEDOC pode ser via escada ou elevador com capacidade máxima de 320 kg (Escola Sindical, 2015).

O Projeto de Revitalização tinha também por objetivo implementar programas de memória e história oral e de sistematização do acervo bibliográfico e audiovisual dos projetos educativos, prevendo contratação de equipe e aquisição de equipamentos e materiais (Escola Sindical, 2006b). Com esta iniciativa, pretendia-se constituir um “banco de memória” do movimento sindical dos trabalhadores para a consulta pública, direcionada principalmente para pesquisadores (Escola Sindical, 2006b).

Graças ao trabalho da equipe deste Projeto, foi possível reunir arquivos e documentos que se encontravam espalhados pelas instalações da Escola Sindical no Centro de Documentação. Atualmente, o acervo reunido pelo CEDOC da Escola Sindical 7 de Outubro é composto por mais de 1.400 livros, folhetos, cartazes e publicações formativas da própria Escola e de entidades dos movimentos sindical e popular. Há também mais de sete mil fotos

⁹ Instituto Sindical de Cooperação para o Desenvolvimento é uma ONG italiana criada pela CISL em 1983.

e cerca de quatrocentos vídeos de eventos formativos do movimento sindical, além de arquivos administrativos gerados pela entidade (Escola Sindical, 2015).

O esforço de organização deste acervo não foi levado à frente com o fim do financiamento do Projeto. Os recursos financeiros foram insuficientes para iniciar a proposta de um programa de história oral, que pretendia resgatar a história e memória dos trabalhadores, a partir da construção de uma linha pesquisa com fontes orais, baseada na trajetória da Escola Sindical 7 de Outubro (Escola Sindical, 2006b).

Em julho 2015, o Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano (NEST/UFMG) retomou o diálogo com a Escola Sindical com a proposta de atuação conjunta nas áreas de economia solidária e de memória sindical. Nesse mesmo período, o Ministério da Cultura (MinC) abriu seleção de projetos nacionais e regionais de fomento e desenvolvimento da cultura de redes, através do edital n. 04/2015. A CUT-Brasil, através das Secretarias Nacionais de Formação e de Comunicação, incentivou as suas Escolas Sindicais a conceberem projetos para disputar o processo seletivo previsto no referido edital.

Nesse sentido, a equipe de educadores da Escola Sindical 7 de Outubro empenhou-se na elaboração de um projeto de revitalização do Centro de Documentação e Memória, tendo em vista o diálogo de restabelecimento de parceria com a academia e o movimento sindical para pesquisas sobre o mundo do trabalho.

As Secretarias Nacionais de Formação e de Comunicação da CUT-Brasil reuniram educadores das Escolas Sindicais, sendo um representante por escola, para discutir os projetos que participariam do edital. A oficina com os educadores aconteceu nos dias 6 e 7 de agosto de 2015, na Cooperativa Instituto Cajamar, no estado de São Paulo.

A Secretaria Nacional de Comunicação da CUT, sob a coordenação da dirigente sindical Rosane Bertotti, emvidou esforços para garantir a troca de experiência entre a Escola Sindical 7 de Outubro e o Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC-CUT), visando o aperfeiçoamento do Projeto Memórias em Movimento para participar do processo seletivo do MinC, conforme as exigências do edital.

O Projeto Memórias em Movimento tem como objetivo geral organizar, preservar, divulgar e disponibilizar o acervo arquivístico, documental e bibliográfico do Centro de Documentação e Memória da Escola Sindical, possibilitando o acesso gratuito a fontes de

pesquisa sobre o movimento sindical e projetos educacionais dos trabalhadores para pesquisadores do mundo do trabalho, assessores de entidades sindicais, professores e estudantes do ensino médio e comunidade local (Escola Sindical, 2015).

Para tanto, estão previstas as seguintes ações: contratação e treinamento da equipe técnica, otimização do espaço físico com aquisição de equipamentos e materiais adequados; higienização, conservação, acondicionamento, classificação e armazenamento do acervo; realização de reuniões e seminários, em âmbito regional e nacional; divulgação do Centro em escolas públicas de ensino médio da localidade e em universidades da região Sudeste do Brasil; e ainda a colaboração externa de profissionais especializados em organização de arquivos e história social do trabalho (Escola Sindical, 2015). O Projeto tem como área de abrangência os estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Durante 12 meses, o conjunto das ações do Projeto Memória em Movimento pretende contribuir para que a Escola Sindical aprimore sua atuação enquanto rede articuladora de iniciativas educativas em torno do tema memória e patrimônio cultural dos trabalhadores e das trabalhadoras, a partir da reestruturação do seu Centro de Documentação e Memória (Escola Sindical, 2015). Nesse sentido, a memória é compreendida como reconstrução das experiências individuais e coletivas contextualizadas, constituindo-se, assim, como um saber, formando tradições, caminhos, canais de comunicação entre passado e presente (Diehl, 2002, p. 116).

O Projeto Memórias em Movimento foi aprovado nas etapas de habilitação das entidades e de análise do projeto técnico, sendo uma das experiências que contariam com a premiação do MinC. Com este êxito, a Escola Sindical conquistou também o reconhecimento como Ponto de Cultura pelo MinC, conforme estava previsto pelo edital.

No entanto, as medidas de contingenciamento do Orçamento Geral da União, que afetou drasticamente as rubricas orçamentárias do governo federal, e principalmente a abertura do processo de impeachment contra a presidenta da República, Dilma Rousseff, impediram o avanço da premiação de cem mil reais do MinC aos projetos regionais aprovados pelo edital n. 04/2015.

Considerações finais

O Centro de Documentação e Memória tem relevância para a construção da identidade institucional da Escola Sindical, bem como para sua constituição enquanto referência nos estudos e pesquisas sobre o movimento sindical e suas experiências de formação de dirigentes sindicais, militantes do movimento popular e trabalhadores do campo e da cidade.

Os documentos analisados neste artigo também revelam a importância do CEDOC da Escola Sindical para o fortalecimento do projeto político-organizativo da classe trabalhadora na luta por melhores condições de trabalho e de vida e por democracia, com base nos princípios de liberdade e autonomia sindical, defendidos pela CUT.

No entanto, projetos de estruturação e revitalização do CEDOC foram marcados pela descontinuidade e contingências. Este quadro pode ser explicado pelos seguintes fatores: a redução e/ou fim dos recursos financeiros da cooperação internacional, sobretudo, da CISL e Federação dos Metalúrgicos da Itália, mediado pelo ISCOS; e, com isso, a escassez de recursos financeiros para a manutenção das ações da Escola Sindical 7 de Outubro obrigavam a interrupção dos processos de organização e revitalização do seu Centro de Documentação; os limites institucionais para se incorporar nos programas formativos e projetos desenvolvidos pela Escola Sindical a manutenção das atividades precípuas do CEDOC; o afastamento gradativo de intelectuais e da academia à Escola Sindical 7 de Outubro.

Como consequência, as contingências levaram à perda de documentos e à desorganização do acervo e também ao processo precário de acondicionamento e armazenamento dos documentos, ameaçando a preservação da memória institucional e do patrimônio documental do movimento sindical da classe trabalhadora mineira e brasileira.

Preservar o acervo arquivístico, documental e bibliográfico reunido em quase 30 anos da Escola Sindical 7 de Outubro é garantir a memória, a identidade e as experiências de formação, organização e ação sindical dos trabalhadores brasileiros na construção de um sindicalismo classista, democrático, unitário, independente e de massas. É também manter o símbolo de solidariedade com trabalhadores italianos e de outros países, que a Escola Sindical representa.

O golpe contra a democracia no Brasil, que resultou no afastamento da presidenta Dilma Rousseff das suas funções, abrindo o processo de impeachment, e a extinção do Ministério da Cultura pelo ato de governo do presidente interino Michel Temer interromperam as perspectivas de revitalização do CEDOC da Escola Sindical 7 de Outubro, através do Projeto Memórias em Movimento.

Mesmo com a retomada do MinC na estrutura do governo federal, devido a forte pressão dos grupos culturais, organizações populares e trabalhadores do mundo artístico-cultural repercutida na sociedade, há uma descrença de que o Ministério efetive a premiação aos projetos selecionados, tendo em vista que as verbas públicas para a cultura são alvo do pacote de austeridade fiscal da atual política econômica brasileira.

Em curto e médio prazo, retomar o intercâmbio com a academia, centros de documentação e arquivos dos trabalhadores pode ser uma estratégia mais adequada para que não se perca totalmente a perspectiva de revitalização do CEDOC da Escola Sindical 7 de Outubro.

Referências

COELHO, Maria Beatriz Ramos de Vasconcellos. *Escola Sindical 7 de Outubro: construção de uma identidade, reconstrução simbólica do mundo*. Dissertação (Mestrado) FAFICH/UFMG. Belo Horizonte, 1994. Mimeo.

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: EDUSC, 2002.

ESCOLA SINDICAL 7 DE OUTUBRO. *Movimento operário e formação sindical: a Escola Sindical 7 de Outubro*. Belo Horizonte: Acervo CEDOC da Escola Sindical, 01 de junho de 1990. Mimeo.

_____. *Relatório do CIDES - avaliação e perspectiva*. Belo Horizonte, 15 de dezembro de 1993. Acervo pessoal da Silvia De Martin. Mimeo.

_____. *Projeto de recuperação e reforma das instalações da Escola Sindical 7 de Outubro: revitalização do centro de documentação*. Belo Horizonte: Acervo CEDOC da Escola Sindical, agosto de 2006a. Mimeo.

_____. *Projeto de revitalização da Escola Sindical 7 de Outubro: implementação dos programas de memória e história oral e programa de sistematização do acervo bibliográfico e audiovisual*. Belo Horizonte: Acervo CEDOC da Escola Sindical, outubro de 2006b. Mimeo.

_____. *Projeto Memórias em Movimento*. Belo Horizonte: 2015. Mimeo.

FERNANDES, Edvaldo (org.). *Massacre de Ipatinga: quadro a quadro*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2013.

GALEANO, Eduardo. *De pernas pro ar: a história do mundo às avessas*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

LE VEN, Michel Marie. *A "Escola Sindical 7 de Outubro" e a Universidade*. Belo Horizonte: Acervo CEDOC da Escola Sindical, maio de 1990. Mimeo.

MENDONÇA SOBRINHO, Emanuel José. *Memórias da resistência de 7 de Outubro, entrevista com Hélio Martins da Silva*. Disponível em: <<http://www.escola7.org.br/destaques/36/memorias-da-resistencia-de-7-de-outubro-com-helio-martins-da-silva>> Acesso em 1º de junho de 2016, às 16h30.

QUINTANA, Antonio Gonzáles. *A evolução histórica dos arquivos do movimento operário*. In: MARQUES, A. J. & STAMPA, I. T. (org.). *Arquivo do mundo dos trabalhadores: coletânea do 2º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos: memória e resistência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: CUT, 2012.

A pesquisa nos arquivos de uma ex-estatal: a experiência de identificação e catalogação do acervo da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)

Sabrina de Oliveira Moura Dias¹

Edgard Domingos A. Tonolli Bedê²

Bruno Cecílio de Oliveira³

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo narrar o processo que levou à abertura do arquivo da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) aos pesquisadores da Comissão da Verdade e as contribuições de parte dos documentos encontrados para a pesquisa que deu origem ao relatório da Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda sobre as graves violações dos direitos humanos cometidas pela empresa. O trabalho terá como eixo a discussão sobre as negociações que viabilizaram o acesso de pesquisadores ao acervo referente ao período em que a empresa era estatal (1941-1993), bem como sobre os problemas e dificuldades na identificação e catalogação do material dos arquivos da empresa.

Palavras-chave: CSN. Arquivos de empresa. Comissão da Verdade.

As Comissões da Verdade e a demanda por documentos de empresas

A possibilidade de pesquisadores e estudiosos acessarem arquivos e documentos oficiais de grandes empresas públicas e privadas no Brasil ainda hoje apresenta-se como um

¹ Sabrina de Oliveira Moura Dias é doutora em Sociologia, professora da Universidade Federal Fluminense (*campus* Volta Redonda), e atuou como colaboradora no levantamento dos arquivos da CSN.

² Edgard Bedê é doutor em Educação e professor aposentado da rede estadual de ensino em Volta Redonda/RJ. Atuou como pesquisador da Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda (2014-2015) e coordenou o trabalho de pesquisa e levantamento dos arquivos da CSN.

³ Bruno Cecílio é graduando de Direito na Universidade Federal Fluminense, bolsista da Faperj e também atuou como colaborador na identificação e registro dos documentos da empresa.

desafio. Na maior parte das vezes, o contato com fontes essenciais para a pesquisa disponíveis nestas instituições ou é limitado ou vedado ao público externo. Não raro, nas poucas ocasiões em que pesquisadores têm/tiveram acesso a fontes de pesquisa geradas pelas grandes empresas privadas e/ou ex-estatais, eles o fazem/fizeram de maneira pontual, por meio de contatos pessoais, ou por uma eventual empatia dos responsáveis por estes arquivos e documentação para com determinados pesquisadores ou pesquisas específicas.

Na Companhia Siderúrgica Nacional⁴ (CSN) a dificuldade de acessar documentos originais sobre a história da empresa e da cidade não é diferente. Não obstante, a cidade de Volta Redonda, sua construção e história, bem como os desdobramentos sociais, econômicos e políticos relacionados à sua formação e desenvolvimento, ocupam uma série de estudos e pesquisas produzidos desde os anos 1980. Fortes, Silva e Silva (2012) estimam que Volta Redonda seja a segunda cidade operária mais estudada no país, atrás apenas da cidade de São Bernardo do Campo, famosa pela emergência nos anos de 1970-1980 de uma classe operária combativa e politizada. Um levantamento realizado pelo Centro de Memória da Universidade Federal Fluminense em Volta Redonda em 2012 indicava a existência de uma série de pesquisas sobre a história da cidade e da usina entre livros, artigos, capítulos de livros, teses e dissertações. Entre estes, poucos mencionam a utilização de documentos sediados nos arquivos da CSN como fonte de pesquisa. Muitos pesquisadores – incluindo aqui a experiência dos autores do texto – não tiveram acesso a documentos da empresa ou a fontes primárias de seus arquivos durante suas pesquisas⁵.

A despeito da quase impossibilidade de acessar fontes originais e primárias sobre a história de Volta Redonda pertencentes ao acervo arquivístico da CSN, uma série de pesquisas e trabalhos foi realizada com base principalmente na utilização de documentos sediados no arquivo da Cúria Diocesana, nos arquivos pessoais, arquivos jornalísticos, documentos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), além de entrevistas. Grande parte da documentação sobre a história da cidade e da siderúrgica acessível ao público encontra-se dispersa em diferentes arquivos e, apesar do grande

⁴ Empresa siderúrgica instalada em Volta Redonda durante a década de 1940 e que representou o estandarte da industrialização capitaneada pelo Estado.

⁵ Mais adiante apontaremos os problemas relativos à consulta do acervo arquivístico da CSN, que transcendem uma suposta animosidade ou desconfiança dos funcionários da empresa para com o trabalho dos pesquisadores.

interesse suscitado pela temática, não há ainda hoje em Volta Redonda um arquivo público municipal que reúna documentos e material histórico de pesquisa. Do trabalho de doutorado, realizado na década de 1980 por Regina Lúcia de Moraes Morel⁶, derivou a organização de uma coleção chamada “CSN” que compõe o acervo do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ) no Rio de Janeiro⁷. Por outro lado, coube principalmente a Jessie Jane Vieira de Souza⁸ a iniciativa de auxiliar no recolhimento de documentos históricos do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda ao arquivo Edgard Leuenroth⁹ que desta forma foram preservados da destruição e do desaparecimento, destino comum de parte importante da documentação produzida pela instituição, sobretudo daquela anterior a 1964.

No entanto, um novo capítulo acerca dos arquivos da CSN seria escrito a partir de 2011 e 2012. A edição da Lei de Acesso à Informação, lei n. 12.527/2011, – que entrou em vigor em maio de 2012 – juntamente com a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) pela lei n. 12.528/2011 inauguraram uma nova etapa no levantamento, pesquisa e sistematização de dados relativos ao período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). A Lei de Acesso à Informação pretendia dar suporte ao trabalho da Comissão, uma vez que o reconhecimento do direito à verdade ensejava a necessidade de criação de mecanismos que permitissem o acesso e a coleta de material de interesse público mantido em sigilo por instituições, organizações, empresas ou pessoas. O trabalho dos pesquisadores e estudiosos da Comissão Nacional da Verdade permitiria reconstituir narrativas e histórias da perseguição e violação dos direitos humanos no Brasil que por muito tempo representaram verdadeiras lacunas na história nacional.

Investida da responsabilidade e do desafio de investigar documentos, arquivos e material que pudessem esclarecer eventos ligados às graves violações dos direitos humanos durante a ditadura civil-militar no Brasil, as comissões da verdade (CVs) em nível municipal,

⁶ Autora de artigos e trabalhos sobre a cidade de Volta Redonda e sobre a siderúrgica da CSN instalada na cidade. Seu trabalho mais famoso, que se tornou referência para os estudiosos da cidade e da empresa, foi sua tese de doutoramento intitulada *A ferro e fogo: construção e crise da família siderúrgica: o caso de Volta Redonda (1941-1968)*.

⁷ O AMORJ está localizado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ.

⁸ Assim como Regina Morel, Jessie Jane produziu artigos e textos sobre Volta Redonda, entre eles, a dissertação de mestrado *Valentin, o guardião da memória circuísta*.

⁹ Localizado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp.

estadual e nacional impulsionaram a demanda pela pesquisa em arquivos anteriormente vedados ou de acesso muito restrito aos pesquisadores. As comissões da verdade instaladas a partir de 2012 assumiram o papel de buscar informações e registros de casos de perseguições, prisões, execuções sumárias e torturas perpetradas pelo Estado e seus agentes durante a ditadura civil-militar. A própria natureza da documentação visada pelas CVs prenuncia a dificuldade do empreendimento. As CVs buscavam preencher as lacunas e silêncios produzidos¹⁰ na história nacional com vistas à restituição material e/ou moral das pessoas afetadas direta ou indiretamente pelo regime de exceção no Brasil. Para além dos arquivos públicos existentes e disponíveis, as CVs reivindicaram o acesso àqueles que permaneceram durante muito tempo às margens da pesquisa e do alcance dos pesquisadores. Esta demanda possibilitou, em alguns casos, o desbravamento de volumosa documentação produzida por órgãos oficiais de informação e repressão que até então tem/tinha sido mantida inacessível, seja devido ao sigilo imposto à documentação, ou à recusa arbitrária em oferecer acesso.

Na CSN, o acordo que viabilizou o trabalho de pesquisa no acervo arquivístico da empresa foi antecedido por negociações envolvendo agentes em diferentes níveis de poder e esferas de competência. A Comissão Municipal da Verdade (CMV-VR) foi instalada em Volta Redonda em 2013, tendo como presidente o advogado Alex Martins, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) da subseção de Volta Redonda. O pesquisador responsável pelo levantamento dos depoimentos e dos casos relativos às perseguições e violações dos direitos humanos na cidade foi Edgard T. Bedê, historiador de formação e pesquisador dos movimentos operários em Volta Redonda. Em sua tese de doutoramento Bedê havia se debruçado sobre a pesquisa e levantamento de material sobre uma greve de resistência dos trabalhadores da CSN ao golpe de 1964. Em contraposição a grande parte da bibliografia sobre os movimentos operários na cidade, que vai identificar o “despontar” de uma classe trabalhadora combativa e organizada apenas nos anos 1980, Bedê lança luzes sobre as ações coletivas e mobilizações que antecederam esses anos. Estas greves e ações coletivas ocorridas na Usina Presidente Vargas (UPV) em Volta Redonda antes mesmo da ascensão do “Novo Sindicalismo” – no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 – haviam

¹⁰ Muitas vezes deliberadamente produzidos com o intuito de impedir que os agentes responsáveis pelos crimes cometidos pudessem ser identificados, julgados e punidos.

sido negligenciadas pelos pesquisadores devido ao seu desconhecimento sobre estes eventos, ou em função de uma desconsideração deliberada das mobilizações anteriores aos anos 1980, resultado da forte construção de uma memória do movimento sindical marcada pelo contraste entre o “velho” sindicalismo, pelego e fraco, e o “novo” sindicalismo, organizador das massas, combativo e politizado.

As sessões públicas e as entrevistas realizadas durante os trabalhos da CMV apontavam a existência de documentação relativa às perseguições, repressão e coerção aos trabalhadores praticadas dentro da usina siderúrgica. Havia dentro da usina órgãos e departamentos formalmente organizados com o objetivo de exercer controle e coerção sobre os sindicalistas e trabalhadores da empresa. Os relatos colhidos pela CMV-VR¹¹ assim como os documentos levantados pela Comissão Estadual da Verdade (CEV) e pelo Arquivo Nacional¹² comprovavam o papel ativo da Assessoria de Segurança e Informação (ASI) e do Departamento de Segurança da Usina (DSU) no assessoramento dos militares do Batalhão da Infantaria Blindada (BIB) de Barra Mansa, e do Sistema Nacional de Informação¹³ (SNI). Em suma, no caso da CSN a repressão estava organicamente estruturada no funcionamento da empresa, institucionalizada e oficializada por um corpo de funcionários hierarquicamente organizados que desempenhavam funções específicas e bem definidas nos organogramas e relatórios da empresa (Bedê, 2015).

Os indícios da existência e da atuação de órgãos de informação e de perseguição dentro da CSN incentivaram a CMV e a CEV a buscarem formas de garantir a “abertura dos arquivos” da empresa à pesquisa. Alguns depoimentos de pessoas ligadas à organização dos arquivos da CSN foram explícitos em indicar especialmente o lugar ocupado pelo arquivo físico da ASI e da DSU¹⁴ na UPV.

¹¹ O trabalho da CMV contou com mais de cem depoentes. Embora nem todas as histórias e narrativas estivessem relacionadas à CSN, grande parte daquelas que estavam fazia referência à existência do “arquivo do Coronel Bismark”, ou ainda, entre os sindicalistas, havia menção recorrente aos documentos do “arquivo secreto”.

¹² Neste sentido, importante ressaltar o papel do Arquivo Nacional na identificação e disponibilização de documentos oficiais emitidos pela ASI/CSN que representavam provas materiais da existência e atuação do órgão dentro da empresa. No levantamento feito pelo “Memórias Reveladas” no sentido de embasar os pedidos de anistia, documentos com o carimbo da ASI foram identificados e enviados aos trabalhadores e seus advogados.

¹³ Órgão que organizava a informação, instrumentalizando a repressão em nível nacional.

¹⁴ Também identificado como “Arquivo confidencial” ou como “arquivo sujo”.

O trabalho da CMV findou por identificar muito mais casos de violações dos direitos humanos do que aqueles que foram alvo de investigação inicial¹⁵, além de ampliar a identificação do número de atingidos, ou seja, de trabalhadores e cidadãos presos, demitidos, processados e mortos. Com relação à entrada nos arquivos da CSN, o desafio da CMV consistia em compreender a ligação da empresa com órgãos militares e sua participação na perseguição e repressão aos trabalhadores, cidadãos, sindicalistas e movimentos sociais em Volta Redonda. Em função mesmo da demanda por documentos que os trabalhos das CVs criavam, e com o suporte da Lei de Acesso à Informação, se produziu no contexto nacional um precedente para a mediação de um acordo histórico e inédito que permitiria a entrada e pesquisa nos arquivos da CSN.

As negociações que antecederam e viabilizaram a entrada nos arquivos

À constatação de que a continuação e a extensão dos trabalhos realizados pela CMV-VR dependiam da entrada nos arquivos da CSN para o levantamento de provas materiais cabais da perseguição e repressão praticadas pela empresa, seguiram-se as tentativas de articular uma negociação para viabilizar um acordo que permitisse o acesso dos pesquisadores ao arquivo. Inicialmente, os presidentes da CMV-VR Alex Martins, e da CEV Wadih Damous buscaram junto a representantes da CNV em Brasília a mediação para a entrada nos arquivos. Até aquele momento o material dos arquivos de ex-estatais privatizadas não tinha sido objeto de pesquisa sistemática das CVs dada a dificuldade em negociar o acesso às instalações de empresas agora sob controle privado. O precedente aberto pela pesquisa aos arquivos da Petrobras se mostrava limitado: embora tenha impulsionado a demanda pela documentação produzida pelas empresas, não oferecia um paralelo para a abertura de arquivos de empresas privatizadas¹⁶. No caso da Petrobras, o fato de a propriedade da empresa ter permanecido majoritariamente sob controle do poder público parece ter tornado o caminho até seus arquivos menos tortuoso e desafiador.

¹⁵ Em lugar das sete ou oito violações a serem investigadas inicialmente, a CMV-VR produziu um relatório identificando 14 casos de graves violações aos direitos humanos em Volta Redonda e na região Sul Fluminense.

¹⁶ Um artigo publicado pela Folha de São Paulo no início de 2015 relata a dificuldade das CVs em acessar arquivos das ex-estatais e destaca o pioneirismo e o progresso das negociações realizadas pela CMV-VR e pela CEV-RJ em relação à entrada dos pesquisadores nos arquivos da CSN (<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1570179-empresas-privatizadas-impedem-acesso-a-documentos-da-ditadura.shtml>. Folha de São Paulo, 04 /01/2015. Acesso em 05/05/2016).

Com o apoio do então ministro da Casa Civil Aloizio Mercadante, agendou-se uma reunião em São Paulo com os presidentes da CEV e da CMV e os dirigentes da CSN. Neste encontro, a empresa acenou com a possibilidade de garantir a entrada dos pesquisadores nos arquivos. No entanto, os representantes da empresa mostraram-se receosos com a repercussão que o trabalho poderia causar, bem como com a eventual necessidade de ter que arcar com qualquer custo relativo à pesquisa e/ou à restituição material dos atingidos.

Embora a reunião ocorrida em São Paulo tivesse representado um passo importante para a negociação relativa à entrada nos arquivos, o engajamento do Ministério Público Federal (MPF) na condução e mediação das tratativas pareceu a alguns atores locais um fator decisivo para que os agentes chegassem a um acordo sobre o pleito. Em junho de 2014 o procurador da República em Volta Redonda, Dr. Júlio Araújo, participou do evento Caravana da Verdade em Volta Redonda, onde foram apresentados os resultados parciais da pesquisa da CMV em curso. Nesta ocasião, o procurador pediu que fosse elaborado um relatório parcial que pudesse instruir um processo no sentido de apontar a participação da CSN na repressão durante o período da ditadura civil-militar na cidade. Nesta época, as negociações para a consulta e pesquisa ao acervo da CSN foram retomadas, agora com a mediação do MPF na figura do procurador. A partir de então participaram ativamente das reuniões membros da CEV, da CMV, docentes e pesquisadores da UFF¹⁷ e funcionários do Arquivo Nacional. Inicialmente acordou-se a formação de um grupo reunindo membros das entidades supramencionadas que ao final de 2014 realizaram uma diligência nos arquivos da empresa com o intuito de realizar uma identificação preliminar do acervo do período estatal e de seu conteúdo. Nesta etapa foram consultados os conteúdos de caixas escolhidas aleatoriamente nos quatro arquivos apresentados aos pesquisadores e espalhados em diferentes prédios da empresa. Estes arquivos eram: o CEDOC (Centro de Documentação), arquivo operacional da empresa, mantido em boas condições de limpeza e conservação; os arquivos do Centro de Recursos Humanos (CRH) e do Escritório Central que estavam razoavelmente conservados; e finalmente o arquivo da Fábrica de Oxigênios (FOX), que entre aqueles apresentados pelos funcionários da empresa encontrava-se em pior estado de preservação. É importante destacar que para além de uma suposta desconfiança, ou de uma

¹⁷ Participaram das reuniões os docentes e pesquisadores da UFF vinculados ao projeto financiado pela Faperj O 1º Batalhão de Infantaria Blindada na Repressão da Ditadura Militar na região Sul Fluminense.

postura de fechamento da empresa em relação às demandas de pesquisadores por acesso ao material histórico sob sua guarda, verificou-se que: 1) Os próprios funcionários e arquivistas da empresa não sabiam identificar com precisão as caixas que continham material público (isto é, do período de 1941-1993) e nem sabiam estimar o volume desta documentação em relação ao material do período privado; 2) Quando as caixas possuíam alguma identificação temporal, ainda assim, frequentemente havia desconhecimento sobre o tipo de documento que estava em seu interior¹⁸; 3) À exceção do CEDOC e do CRH, as outras unidades onde estavam depositados os documentos não possuíam local adequado para receber pesquisadores. Isto significa que as frequentes negativas da empresa à pesquisa a documentos públicos em suas dependências possivelmente estão ligadas também às limitações em termos de acomodação e conhecimento do material ali depositado. A CSN não possui um arquivo histórico, e a manutenção e preservação da documentação obedece ao princípio da sua necessidade prática, e de sua capacidade em orientar políticas mais recentes da empresa em termos de recursos humanos, administração, organização hierárquica, informações sobre operações, custos, despesas e lucros, etc. Isto significa que apenas os documentos que possuem caráter prático e que atendem necessidades correntes da empresa encontram-se devidamente registrados, organizados e classificados. Neste tipo de arquivo de empresa, a organização do acervo obedece a um princípio funcional, e apenas aqueles documentos relacionados à produção, gerência ou recursos humanos – e que têm impactos sobre decisões atuais – encontram-se devidamente identificados e preservados.

O trabalho de levantamento e prévia catalogação dos arquivos representava para a CSN a possibilidade de garantir o mapeamento do material de seu acervo sem o custo da contratação de pessoal para esta atividade. A ausência de uma política de preservação de documentos que não cumprem uma função operacional, ou de preservação dos documentos propriamente históricos ali existentes, faz com que parte deste material, de inestimável valor para a história da empresa e da cidade, seja alocada de maneira indevida dentro dos arquivos da empresa¹⁹. A ameaça de deterioração destes documentos acentua a

¹⁸ Que podiam ser mapas, contratos, boletins, jornais, informativos, relatórios, etc.

¹⁹ Este é caso do Plano Diretor da cidade de Volta Redonda, encontrado sem qualquer proteção ou invólucro no topo da prateleira de um armário na sala de eliminação do Cedoc.

necessidade de que políticas de preservação do acervo histórico da empresa sejam levadas a cabo para que importante material sobre a história da cidade não pereça.

Após duas reuniões no MPF foi acordada a autorização para a entrada dos pesquisadores nos arquivos da empresa, com a finalidade de: 1) Identificar os documentos e caixas referentes ao período estatal e realização de trabalho preliminar para a constituição de um arquivo histórico; 2) como objetivo imediato, os pesquisadores deveriam identificar e digitalizar os documentos que atestassem a existência e funcionamento de órgãos de perseguição e repressão dentro da CSN, bem como que permitissem identificar os atingidos pelas graves violações dos direitos humanos empreendidas pela empresa. A principal reivindicação que motivou em primeiro momento a consulta ao acervo foi a busca de informações sobre a perseguição política a trabalhadores dentro da CSN, e sobre as relações entre a empresa e a repressão realizada pelo 1º Batalhão da Infantaria Blindada (BIB) de Barra Mansa.

Portanto, o acesso aos arquivos da CSN se tornou possível devido à interferência do MPF que mediou as negociações entre Comissão Estadual da Verdade (CEV), Comissão Municipal da Verdade (CMV), Arquivo Nacional e CSN para viabilizar a pesquisa e consulta do material referente ao período estatal da empresa²⁰. Em uma das reuniões realizadas na sede do Ministério em Volta Redonda, por sugestão da CEV e com a anuência de outros atores sociais, ficou definido que o historiador Edgard Bedê, coordenador dos trabalhos de pesquisa da CMV, seria também responsável pela organização do levantamento dos arquivos. Embora não tivesse experiência ou qualificação no trabalho de organização de arquivos, seu conhecimento e interesse pela história da cidade, bem como o intenso trabalho de pesquisa realizado pela CMV sob sua coordenação apontavam Bedê como a pessoa mais habilitada para coordenar a pesquisa dentro dos arquivos da CSN. Mesmo sem recursos para a contratação de pessoal, a demanda reprimida pelo acesso aos documentos históricos da cidade e da empresa, bem como o reconhecimento da importância daquele material para Volta Redonda e seus cidadãos, parece ter motivado o voluntariado de diferentes pessoas entre professores, pesquisadores, membros de movimentos sociais e universitários.

²⁰ Documentos escritos, redigidos, material audiovisual ou fonográfico produzidos pela empresa e por seus órgãos e departamentos entre os anos de 1941 e 1993.

A ausência de recursos da empresa, ou das entidades públicas para financiamento do trabalho de levantamento, fez com que o historiador Bedê, juntamente com a UFF, mobilizasse grupos de estudantes, professores e membros de movimentos sociais na cidade que pudessem atuar como voluntários na empreitada. O Arquivo Nacional organizou no Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da UFF de Volta Redonda um curso de um dia para orientar o trabalho daqueles que se voluntariaram para realizar o levantamento dos documentos existentes nos arquivos da CSN. Além dos voluntários, participaram também do curso alguns funcionários da empresa. Duas outras reuniões foram organizadas na OAB em Volta Redonda para definir as formas de trabalho, a divisão das tarefas²¹ e o padrão de preenchimento das fichas de identificação.

A empresa fez exigências no sentido de: 1) limitar o número de pesquisadores cadastrados para o trabalho de levantamento dos arquivos; 2) obter cópias das fichas de identificação; 3) ter conhecimento do material digitalizado²²; 4) evitar a consulta de caixas com material referente ao período de empresa privada, bem como daquelas cujo conteúdo é referente a informações de sigilo industrial e financeiro; 5) evitar a divulgação/publicização dos trabalhos de levantamento do acervo em curso. Notícias veiculadas na mídia sobre o trabalho de levantamento dos arquivos da CSN em curso tiveram um impacto negativo na relação entre pesquisadores e empresa, no entanto, o trabalho não foi interrompido. Inicialmente a empresa não estipulou um prazo para a finalização das atividades, mas, passados três meses do trabalho de levantamento realizado no CEDOC, o prazo para término da consulta e catalogação do acervo da empresa foi fixado em três meses. Isto significava que os outros quatro arquivos restantes deveriam ter o material do período de empresa pública identificados em apenas três meses, mesmo tempo que levou a identificação do material existente no CEDOC.

Como mencionado anteriormente, a possibilidade de acesso dos pesquisadores aos arquivos de uma grande ex-estatal constituiu fato inédito e singular no Brasil, e também no

²¹ Sobretudo entre aqueles que iriam aos arquivos e realizariam o preenchimento das fichas e aqueles que faziam o trabalho de passar o conteúdo das fichas para o computador.

²² Durante o trabalho de levantamento foi permitida a digitalização de documentos dos arquivos que comprovassem a violação dos direitos humanos perpetrada pela empresa e seus agentes. Não houve qualquer restrição à cópia destes documentos. Alguns destes documentos digitalizados compõem hoje o acervo do Centro de Memória do Sul Fluminense Genival Luiz da Silva.

âmbito dos trabalhos realizados pelas comissões da verdade. Sumarizando e sintetizando as razões acima expostas, acreditamos que este ineditismo deveu-se simultaneamente:

Ao trabalho da CMV, da CEV, dos pesquisadores da UFF e do Arquivo Nacional que gerou extenso material sobre as violações aos direitos humanos em Volta Redonda e intensificou a pressão pela pesquisa no acervo da CSN, uma vez que diversas fontes orais e escritas apontavam a empresa como um importante lócus da repressão a movimentos sociais, trabalhadores, sindicalistas e cidadãos da cidade;

A uma conjuntura favorável, marcada pelo respaldo do governo federal através da criação de mecanismos jurídicos que deram suporte para as pesquisas e trabalhos realizados pelas comissões da verdade;

À atuação do MPF que intensificou a pressão sobre a empresa e favoreceu a negociação;

À postura da empresa e à sua disposição em negociar. É bem verdade que esta disposição para negociar derivou da pressão exercida por agentes em diferentes níveis de poder, no entanto, parte de sua colaboração se deveu provavelmente ao interesse em gerar uma imagem positiva em relação aos trabalhos da Comissão da Verdade. Ao longo do trabalho de levantamento arquivístico, a empresa buscava enfatizar o contraste entre uma postura de apoio à repressão, adotada pela estatal no passado, e a postura de colaboração com as comissões da verdade assumida pela empresa privada.

O trabalho de levantamento e de catalogação dos arquivos da CSN

Conforme dito anteriormente, após negociação mediada pelo MPF, a CSN permitiu a entrada dos pesquisadores em suas dependências para o trabalho de identificação e catalogação do arquivo do Centro de Documentação (CEDOC), do CRH, do Escritório Central e da antiga Fábrica de Estruturas Metálicas (FEM), localizado hoje em dia na Fábrica de Oxigênio (FOX). O trabalho de levantamento começou pelo CEDOC, e teve nesta etapa a duração de cerca de três meses. Foi necessário, no entanto, um trabalho prévio de preparação para a pesquisa e catalogação dos arquivos. O Arquivo Nacional ofereceu em Volta Redonda um curso de um dia para capacitar e orientar os pesquisadores que

trabalhariam no levantamento do material arquivístico. Esse grupo era formado sobretudo por historiadores, estudantes, professores, mestrandos, doutorandos e interessados na história da cidade, além, é claro, dos membros da CEV, da CMV e dos professores da UFF. A equipe que se formou para a pesquisa e identificação nos arquivos da CSN era composta, sobretudo, por voluntários que se engajaram no trabalho em função do reconhecimento da importância do acervo para a história da cidade e da siderúrgica²³. Durante o curso oferecido pelo Arquivo Nacional aos pesquisadores voluntários que entrariam nos arquivos da CSN, muito se levantou a questão sobre o real volume de documentos públicos existente nos arquivos da empresa. Foi estimado à época o montante de cerca de 25.000 caixas de arquivos e um número não preciso de livros, microfilmagens, fotos, fitas de vídeo, etc. Após o levantamento chegou-se à conclusão de que esta primeira estimativa estava superestimada.

Entre os pesquisadores voluntários havia formações variadas, em diferentes áreas de conhecimento (como direito, história, sociologia, psicologia, entre outras). No total, 28 pessoas se voluntariaram. No entanto, durante a primeira fase da pesquisa no CEDOC, a empresa fixou em 16 o número de pesquisadores cadastrados para ingresso nos arquivos. Foi necessário organizar os horários disponíveis dos voluntários e bolsistas nos períodos da manhã e da tarde, levando em conta o limite de cinco pessoas por turno estipulado pela empresa. O coordenador da pesquisa nos arquivos – o pesquisador Edgard Bedê – foi o responsável por indicar os nomes dos pesquisadores a serem cadastrados, buscando sobretudo organizar as escalas de trabalho de acordo com o período e os dias em que as pessoas se ofereceram para o trabalho, e garantir que o levantamento contasse sempre com o maior número de pesquisadores por turno.

Passado o período de preparação para o trabalho, realizou-se um primeiro contato com o arquivo do CEDOC com o intuito de orientar de maneira geral os pesquisadores em termos dos conteúdos das caixas, dos procedimentos de pesquisa e permanência nos arquivos. Uma responsável geral pelos arquivos da empresa foi quem se encarregou de apresentar os arquivos. Para o trabalho de identificação e catalogação dos arquivos foram

²³ Trabalharam ainda no levantamento e identificação do arquivo os bolsistas do projeto da UFF O 1º Batalhão de Infantaria Blindada na Repressão da Ditadura Militar na região Sul Fluminense, financiado pela Faperj.

necessários alguns equipamentos como luvas cirúrgicas, máscaras, jaleco, e fichas de identificação.

As fichas, criadas a partir de um modelo proposto pelo Arquivo Nacional e adaptado pelo pesquisador Bedê eram formadas por colunas e linhas, nas quais se faziam as identificações conforme as informações constantes nos arquivos encontrados. A ficha utilizada para a identificação das caixas e arquivos e de seu conteúdo encontra-se abaixo:

EMPRESA - ARQUIVO		FICHA DE REGISTRO DE DOCUMENTOS						FOLHA Nº
ORIGEM ADMINISTRATIVA	UNIDADE DE ARQUIVO	DOC TIPO	DOC DESCRIÇÃO	DATAS LIMITES	RELEVANTE PARA FOTO	OBSERVAÇÕES	DATA DO REGISTRO	

PESQUISADOR _____ COORDENADOR DA PESQUISA _____

O trabalho dos pesquisadores consistiu na abertura de todas as caixas e na análise e descrição dos documentos encontrados. As únicas caixas do período estatal que deixaram de ser analisadas – foram apenas identificadas – foram aquelas que continham documentos

sigilosos²⁴, e aquelas com informações pessoais dos trabalhadores como os prontuários médicos²⁵. O procedimento para preenchimento das fichas de identificação e registro dos documentos das caixas consistia em: 1) identificar a localização original da caixa de acordo com sua prateleira de origem; 2) identificar o nome ou numeração dado a caixa (identidade da caixa); 3) ao abrir a caixa, os pesquisadores deveriam realizar a identificação do tipo de documento arquivado²⁶; 4) identificar os intervalos de datas mínimas e máximas encontradas nos documentos; 5) Identificar o órgão/departamento/seção que produziu o documento; 6) Finalmente, os pesquisadores deveriam incluir na ficha a informação sobre a necessidade de digitalização do documento e eventualmente fazer observações relevantes sobre o conteúdo da caixa. Como foi mencionado acima, alguns documentos de interesse imediato para o trabalho da Comissão Municipal da Verdade²⁷ foram digitalizados com a anuência da CSN. O mesmo procedimento foi utilizado para a identificação dos fichários, pastas e envelopes.

A pesquisa e análise dos documentos tinham como objetivo imediato a busca de informações sobre o arquivo da Assessoria de Segurança e Informação (ASI) vinculada ao Sistema Nacional de Informação (SNI) durante a ditadura militar, e a identificação do conteúdo das caixas nas fichas. Durante a pesquisa os documentos apontavam a existência de órgãos de informação, vigilância e perseguição operando na usina antes mesmo da instalação da ASI, tal como o Departamento de Segurança da Usina (DSU). O DSU, que tinha como função a fiscalização e repressão a funcionários da empresa, permaneceu em funcionamento mesmo após a criação da ASI nos anos 1970 e, de acordo com Bedê (2015), nesta época ocorreu uma divisão do trabalho de controle e perseguição aos trabalhadores entre estes dois órgãos. Os documentos do arquivo do Controle de Recursos Humanos (CRH) permitiram identificar trabalhadores perseguidos e que colaboraram com o trabalho da CMV-VR através de seus depoimentos. Atenção especial foi dedicada aos dossiês e relatórios sobre as greves e demissões por participação nestes movimentos em 1964 e 1968, e aos

²⁴ Que remetem a segredos industriais ou financeiros.

²⁵ Exceto nos casos em que houvesse indício da existência de casos de violação dos direitos humanos.

²⁶ Como fichas de funcionários, contratos, acordos coletivos, jornais da empresa, boletins de serviço, relatórios, etc.

²⁷ Mormente os documentos que comprovavam as violações aos direitos humanos e a fiscalização e perseguição infligida aos funcionários, sindicalistas e membros de movimentos sociais.

documentos que apontavam as relações da CSN com agentes da repressão como o Batalhão da Infantaria Blindada (BIB) de Barra Mansa. Quanto aos livros, foram registrados um a um de acordo com o ano ou intervalo dos anos mínimos e máximos, com identificação de volume, assunto pertinente e área em que foram produzidos. O trabalho de identificação realizado a partir das fichas permite localizar os arquivos/pastas de documentos com base na forma como eles se encontram dentro das salas, o que facilita trabalhos de busca ulteriores.

O trabalho de levantamento no CEDOC permitiu o aprendizado dos pesquisadores sobre os tipos de documentos existentes no arquivo da empresa, além de ter sido um período de ajuste e padronização na identificação e descrição do material encontrado. De maneira intuitiva e coletiva, a divisão e organização do trabalho de preenchimento das fichas eram aprimoradas na medida em que o trabalho avançava. Na primeira semana houve grande perda de tempo na identificação do material público realizada simultaneamente por diferentes pesquisadores, o que gerava grande risco de retrabalho. Nas semanas seguintes a triagem das caixas do período público ficou sob inteira responsabilidade do coordenador da pesquisa, enquanto os outros pesquisadores se dedicavam exclusivamente ao trabalho de consulta do conteúdo das caixas e à anotação das fichas de identificação. A experiência na lida com o arquivo e com os documentos, aliada a estas mudanças, favoreceu a padronização e a redução do tempo despendido na triagem e anotação das fichas. Das cerca de 25.000 caixas existentes no CEDOC, apenas 1.600 aproximadamente eram do período em que a empresa era pública.

O pequeno volume de material referente ao período em que a empresa era estatal frente aos documentos do período privado fez com que o coordenador da pesquisa inquirisse a responsável pelos arquivos da CSN sobre a localização de outros documentos públicos. Nesta ocasião um novo “arquivo” – que não havia sido apresentado à época da diligência – foi apontado como possível destino de parte dos documentos da fase estatal da empresa. Em função do péssimo estado de conservação dos documentos e das instalações, o “Arquivo Intermediário” se assemelhava mais a um “depósito” de documentos. No “Arquivo Intermediário” foi encontrado um volume maior de caixas com documentos relativos ao período estatal: cerca de três mil caixas em um total de sete mil. Assim como nos outros arquivos da empresa, as caixas possuíam como identificação apenas uma numeração

anotada no espelho e, por vezes, uma referência genérica ao conteúdo (“relatórios” ou “mapas”) ou ao período de elaboração destes documentos. No entanto a maior parte das caixas não trazia em seu espelho a identificação do período ao qual o documento se referia e, por vezes, quando havia esta identificação, ela estava em desacordo com as datas dos documentos no interior.

Findo o trabalho de levantamento no CEDOC, a CSN solicitou uma reunião para que fosse definido um prazo limite para o levantamento e catalogação dos outros quatro arquivos restantes. Acordou-se então um prazo de três meses para o término dos trabalhos de levantamento. Como contrapartida à limitação do tempo de trabalho dos pesquisadores, o coordenador da pesquisa pediu que a empresa elevasse o número de pessoas cadastradas para a entrada nos arquivos. Esta medida propiciava a manutenção de um número regular de pessoas nos arquivos evitando a perda de tempo, uma vez que o caráter majoritariamente voluntário do trabalho levava à rotatividade dos participantes das equipes. A experiência adquirida pelos pesquisadores no CEDOC foi essencial para que eles se tornassem coordenadores de turnos²⁸ nos outros quatro arquivos e orientassem a identificação das fichas pelo pessoal que ainda não havia participado do trabalho de levantamento. Na medida em que o levantamento e a identificação em um dos arquivos eram encerrados, tornava-se possível intensificar o trabalho em outros arquivos. Esta segunda etapa da pesquisa realizada nos arquivos da FOX, Intermediário, do (antigo) Escritório Central e do RH durou cerca de 45 dias.

Os arquivos do (antigo) Escritório Central da CSN localizam-se no subsolo do prédio e estão divididos em cinco salas sinalizadas pelas letras A, B, C, D e E. Nas salas, os documentos estão alocados em sua maioria em caixas, e organizados em prateleiras com sinalizações gráficas em ordem alfabética. Alguns tipos de documentos encontrados neste arquivo foram: fichas, relatórios, pareceres, livros, fichários, cadernos e arquivos digitais. Entre os documentos encontrados neste arquivo de interesse para a história da usina e da siderurgia no Brasil estão os fichários com planilhas de custos, relatórios técnicos e contratos estrangeiros que versavam sobre os planos de expansão da Usina Presidente Vargas (UPV).

²⁸ Os coordenadores dos arquivos também ficaram responsáveis pela triagem das caixas do período estatal. A pesquisa simultânea nos quatro arquivos agilizou o levantamento e permitiu a conclusão do trabalho antes do prazo estipulado pela empresa.

À diferença do Cedoc e do Escritório Central, o arquivo Intermediário, o da FOX e do CRH ficam localizados no interior da planta siderúrgica. O arquivo Intermediário divide-se em quatro salas enumeradas (numeração arábica) de maneira cardinal. Os documentos encontravam-se em sua imensa maioria dispostos em prateleiras metálicas organizadas em ordem alfabética. O arquivo da Fábrica de Oxigênio (FOX) localiza-se na parte oposta ao Arquivo Intermediário. Os pesquisadores encontraram maior dificuldade no trabalho de levantamento realizado neste arquivo em função da precariedade das instalações²⁹, do acondicionamento dos documentos, e da ausência de identificação nas caixas. O arquivo da FOX está dividido em duas salas e um galpão, e a maioria dos documentos nele encontrados é referente à Fábrica de Estruturas Metálicas (FEM), antiga subsidiária da CSN³⁰. Nos arquivos da FOX foram encontrados primordialmente projetos, relatórios técnicos sobre a fabricação e modelagem de estruturas metálicas para obras do Brasil.

Finda a identificação e a catalogação dos documentos dos cinco arquivos da CSN, intensificou-se o trabalho de transferência das informações registradas manualmente nas fichas para o computador com o objetivo de elaborar um banco de dados que permitisse uma rápida localização das caixas do acervo da CSN por arquivo, por tipo de documento ou por data. A maior parte do trabalho de transferência dos dados das fichas para os computadores foi realizada por bolsistas do projeto Faperj, que através de reuniões conjuntas com o coordenador da pesquisa buscaram padronizar parte das informações das fichas. O trabalho de digitação das informações das fichas foi realizado no Centro de Memória do Sul Fluminense Genival Luix da Silva, localizado no ICHS na UFF. O banco de dados do Access, idealizado e produzido pelo coordenador da CMV Edgard Bedê, permite tanto uma leitura geral dos documentos existentes nos arquivos, quanto uma busca específica de acordo com um recorte temático e/ou cronológico. Embora ainda não haja nenhum tipo de garantia de acesso de pesquisadores aos arquivos da CSN, a elaboração do banco de dados foi essencial no sentido de: 1) estimar o volume aproximado e a natureza dos documentos existentes no acervo; 2) facilitar a identificação do material e a localização das caixas para pesquisadores que venham a realizar pesquisa nestes arquivos; 3) constitui uma etapa prévia que poderá facilitar a organização mais sistemática e arquivística do

²⁹ Havia excesso de sujeira e poeira no local e nos documentos.

³⁰ A FEM existiu como subsidiária da CSN até o ano de 2002 quando foi desmantelada. Ela concentrava grande número de trabalhadores de manutenção da usina e de fabricação e montagem de estruturas metálicas.

acervo do período estatal. O banco de dados será disponibilizado online futuramente na página do Centro de Memória do Sul Fluminense, que está em construção.

Acervo da CSN: identificação de casos de graves violações dos direitos humanos e perspectivas futuras para os arquivos

O levantamento do material arquivístico comprovou a existência de sistemas de informação e perseguição sediados dentro da CSN, representados nos mais altos escalões da hierarquia pelos organogramas funcionais da empresa. Algumas caixas do acervo continham uma série de boletins do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda publicados nas décadas de 1980 e 1990, além de dossiês sobre as greves que mencionavam as formas de repressão a estes movimentos nos anos 1980. O levantamento e identificação do acervo do período estatal da CSN propiciou a possibilidade de confirmar os indícios da perseguição e punição aos trabalhadores sindicalizados e grevistas através de departamentos, órgãos e procedimentos formais existentes na empresa. Este material permite compreender o papel da CSN na vigilância e repressão aos trabalhadores e cidadãos de Volta Redonda durante a ditadura militar e após seu término. Mesmo após o restabelecimento da ordem democrática em 1985, a cidade de Volta Redonda viveu um dos momentos mais dramáticos de sua história em 1988, quando três operários foram mortos durante uma greve de trabalhadores que foi duramente reprimida pelas forças armadas.

Além disso, foi encontrado variado material que comprova a existência e operação da Assessoria de Segurança e Informação (ASI) dentro da CSN, órgão ligado diretamente ao Sistema Nacional de Informações (SNI), e braço direito da repressão em algumas empresas. Por outro lado constatou-se que as relações entre a CSN e o BIB antecederam o golpe de 1964, uma vez que, antes desta data, casas pertencentes à empresa em Volta Redonda eram cedidas de maneira subsidiada a militares do batalhão como forma de ampliar o controle sobre a vila operária. Embora uma série de depoimentos e de documentos fizessem menção à existência do arquivo da ASI, ou do “arquivo confidencial”³¹ não foi possível localizá-lo no acervo da empresa. Apesar da responsabilidade da empresa pela tutela e preservação

³¹ O “arquivo confidencial” também é chamado de “arquivo sujo”.

destes documentos de natureza pública, seus funcionários não foram capazes de indicar a localização ou o destino destes documentos.

Embora o trabalho da CMV não tenha encontrado os arquivos específicos dos órgãos de inteligência e de perseguição aos trabalhadores, entre eles o arquivo da Assessoria de Segurança e Informação (ASI) e do Departamento de Segurança (DSU), o legado do trabalho da comissão transcende sua existência. A busca dos documentos acima mencionados impulsionou a entrada no arquivo da CSN, no entanto, o trabalho da CMV, dos professores e pesquisadores da UFF e dos voluntários que se engajaram no levantamento do acervo não se restringiu à sua busca. O levantamento realizado no âmbito dos trabalhos da CMV e do projeto de pesquisa da UFF permitiu um amplo mapeamento e identificação de grande parte do acervo da empresa em seu período estatal (cerca de seis mil caixas), com extenso e inestimável material vinculado à história e à memória da cidade, da empresa e dos trabalhadores e seus movimentos. Este trabalho inédito tem um caráter promissor no sentido de que constitui um passo importante para impulsionar a publicização da consulta ao acervo³².

Referências

BEDÊ, Edgard Domingos Aparecida Tonolli. *A Formação da Classe Operária em Volta Redonda*. Projeto Financiado pela Lei Municipal de Incentivo a Cultura. Volta Redonda: 2010.

BEDÊ, Edgard T. *Relatório final da Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros – Volta Redonda (CMV-VR)*, 2015. (Disponível em: <http://saosebastiaobm.com/noticias/RELAT%C3%93RIO%20FINAL%20DA%20COMISS%C3%83O%20DA%20VERDADE%20-%20VOLTA%20REDONDA.pdf>)

FORTES, Alexandre; SILVA, Eduardo Ângelo da; SILVA, Leonardo Ângelo da. Desenvolvimento, trabalho e cidadania em Volta Redonda: um olhar sobre a evolução da produção acadêmica. In: RAMALHO, José Ricardo; FORTES, Alexandre (org.). *Desenvolvimento, trabalho e cidadania: baixada e sul fluminense*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

³² Findos os trabalhos da CMV-VR e da CEV, o Ministério Público Federal, na figura do procurador Júlio Araújo, professores da UFF, funcionários do Arquivo Nacional e da Prefeitura de Volta Redonda têm buscado recentemente através de negociações com a CSN garantir a publicização dos documentos dos arquivos. A negociação ainda está em curso, no entanto, a possibilidade de um acordo neste sentido representaria um precedente histórico para impulsionar a publicização de outros arquivos de empresas privatizadas. Informações sobre esta negociação e sobre a pressão exercida pelo MPF neste sentido estão disponíveis em artigo publicado pelo jornal *O Dia* de 24/03/2016 (Disponível em: <http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-03-24/arquivos-da-csn-referentes-a-ditadura-serao-abertos.html> . Acesso em 02/06/2016)

LIMA, Raphael Jonathas da C. Novas e velhas questões: revisando a historiografia sobre Volta Redonda (RJ). *História Unisinos*, v. 14, p. 77-87, 2010.

MOREL, Regina Lúcia M. *A ferro e fogo: construção e crise da família siderúrgica: o caso de Volta Redonda (1941-1968)*. Tese de doutorado em Sociologia, USP, 1989.

SOUZA, Jessie Jane Vieira. *Valentin, o guardião da memória circulista*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1992.

Os trabalhadores rurais de Vitória da Conquista e as fotografias de um protesto

Kamilla Dantas Matias¹

Verônica Pinheiro Meira²

Resumo

Em 1990, na cidade de Vitória da Conquista (BA), o trabalhador rural Etelvino Campos, que participava de uma ocupação nos arredores da região conhecida como Lagoa das Flores, foi morto numa emboscada. Em seguida, as ruas da cidade foram tomadas por uma manifestação dos trabalhadores rurais, que pediam justiça. Esta comunicação tem por objetivo analisar o conjunto documental constituído pelas fotos realizadas pelo fotógrafo Sabiá durante a Caminhada pela vida: protesto contra a morte de Etelvino Campos. Para tal análise, foi realizado um estudo técnico-descritivo e um levantamento sobre o contexto da produção fotográfica. Tais ações permitiram a recuperação de dados e a interpretação do conteúdo. As fotografias recuperadas, identificadas e interpretadas tornaram-se importantes instrumentos para a preservação da memória do movimento e dos conflitos agrários que, ainda hoje, envolvem enormes contingentes de trabalhadores em luta pela reforma agrária.

Palavras-chave: Vitória da Conquista. Trabalhadores rurais. Arquivo fotográfico.

No período de 26 de fevereiro a 03 de março de 2013, foi realizada uma exposição fotográfica com os resultados parciais do trabalho realizado pela equipe do Laboratório de História Social do Trabalho (LHIST/Uesb). Foi exposta à sociedade parte do acervo já

¹ Doutoranda em história pela Universidade de Coimbra, Portugal, e pesquisadora do Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (LHIST/Uesb).

² Graduanda em história pela Uesb e pesquisadora do Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (LHIST/Uesb)

digitalizado, resultante da pesquisa em 12 sindicatos sediados em Vitória da Conquista. Realizada em parceria com os sindicatos, a exposição foi inaugurada com uma palestra: Movimento sindical em Vitória da Conquista: Memória, proferida pelo Belarmino Souza, do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Durante a exposição, 82 fotografias, selecionadas e legendadas em um universo de quase três mil fotos pela equipe do LHIST/Uesb, foram agrupadas por temas: assembleias, eventos, eleições, cotidiano, greves e manifestações. A coletânea de fotos exibida na exposição foi gravada em mídias, distribuídas gratuitamente aos sindicatos e pesquisadores³.

A exposição pôs em destaque, em seção intitulada Retratos do Social, dois fotógrafos que atuaram, nas décadas de 1980 e 1990, no registro das ações dos sindicatos e dos movimentos sociais de Vitória da Conquista. Além de concentrar algumas séries fotográficas por eles produzidas, a seção contemplou uma exposição de equipamentos utilizados, como câmeras, acessórios, filmes, leitor de diapositivo.

Durante o processo de construção da exposição Movimentos Sociais em Retrato, o contato com as séries fotográficas produzidas pelos retratistas do social suscitou interesse dos pesquisadores. A série fotográfica Caminhada pela vida: Protesto contra a morte de Etelvino Campos passou, então, a ser objeto de investigação. O protesto não era de conhecimento dos pesquisadores e havia poucas informações disponíveis sobre a morte de Etelvino e os conflitos agrários no começo da década de 1990.

Até 1920, o uso da fotografia era muito limitado entre os trabalhadores. A tecnologia empregada era cara e a atuação dos fotógrafos profissionais, frequentemente a serviço da imprensa burguesa, gerava desconfianças sobre o próprio ato de fotografar.

Historicamente, especialmente em épocas conturbadas e períodos de exceção, a fotografia pode servir de instrumento às forças repressivas dedicadas à identificação de pessoas associadas aos movimentos de contestação da ordem. Roland Barthes apontou para este “poder mortífero” da fotografia. Embora alguns fotógrafos possam individualmente ser identificados como simpatizantes dos movimentos sociais, o seu trabalho está sujeito a restrições externas e pode ser facilmente apropriado pelas diversas instâncias de poder. Entretanto, ainda que se considere a capacidade de intervenção das diversas estruturas de

³ Cópias do CD podem ser adquiridas a título gratuito junto à secretaria do LHIST/Uesb mediante solicitação pelo e-mail: (lhist.uesb@gmail.com)

poder na definição do volume ou dos temas, as fotografias revelam uma “realidade por trás da realidade” e encontram-se abertas a múltiplas interpretações e apropriações.

Desde a década de 1930, afirma-se uma tendência, campeada por Henri Cartier Bresson e, posteriormente, Sebastião Salgado, à produção de uma “fotografia humanitária”, que põe em destaque os excluídos, os famintos, os usuários de drogas, as vítimas da “modernidade”. A fotografia passa a ser usada como denúncia do social, como afirma André Rouillé: “Na visão humanista, a energia e a vida irrigam as imagens; na humanitária, a morte, a impotência e a resignação sugam a substância delas” (Sousa, 2002, p. 8).

Ancorado nessa perspectiva humanitária se enquadra o fotógrafo Vivaldo Leão (Sabiá). O fotógrafo é autor de importantes registros das lutas dos trabalhadores da região Sudoeste da Bahia nas décadas de 1980 e 1990. O L HIST/Uesb realizou a impressão e digitalização de séries fotográficas de seu acervo pessoal. A série aqui analisada, recebida em diapositivo, foi revelada em formato 24X30 cm para ser exposta.

O diapositivo, que também pode ser conhecido como slide ou transparência, é uma fotografia positiva realizada em suporte transparente, por meio de processos fotoquímicos e tem a possibilidade de ser projetada imediatamente através de projetores (leitor de diapositivo). Esse formato não permite ajustes em laboratório, por isso exige um maior cuidado na seleção da exposição. Além disso, há uma perda na coloração. Ele valoriza os contrastes, mas perde em tons. O tipo de diapositivo utilizado por Sabiá para fazer as fotografias do protesto foi de 35 mm. A imagem positiva foi projetada em uma película padrão de 35 mm, que ao mesmo tempo ficou localizada dentro de uma armação de plástico ou papelão com tamanho de 50x50mm.

Sabiá pode ser considerado tanto fotojornalista como foto documentalista, dois conceitos semelhantes, como salienta o professor e jornalista Jorge Pedro de Sousa:

De uma forma ampla, o fotodocumentalismo pode reduzir-se ao fotojornalismo, uma vez que ambas as atividades usam, frequentemente, o mesmo suporte de difusão (a imprensa) e tem a mesma intenção básica (documentar a realidade, usando fotografias). Porém, e em sentido restrito, por vezes distingue-se o fotojornalismo do fotodocumentalismo pela tipologia do trabalho,

Um fotodocumentalista *trabalha em termos de projecto fotográfico*. Mas essa vantagem raramente é oferecida ao foto-repórter, que, quando chega diariamente ao trabalho, raramente sabe o que vai fotografar e em que condições o vai fazer (Rouillé, 2009, p. 147).

O fotojornalismo e o fotodocumentalismo contam histórias por meio de imagens, o que exige um conhecimento da situação e dos sujeitos por parte do fotógrafo. Outrossim, os fotógrafos, em sua atuação profissional, não são apartados do meio em que vivem. Eles também comungam com determinadas visões de mundo, são pautados por ideologias e, a partir delas, dão um sentido próprio à organização de seus acervos. Por força de embaraços políticos ou em momentos de “desilusão ideológica”, muitos desses acervos perdem-se, às vezes por iniciativa do próprio fotógrafo.

Em 1990, o trabalhador rural Etelvino Campos, que participava de uma ocupação nos arredores da região conhecida como Lagoa das Flores, foi morto numa emboscada. Em seguida, as ruas da cidade de Vitória da Conquista, na região sudoeste da Bahia, foram tomadas por uma manifestação dos trabalhadores rurais, que pediam justiça. O retratista do social Vivaldo Leão Rocha registrou, através das suas lentes fotográficas, os diversos momentos do protesto.

A série fotográfica *Caminhada pela vida: protesto contra a morte de Etelvino Campos* contém cinco fotografias coloridas que podem ser observadas em diapositivo e/ou reveladas em papel fotográfico no formato 24X30 cm. O Laboratório não possui leitor de diapositivo, por isso, a apreciação das fotografias foi feita nas fotos reveladas. A análise das fotos foi realizada de acordo a ordem em que os diapositivos estavam no pacote em que recebemos. Não é possível saber se essa foi a ordem de cliques do fotógrafo, pois não existe nenhuma marcação para a verificação de um possível ordenamento.

Todas as fotos tem alta profundidade de campo, o que possibilita a visualização com clareza dos terços da fotografia. Na Foto 1, observam-se, em primeiro plano, dois senhores. Um negro e um branco. Os dois com camisas azuis (de tons diferentes), com chapéu na cabeça e com aparência de mais ou menos 60 anos. Cada um empunha uma placa. Uma com os dizeres “Justiça para Maria”, com destaques para as palavras justiça e Maria e a outra com “A pistola e a cerca são as armas do latifúndio”, com destaques para as palavras pistola, cerca e latifúndio. Estão a caminhar atrás de uma Kombi bege que aparece completamente

na Foto 3. No segundo plano da imagem, uma senhora negra, de blusa estampada, parece estar em posição de espera. O ângulo mais fechado da foto não permite identificar qual o local exato da fotografia.

[Foto 1]



Fonte: Acervo do Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Lhist/Uesb). Fundo: Retratisas do Social/ Sabiá.

A Foto 2 tem um ângulo mais aberto que o da Foto 1. A câmera parece estar posicionada mais ao alto e o fotógrafo ampliou o campo de visão. Entre o terço direito da imagem e a faixa preta com letras brancas, que está ao fundo, é possível visualizar com clareza 35 pessoas. São 18 mulheres, quatro crianças (meninas) e 13 homens. No centro, ao fundo, depois da faixa, observa-se mais seis pessoas: duas mulheres e quatro homens. Estes últimos parecem não integrar o protesto. Dois estão olhando para o lado oposto. As duas mulheres estão conversando entre si e outros dois parecem estar apenas observando.

Parece que o fotógrafo fez um recorte do limite final do cortejo. Atrás da faixa preta, que parece delimitar o fim do cortejo, estão carros. Um com o motorista parece estar esperando que o protesto ande para que ele possa seguir o seu trajeto. Os outros carros

estão estacionados em diagonal. Ao fundo da imagem ainda é possível ver o trânsito de pessoas.

Cartazes também aparecem na Foto 2 e se localizam no terço direito da imagem. Eles têm os seguintes dizeres: “Justiça para Maria” e “Com o assassinato de trabalhadores não há democracia”. Na faixa preta com letras brancas ao fundo não é possível identificar o que está escrito. A disposição dos carros nas fotos 2 e 3 e a inclinação no terço superior esquerdo da Foto 3 levam a acreditar que o protesto desceu a Rua Dois de julho, passando pela Praça Barão do Rio Branco, onde até hoje existe um estacionamento rotativo.

[Foto 2]



Fonte: Acervo do Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Lhist/Uesb). Fundo: Retratisas do Social/ Sabiá.

A terceira fotografia também tem um ângulo aberto. Pela observação do fundo, percebe-se que o primeiro plano da imagem é da parte da frente do cortejo. O cartaz Justiça para Maria está atrás da Kombi que parece na Foto 1 e agora podemos identificar que tem

alto-falantes para amplificação dos discursos. São visualizadas 38 pessoas (23 mulheres, 12 homens e três crianças) à frente do carro de som.

No terço inferior esquerdo da imagem aparece um pedaço de faixa com as letras “Cam”. Provavelmente, era uma faixa com o título do protesto. Depois, vemos cartazes espalhados. São eles: “Cadeia para os assassinos de Etelvino”, “Terra um direito de todos”.

[Foto 3]



Fonte: Acervo do Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Lhist/Uesb). Fundo: Retratistas do Social/Sabiá.

A quarta fotografia tem um ângulo mais fechado, é possível observar três pessoas destacadas no centro da imagem: um senhor negro segurando a mão de uma criança (menino) que parecia ter entre dois e três anos de idade, uma mulher com um bebê no colo e entre eles outra mulher que olhava ligeiramente para a esquerda. No terço esquerdo da foto há uma mulher segurando uma placa que também está presente na Foto 3, com os dizeres “A luta pela terra é luta pela cidadania”, as palavras terra e cidadania estão destacadas. Ao fundo estão mais 13 pessoas, não sendo possível dizer com clareza quantos

homens e quantas mulheres. Parece ser o registro de um momento de pausa da caminhada, possivelmente um momento de fala de algum dos manifestantes.

[Foto 4]



Fonte: Acervo do Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Lhist/Uesb). Fundo: Retratistas do Social/ Sabiá.

Na quinta e última fotografia é possível ver com destaque, no terço esquerdo da imagem, um militante muito reconhecido pelos movimentos sociais de Vitória da Conquista, o professor Ruy Medeiros, que faz parte do corpo docente do curso de direito da Uesb. Ruy Medeiros fala ao microfone enquanto gesticula. Ao seu entorno estão os demais manifestantes, não sendo possível dizer com exatidão o número de pessoas. Há cinco cartazes levantados, mas apenas os dizeres de dois deles podem ser lidos através da foto: “Viver da terra, a teimosia do povo”, com destaque para as palavras viver, terra e povo, e “Terra um direito de todos”.

[Foto 5]



Fonte: Acervo do Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Lhist/Uesb). Fundo: Retratistas do Social/ Sabiá.

Não são identificadas pessoas com camisetas ou bonés de partidos políticos ou movimentos sociais em nenhuma das cinco fotografias. Contudo, existe uma faixa no centro da Foto 3, onde se lê “LB Sindi”. É possível que seja uma faixa de apoio do APLB Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia.

Segundo Jacques Le Goff, historiador que desempenhou um importante papel nas discussões acerca da concepção de fontes históricas, “a fotografia revoluciona a memória: multiplica-a, democratiza-a, [...] permitindo assim, guardar a memória do tempo e da evolução cronológica” (Le Goff, 1990, p. 460). Mas, para isso, ela precisa ser apreendida para além de meras ilustrações. É com a recuperação de informações e a decifração de seus conteúdos que a fotografia pode se apresentar como um recurso excepcional para a pesquisa histórica.

O historiador Peter Burke alerta os historiadores que fazem uso da fotografia como fonte para o mito da neutralidade. As fontes iconográficas, assim como qualquer outra fonte

histórica, não estão munidas de neutralidade, elas carregam discursos que guardam sentidos não aparentes.

O testemunho das imagens necessita ser colocado no 'contexto', ou melhor, em uma série de contextos no plural (cultural, político, material, e assim por diante) [...], bem como os interesses do artista e do patrocinador original ou do cliente, e a pretendida função da imagem (Burke, 2004, p. 237).

Por entender a importância de analisar as fotografias em seus contextos, uma entrevista foi realizada com o retratista social Vivaldo Leão Rocha, com o intuito de preencher algumas lacunas e de conseguir o máximo de informações possíveis acerca da série fotográfica em questão. Sabiá (como prefere ser chamado) afirmou que na época em que as manifestações por justiça pela morte de Etelvino aconteceram não havia sido contratado por ninguém, estava presente por interesse próprio.

Ao discorrer brevemente sobre sua trajetória como fotógrafo, Sabiá afirma que sempre esteve ligado a movimentos sociais, sendo o grupo de jovens da igreja seu primeiro contato com a militância. No contexto em que as fotografias foram realizadas, a Igreja Católica exercia um importante papel na organização e incentivo das lutas sociais em Vitória da Conquista, sobretudo nas lutas pela reforma agrária em conjunto com os trabalhadores rurais e sem terra. Sabiá enfatizou isso durante a entrevista:

Eu já participava de movimentos sociais, eu já participava de grupo de jovens, eu era líder do grupo de jovens e a igreja já tomava partido disso, né? a igreja trazia esses assuntos pra os jovens se mobilizar, se inteirar do que tava acontecendo, não falava só da questão religiosa, ela entrava no lado social, a questão da terra e tal e... e tinha algumas pessoas que tava envolvida e que a gente era conhecido... Noeci Salgado, é Ruy Medeiros, é José Novais, Delbrando Oliveira e sindicatos rurais e tal.. e aí... como a igreja também estava através da comunidade e grupo de jovens, aí a gente

tava dentro. Aí eu, além disso, também com a câmera, né? não era só como líder de jovens, né⁴.

Saber sobre as pretensões do fotógrafo ao fazer seus registros é fulcral para uma boa análise desse documento. A respeito disso, Sabiá fez a seguinte afirmação:

É como eu te disse, né? eu não tinha o intuito de ganhar dinheiro, né? Eu fotografava porque me comovia. Eu achava que aquela imagem... é... era uma coisa pra eternizar. E me tocava muito e me inspirava... eu fazia a foto na inspiração da expressão daquelas pessoas e o que elas tava sentindo no momento. Eu achava que a fotografia eternizava aquilo e podia fazer alguma coisa através de jornal, de denuncia e tal... fotografei por isso (Rocha, 2016).

Os documentos imagéticos carregam o mito de serem “sinônimos” da realidade; entretanto, eles são representações estéticas/culturais e não podem ser compreendidos se desvinculadas do seu processo de construção. Desse modo, só é possível a decifração de uma imagem se devolvemos a ela sua *anima*, se reconstituirmos, ainda que por um instante, imaginativamente, aquilo que se foi. Nesta perspectiva, não só os planos do documento fotográfico, como também a própria realidade do observador, ajudam em uma possível interpretação, pois a leitura do documento é efetivada em conformidade com o contexto social, cultural e ideológico que rege o sujeito da interpretação. Tais ações permitiram a recuperação de dados e a interpretação do conteúdo. As fotografias recuperadas, identificadas e interpretadas tornaram-se importantes instrumentos para a preservação da memória do movimento e dos conflitos agrários que, ainda hoje, envolvem enormes contingentes de trabalhadores em luta pela reforma agrária.

Referências

BURKE, P. *Testemunha ocular*. Bauru: EDUSC, 2004.

LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.

⁴ ROCHA, Leão. Entrevista concedida a Verônica Pinheiro Meira. Vitória da Conquista, 6 de junho de 2016. [A entrevista encontra-se transcrita no Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual da Bahia]

ROCHA, Leão. Entrevista concedida a Verônica Pinheiro Meira. Vitória da Conquista, 6 de junho de 2016. [A entrevista encontra-se transcrita no Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual da Bahia].

ROUILLÉ, André. *A Fotografia: entre documento e arte contemporânea*. São Paulo: Editora Senac, 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. *Fotojornalismo: Uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa*. Porto: Imprensa da Universidade do Porto, 2002.

A representação iconográfica da Comissão Nacional da Verdade nas charges de Carlos Latuff

Rozinaldo Antonio Miani¹

Resumo

O debate na sociedade brasileira em torno do direito à memória e à verdade e da questão da justiça e reparação para os crimes das ditaduras no Brasil vem ocorrendo há várias décadas. Uma das principais reivindicações dos grupos atuantes nesse debate era pela instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV) no Brasil. Com muito atraso, a lei que instituiu a CNV foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em 2011. Todo esse processo foi retratado com crítica e humor por meio de charges publicadas pela imprensa popular e alternativa. Nesse sentido, o objetivo desse artigo é selecionar e analisar algumas charges produzidas por Carlos Latuff que tematizaram a Comissão Nacional da Verdade verificando os principais elementos imagéticos utilizados e relacionando-os com o respectivo contexto sociopolítico. As análises seguirão a metodologia da análise do discurso chágico.

Palavras-chave: Comissão Nacional da Verdade. Charge. Carlos Latuff.

Introdução

A lei que instituiu a Comissão Nacional da Verdade (CNV) no Brasil foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em 2011. Porém, a luta pela justiça em nome das vítimas de violências cometidas pelo Estado é muito anterior. Desde o final da ditadura civil-militar (1964-1985), muitas iniciativas foram realizadas com o objetivo de defender os direitos

¹ Rozinaldo Antonio Miani - graduado em jornalismo e história. Mestre em ciências da comunicação. Doutor em história. Pós-doutor pela ECA/USP. Professor do Departamento de Comunicação e vice-coordenador do Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR). Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular (CNPq). Bolsista produtividade pela Fundação Araucária/PR. E-mail: mianirozinaldo@gmail.com

humanos e de exigir justiça contra os crimes de agressão, repressão, tortura e execução praticados pelo Estado brasileiro por meio de seus agentes oficiais ou paralelos.

Essa luta foi assumida, inicialmente, pela própria sociedade civil, com destaque para o Grupo Tortura Nunca Mais que foi registrado oficialmente em 1987 - apesar de já ter atuação como organização clandestina desde 1976 - com o objetivo de denunciar as violações contra os direitos humanos e esclarecer as mortes e desaparecimentos de militantes opositores do regime militar, exigindo que o Estado assumisse a responsabilidade por seus crimes².

Por mais de duas décadas o clamor por justiça em relação aos crimes cometidos pela ditadura civil-militar no Brasil pouco se fez ecoar junto aos governantes. A verdade sobre a repressão, as torturas e todo tipo de violações praticadas, bem como a necessidade da implementação de políticas públicas de educação para a memória, imperativos da sociedade brasileira, só começou a ganhar impulso no âmbito governamental a partir de 2007, quando o tema da Justiça de Transição passou a ocupar espaço importante na agenda política do país, após a publicação do livro-relatório *Direito à memória e verdade*, produzido em 2007 pela Comissão Especial sobre Mortes e Desaparecidos Políticos.

Uma das decorrências desse processo foi o lançamento do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) por parte da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, ocorrido em dezembro de 2009, que acabou por dar impulso ao lançamento da Comissão Nacional da Verdade. Durante alguns anos o assunto tomou conta do debate político nacional até que em 2011, não sem resistências, a instituição da CNV se tornou uma realidade e atendeu à expectativa de todos aqueles que acreditam na verdade e na defesa dos direitos humanos.

Após a sua formação, a Comissão Nacional da Verdade retomou o livro-relatório *Direito à memória e verdade* e realizou uma ampla investigação dos casos envolvendo os ativistas políticos contrários à ditadura que sofreram repressão, torturas ou foram assassinados ou expulsos do Brasil. A CNV buscou os relatos presentes em livros, músicas, jornais e, principalmente, na memória de pessoas que vivenciaram todos os horrores e

² Conforme entrevista concedida por Cecília Coimbra em abril de 1996, publicada na *Revista Tempo* do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/tempo/entrevistas/entres1-1.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

atrocidades daquela época e produziu um *Relatório final* que apresentou uma relação com 434 mortos e desaparecidos políticos durante o período da ditadura civil-militar. O *Relatório final* ainda apresentou recomendações que “visam o desenvolvimento de políticas que previnam casos de violações de direitos humanos, assegurem que não se repitam e garantam os direitos dos/as trabalhadores/as e do povo brasileiro” (CUT, 2015, p. 13).

A imprensa popular e alternativa, de modo geral, e a imprensa sindical, em particular, estiveram muito atentas a todo esse processo e, em especial por meio de charges, pautaram o tema e apresentaram importantes elementos para estimular o debate e demarcar, de maneira intransigente, a necessidade de revelar todos os crimes políticos cometidos pelos governos militares e exigir as devidas reparações.

Nesse contexto, a produção chárstica de Carlos Latuff tem grande relevo. Suas charges - publicadas na imprensa sindical ou em *sites* de notícias de orientação política de esquerda - marcadas pela invariável defesa da instalação da Comissão Nacional da Verdade e pela denúncia explícita dos horrores cometidos pelos representantes dos governos ditatoriais foram, sem dúvida, uma das principais estratégias jornalísticas utilizadas.

O objetivo desse artigo é analisar algumas charges produzidas por Carlos Latuff entre os anos de 2008 e 2014 que tematizam a Comissão Nacional da Verdade verificando os principais elementos imagéticos utilizados e relacionando-os com o respectivo contexto sociopolítico. As análises seguirão a metodologia da análise do discurso chárstico que procura compreender as formações discursivas e ideológicas que subsidiaram as condições de produção das charges.

CNV: uma luta pela memória, verdade e direitos humanos

Durante a segunda metade do século XX a América Latina foi palco de inúmeros governos ditatoriais. Vários países estiveram sob o comando de forças militares, ou mesmo de grupos civis, que impuseram regimes autoritários e cometeram todo tipo de atrocidades, repressões e violações de direitos humanos contra suas populações, em especial, contra militantes e lideranças políticas de esquerda, que se organizavam e lutavam para implantar programas políticos, ou mesmo projetos societários, mais democráticos, justos e igualitários. Organizações políticas de esquerda em vários países da região se aliavam aos governos mais

progressistas ou se contrapunham aos governos conservadores e reacionários apresentando uma perspectiva de transformação econômica, social e política, predominantemente, sob a bandeira do socialismo.

Contra a mobilização popular e o ímpeto por transformações sociais, as classes dominantes de cada um desses países, estando no governo ou não, impuseram por meio de medidas autoritárias ou, no limite, a partir de golpes de Estado, regimes ditatoriais - a maioria impulsionados ou apoiados pelos setores militares dos seus respectivos países e também apoiados pelo governo imperialista estadunidense - que procuravam conter o avanço das forças populares e de esquerda na América Latina.

Foram décadas marcadas por governos ditatoriais, principalmente, por governos militares, que deixaram marcas profundas nas sociedades latino-americanas. Porém, cada um a seu tempo e em circunstâncias muito específicas, esses governos foram sendo substituídos por governos “democráticos” que apresentavam novas perspectivas para cada uma das respectivas sociedades nacionais.

Uma necessidade em comum dos países que viveram sob a égide de governos autoritários era fazer uma apuração dos abusos e dos crimes cometidos pelo Estado contra os seus opositores (e contra qualquer pessoa, de maneira geral), tendo como referência principal os direitos humanos, e, conseqüentemente, promover reparações e aplicar punições aos responsáveis pelos atos de violência, repressão e tortura.

Alguns países tomaram essa iniciativa imediatamente ao final dos governos ditatoriais, como foram os casos da Argentina e do Chile, como revela Marsílea Gombata em matéria publicada em um *site* de notícias, à época da criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) no Brasil:

A Comissão da Verdade, que investigará violações de direitos humanos cometidos entre 1946 e 1988, entra em vigor quase 30 anos depois do fim da ditadura militar (1964-1985), distanciando-se da criação de comissões oficiais da Argentina ou Chile, que surgiram logo no início do processo democrático pós-regime militar. [...] Na Argentina, logo após assumir a presidência, Raúl Alfonsín (1983-1989) criou a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas

(Conadep), destinada a investigar os desaparecimentos forçados e produzir um relatório. Foram inspecionadas instalações policiais e militares e visitados cemitérios públicos e clandestinos, onde havia corpos não-identificados. Em setembro de 1984, nove meses depois de ouvir mais de 7 mil depoimentos e entrevistar mais de 15 mil sobreviventes, a Conadep concluiu e entregou seu relatório, com cerca de 50 mil páginas, ao presidente Alfonsín, representando um “paradigma mundial” por seu pioneirismo.[...] Logo após tomar posse [no Chile], o presidente Patricio Aylwin (1990-1994) anunciou a criação da Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação, cujo objetivo principal era “contribuir para o esclarecimento global da verdade sobre as mais graves violações de direitos” no país ou no exterior, desde que relacionadas com o Estado chileno ou com a vida política nacional. A comissão chilena despachou cerca de mil ofícios com pedidos de esclarecimentos. Além disso, com o retorno da democracia após o regime de Augusto Pinochet (1973-1990), a Justiça decidiu limitar a anistia ao declarar as violações crimes contra a humanidade, que não prescrevem. Os casos de desaparecidos políticos continuam abertos e, nos casos em que as vítimas já foram identificadas, seus responsáveis estão presos. Ao longo de três governos, de 1990 a 2004 foram criadas várias comissões para apurar a verdade dos anos de Pinochet (Gombata, 2012).

No Brasil, o debate em torno da criação de uma Comissão Nacional da Verdade, além de atrasado, foi muito mais truncado e acirrado, em razão das circunstâncias que marcaram o fim da ditadura civil-militar no país, principalmente, pelo caráter “conciliatório” do processo de transição lenta, gradual e segura imposto pelos governos militares.

A Lei da Anistia, aprovada em 1979, levou a cabo a concepção de conciliação e privilegiou o esquecimento em detrimento da memória e da verdade e isso se tornou um dos maiores entraves para a instauração de uma Comissão Nacional da Verdade. A respeito da Lei da Anistia, Cleidson Carlos afirma:

Esta lei representou o projeto político conservador de esquecimento, apaziguamento e o perdão do Estado, tendo como elemento fundamental a conciliação imposta por setores dominantes da sociedade civil capaz de influenciar no processo político em defesa do esquecimento. Nesse sentido a lei da anistia acabou beneficiando os agentes de repressão que torturou e matou dezenas de pessoas (Carlos, 2013).

Além das dificuldades impostas pelas contingências da Lei da Anistia, não podemos deixar de denunciar a conivência e a indisposição dos governos que se seguiram aos governos militares de levar adiante o desafio de apurar com contundência os crimes cometidos pelos ditadores militares e seus aliados civis.

Enfim, apesar da intensa luta e do empenho de vários setores sociais desde o final do período ditatorial - em especial, de organizações sociais como o Grupo Tortura Nunca Mais - em defesa da memória, da verdade e dos direitos humanos, e mesmo após a posse de um governo considerado progressista a partir dos primeiros anos da década de 2000, a instalação da Comissão Nacional da Verdade no Brasil chegou permeada de limitações e com um atraso extraordinário, tendo começado a funcionar de fato em 2012.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada durante o primeiro mandato do governo Dilma Rousseff (2011-2014) por meio da lei 12.528/2011 de 18 de novembro de 2011 e foi instituída oficialmente em 16 de maio de 2012. Seu principal objetivo era apurar as graves violações de direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Vale ressaltar, que a CNV não tinha o poder de responsabilizar nem de punir ninguém. Havia uma preocupação por parte do governo e dos próprios integrantes da comissão de afirmar que o objetivo do trabalho seria a reconstrução da memória, sem cair em perseguições, revanchismos ou vinganças.

A comissão foi formada por sete membros escolhidos pela própria presidenta e, de acordo com a referida lei, ela teria dois anos para desenvolver os seus trabalhos. Uma prorrogação de sete meses foi necessária, até que no dia 10 de dezembro de 2014 o *Relatório final* da CNV foi entregue à presidenta, exatamente no Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Uma observação se faz necessária em relação ao período de investigação da Comissão Nacional da Verdade. Definir o período de 42 anos (1946 a 1988) teve como objetivo desviar o foco dos anos da ditadura civil-militar (1964-1985). Essa questão foi motivo de muita insatisfação por parte dos familiares de mortos e desaparecidos, porque, na prática, significou uma capitulação do governo Lula aos interesses dos setores militares.

Após a formulação do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), e antes de seu lançamento, o governo Lula, para tentar garantir maior legitimidade ao documento, decidiu encaminhá-lo para apreciação de todos os seus ministérios. Nesse momento, o Ministério da Defesa obstruiu o processo argumentando que focar a atuação da CNV ao período autoritário seria revanchismo.

Depois de muitas polêmicas, o governo federal acabou recuando em algumas formulações iniciais em torno das diretrizes para a instituição da Comissão Nacional da Verdade, dentre elas, a supressão da referência ao “período autoritário”. Carlos Artur Gallo sintetiza assim essa discussão:

[...] as polêmicas surgidas no lançamento do Programa levaram a um recuo do Governo Federal, que alterou a redação de algumas disposições do PNDH-3 e, no caso das previsões sobre as violações ocorridas durante a ditadura civil-militar, houve a supressão de expressões específicas que faziam alusão ao período de 1964 a 1985. Assim, ao deslegitimar o uso da expressão “no contexto da repressão política”, originalmente mencionado no *caput* do Objetivo Estratégico da Diretriz 23 (Brasil, 2010, p.173), e transpor para o texto da Lei nº 12.528 que a CNV teria por finalidade esclarecer graves violações aos direitos humanos ocorridas no período fixado no art. 8º do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o legislador possibilitou que crimes cometidos contra opositores políticos na vigência da Segurança Nacional pudessem ser equiparados a quaisquer violações ocorridas entre 1946 e 1988 (Gallo, 2015, p. 332).

Sem negligenciar as implicações políticas dessas mudanças, nem as suas demais limitações, a Comissão Nacional da Verdade foi constituída e cumpriu de maneira bastante

competente as suas atribuições. Um relatório, dividido em três volumes, contendo cerca de 3.400 páginas - com relatos de envolvidos direta e indiretamente nos episódios de violência e repressão cometidos durante a ditadura civil-militar; com detalhes de alguns dos métodos de torturas e de execuções, bem como circunstâncias de detenções ilegais, de desaparecimentos forçados e de ocultação de cadáveres; com a descrição de lugares usados para as práticas de torturas e algumas das conexões com empresas envolvidas e agentes internacionais que colaboraram com o regime autoritário em nosso país; com a exposição dos nomes de centenas de agentes do Estado acusados de terem cometido os mais diversos crimes contra os direitos humanos; e, principalmente, com a relação de 434 mortos e desaparecidos políticos durante o período da ditadura civil-militar (conteúdo do volume três com quase duas mil páginas) - foi, sem dúvida, o principal resultado de todo o processo.

Como a CNV não tinha caráter deliberativo, o *Relatório final* apresentou dezenas de recomendações. Vejamos a síntese publicada em matéria do *site* da *Revista Fórum*:

Em seu relatório final entregue hoje (10), a Comissão Nacional da Verdade - que investigou os crimes e violações de direitos humanos durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985) -, compilou uma lista de 29 recomendações às autoridades, sendo a maioria delas voltada à responsabilização civil e criminal. Além disso, o documento propôs mudanças que gerariam grande impacto na área de segurança pública, como a desmilitarização da polícia e reformas no sistema carcerário (Redação, 2014).

Dentre as recomendações, destacamos: punição de agentes públicos; proibição das comemorações do golpe militar de 1964; criação de mecanismos de prevenção e combate à tortura; fortalecimento das defensorias públicas; dignificação do sistema prisional e do tratamento dado ao preso; criação ou aperfeiçoamento de órgãos de defesa dos direitos humanos; revogação da Lei de Segurança Nacional; desmilitarização das polícias militares estaduais; extinção da Justiça Militar estadual; supressão, na legislação, de referências discriminatórias da homossexualidade; extinção do auto de resistência; manutenção dos trabalhos da CNV; preservação da memória e a consequente retirada de condecorações a violadores, inclusive, com a mudança de nomes de avenidas e praças; ampliação da abertura

dos arquivos militares. Cada uma dessas recomendações, bem como todas as demais, demanda novas lutas sociais por sua efetivação ou implantação.

Por ocasião do ato de entrega do *Relatório final* da Comissão Nacional da Verdade à presidenta Dilma Rousseff, o jornalista Gil Alessi (2014) publicou matéria no jornal *El País / Brasil*, do dia 10 de dezembro de 2014, dando destaque à incompatibilidade entre a Lei da Anistia - que se mostrou um dos principais entraves a um maior avanço nos objetivos e nos trabalhos da CNV - e a Convenção Americana dos Direitos Humanos.

Em entrevista para a referida reportagem, a advogada Rosa Maria Cardoso da Cunha, uma das integrantes da CNV, afirmou que existe um descompasso entre o que estabelece a Lei da Anistia, que fez perder efeito os “crimes políticos e conexos”, e a Convenção Americana dos Direitos Humanos. Uma decisão referente à Lei da Anistia do Brasil, emitida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) - que tem o Brasil como um de seus membros -, reconheceu que a nossa legislação “perpetua a impunidade”. Diante disso, o Brasil, que é signatário do referido pacto internacional, fica entre a necessidade de garantir as determinações estabelecidas pela Lei da Anistia e o compromisso de aplicar as diretrizes da Convenção.

Carlos Gallo (2015) apresenta uma boa síntese do *Relatório final* produzido pela Comissão Nacional da Verdade. Para o autor,

Embora limitado, e ainda que não seja possível prever como e quais recomendações do relatório final da CNV serão implementadas, é fato que o documento representa um avanço significativo no tratamento do tema em âmbito nacional. Afinal, além de apontar os responsáveis por um conjunto de violações aos direitos humanos no país, e recomendar uma série de medidas contra a impunidade que persiste, o relatório final incorpora ao debate sobre a ditadura civil-militar algumas contribuições importantes: 1º) reconhece, de uma vez por todas, que violações aos direitos humanos foram praticadas pelo Estado brasileiro de forma sistemática, contando-se, para tanto, com uma estrutura bastante organizada, com centros de repressão e cadeias de comando em todas as regiões do país; 2º) ao contrário do que costuma ser dito com a finalidade de relativizar a dimensão da

violência praticada no período, o relatório demonstra que a repressão política não foi restrita aos setores da luta armada, atingindo trabalhadores urbanos e rurais, professores e estudantes universitários, militares dissidentes, indígenas e pessoas com orientação sexual diferente; 3º) chama à atenção para o fato de que o êxito do Golpe de Estado e a manutenção da ditadura foram possíveis devido ao apoio de parcelas da sociedade civil e de empresários que se beneficiaram da modernização econômica implementada no país (Gallo, 2015, p. 339).

Quaisquer que sejam os desdobramentos que ainda tenhamos a partir do trabalho da Comissão Nacional da Verdade, é possível afirmar que “o volume de informações sobre as mortes de 434 vítimas e depoimentos tem voltagem suficiente para provocar mal-estar nas Forças Armadas e em setores civis coniventes com as violações à época” (Alessi, 2014). Que isso sirva como força motriz para seguirmos com a luta pela memória, verdade e direitos humanos.

Representação iconográfica da CNV: uma análise de charges de Carlos Latuff

Desde o final da ditadura civil-militar (1964-1985), a luta pela memória, pela verdade e em defesa dos direitos humanos chegou a ser pautada por alguns governos, mas sempre de maneira muito tímida ou até mesmo enviesada. Como vimos, foi durante o segundo mandato de Lula (2007-2010) que o debate da Justiça de Transição ganhou maior impulso. Disso resultaram, como principal desdobramento, a criação, constituição e atuação da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Algumas das informações, questões ou desdobramentos relacionados à CNV - ainda que de maneira limitada se considerada a importância social e política do tema junto aos diversos setores das classes trabalhadoras - foram abordados e debatidos pela imprensa sindical e/ou alternativa. Nesse contexto, uma das estratégias comunicativas utilizadas para tratar do assunto foi a charge. Para este artigo, selecionamos algumas charges produzidas por Carlos Latuff.

A charge é uma das modalidades do humor gráfico e, como produto comunicativo, é marcada por sua natureza dissertativa e intertextual e tem o humor como um de seus elementos constitutivos. Trata-se de uma “representação humorística de caráter eminentemente político que satiriza um fato ou indivíduo específicos” (Miani, 2012, p. 39). Outro elemento que caracteriza a charge em sua expressão comunicativa é a efemeridade, pois “geralmente é esquecida quando o acontecimento a que se refere se apaga de nossa memória individual ou social” (Miani, 2012, p. 39).

Passada a sua validade como produto comunicativo, a charge se converte em fonte histórica. Por meio da charge é possível construir uma interpretação de fatos, eventos e circunstâncias históricas, encontrando nessa produção iconográfica elementos primorosos para a análise histórica e a produção historiográfica. Esse é o nosso desafio com este artigo.

O chargista escolhido para a realização desse exercício analítico é Carlos Latuff que é um chargista brasileiro que tem sua produção publicada, predominantemente, na imprensa sindical e/ou alternativa, em *sites* noticiosos do campo político da esquerda ou em seus próprios endereços virtuais na internet. Sobre os temas da luta pela memória, pela verdade e em defesa dos direitos humanos e também da Comissão Nacional da Verdade (CNV) Latuff, certamente, foi um dos chargistas que mais produziu.

A primeira charge a ser analisada (figura 1) foi publicada na revista do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro (Sisejufe). Na edição número 22, de dezembro/2008-janeiro/2009, de *Ideias em Revista*, um dos temas abordados foi a comemoração dos 60 anos da Declaração dos Direitos Humanos.

FIGURA 1



Fonte: Sisejufe - *Ideias em Revista* - número 22 - dezembro/2008 - janeiro/2009, p. 38. Disponível em: <<http://sisejufe.org.br/wprs/wp-content/uploads/2012/08/REVISTA-22.pdf>>

Após uma ampla reportagem sobre o tema - apresentando uma contraposição entre os artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em suas formulações de 1948, e a realidade em 2008, 60 anos depois, subsidiados por dados e estatísticas fornecidos pela Anistia Internacional -, o que o sindicato afirmava é que não havia motivos para comemorações.

Como complemento (e ampliação) da reportagem e fazendo uma referência explícita à referida data comemorativa, a revista sindical do Sisejufe publicou uma charge de Carlos Latuff, que ocupou uma página inteira, apresentando uma crítica às forças armadas, que mantinham (e ainda mantém) fechados os arquivos referentes ao período da ditadura civil-militar.

O que vemos na imagem é a figura de um militar de alta patente (um oficial general, se considerarmos o número de estrelas em sua ombreira) se escondendo num armário de arquivo (trata-se dos “arquivos da ditadura militar”, como se pode ler na parte lateral do armário) de onde emanam “vozes” clamando por “justiça!”. Podemos verificar, ainda, o sangue escorrendo pelas gavetas, numa clara referência ao fato de que naqueles arquivos existem informações reveladoras de crimes sangrentos (violentos) cometidos pelas forças

armadas durante o período da ditadura civil-militar. Destaque, ainda, para a atitude do militar que pede silêncio (expressado por meio da onomatopeia “shhhhhh...”), como alusão à posição generalizada dos altos comandos militares de sustentar o silenciamento e a ocultação em relação ao que tais arquivos poderiam revelar.

A ambientação da cena, com uma luz acesa quebrando a escuridão do lugar, faz lembrar os cenários de interrogatórios ilegais e clandestinos que se realizavam em porções dos prédios onde ficavam instalados os órgãos de repressão da ditadura, conforme vários relatos de presos políticos à época, e fartamente representados pela produção cinematográfica que retrata o período.

Para compreender o contexto sócio-histórico em que se insere tal produção chárstica, vale ressaltar que, no ano anterior, em 2007, o governo havia apresentado o livro-relatório *Direito à memória e à verdade* - produzido pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, vinculada à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - onde reconhecia pela primeira vez, em documento oficial, a existência de práticas de torturas e outras formas de violência cometidas por integrantes dos órgãos de repressão contra militantes opositores do regime ditatorial³.

À época, já se desconfiava que houvesse arquivos guardados em segredo por parte das forças armadas sobre o período da ditadura civil-militar e que seria necessário colocá-los a público. Aproveitando a ocasião da reportagem sobre a comemoração dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Latuff retomou a questão da necessidade e da urgência da abertura dos arquivos das forças armadas e apresentou uma crítica aos militares em relação à sua postura contrária à transparência e à verdade.

A segunda charge escolhida para nossa análise é, originalmente, uma produção independente de Carlos Latuff (figura 2). Esse chargista não produz charges apenas quando é contratado por alguma organização sindical ou *site* noticioso, ou ainda quando recebe alguma demanda por parte de movimentos sociais. Sempre atento à conjuntura política

³ Depois de mais de uma década de trabalho, a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos apresentou no relatório *Direito à memória e à verdade* as circunstâncias da morte ou do desaparecimento de opositores do regime militar, detalhando cada um dos 339 casos pesquisados e apreciados pela comissão e também registrando as informações das 136 pessoas que já haviam sido reconhecidas como mortas ou desaparecidas pela lei 9.140/1995. O relatório pode ser encontrado no endereço <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/a_pdf/livro_memoria1_direito_verdade.pdf>.

nacional e internacional, Latuff, em várias situações, se vê impulsionado a produzir charges “por conta própria” e, nesses casos, ele publica inicialmente em algum de seus endereços virtuais na internet. Depois de publicadas na internet, todas as suas charges ficam disponíveis para serem utilizadas por quem quiser; ou seja, elas ficam disponíveis em sistema *copyleft*⁴.

Essa charge foi produzida em 23 de junho de 2009 no contexto dos desdobramentos das declarações de Sebastião Rodrigues de Moura - que ficou conhecido como “major Curió” -, oficial do Exército durante o período da ditadura civil-militar, sobre a ação dos militares na Guerrilha do Araguaia.

FIGURA 2



Fonte: Produção independente - 23 de junho de 2009. Disponível em: <<http://desastresaereosnews.blogspot.com.br/2009/12/governo-pode-tentar-manobra-para.html>>

Desde julho de 2003 - quando havia sido determinada a quebra de sigilo das operações militares na região da Guerrilha do Araguaia -, e por vários anos seguintes, familiares de

⁴ *Copyleft* significa conceder o direito de permissão de cópia de uma obra para qualquer interessado, sem necessidade de pagar por direitos autorais. É um trocadilho com *copyright*, que é o direito de copiar, que garante ao proprietário de uma obra o direito de impedir reproduções não autorizadas. *Copyleft* seria, então, “esquerdo de cópia” e representa a ideia de que a liberdade de reprodução de uma obra estará sempre garantida, não estando submetida aos interesses comerciais do autor.

guerrilheiros que foram vítimas dos conflitos, governo brasileiro e Forças Armadas permaneceram em litígio para verem seus respectivos interesses garantidos.

Um dos desdobramentos dessa questão foi a apelação jurídica feita por um grupo de familiares de mortos e desaparecidos junto à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH), ligada à Organização dos Estados Americanos (OEA). Vários anos depois de iniciado esse processo, em abril de 2009 a Comissão prestou queixa contra o governo brasileiro pelo desaparecimento de 70 pessoas durante a campanha militar contra a Guerrilha do Araguaia. Foram exigidas providências por parte do governo brasileiro no sentido de identificar e punir os responsáveis, além de recomendar indenização para os familiares das vítimas.

Durante todo esse período, as forças armadas procuraram obstruir o acesso aos seus arquivos e quando foram disponibilizados (sabidamente) não o fizeram integralmente, apesar de afirmar insistentemente que tudo o que havia de informações referentes ao tema foi apresentado.

Um mês depois da representação jurídica apresentada pela CIDH contra o governo brasileiro, em maio de 2009, o governo lançou o portal Memórias Reveladas - Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) disponibilizando um conjunto significativo de documentos produzidos durante o período ditatorial. Isso propiciou um revigoramento na luta pela memória, verdade e direitos humanos, mas também provocou reações fervorosas, como a do ministro da Defesa à época, Nelson Jobim, que classificou como revanchismo a intenção de punir os militares que cometeram atos de tortura durante a ditadura civil-militar.

Em outro capítulo dessa história, a Comissão de Anistia, no dia 18 de junho de 2009, anunciou a concessão de indenização a 44 camponeses da região do Araguaia que sofreram com a repressão das forças militares que atuaram contra a guerrilha. No rastro desse anúncio, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou no dia 21 de junho uma entrevista com o major Curió que fez declarações que contradiziam as “informações oficiais”. Abrindo seu “arquivo particular”, um dos chefes da repressão à Guerrilha do Araguaia afirmou que 41 dos 67 guerrilheiros mortos foram executados fora do campo de combate, quando já não ofereciam riscos às tropas militares. Segundo a versão oficial do Exército, todos os

guerrilheiros haviam sido mortos em combate e o número apresentado era de 25 mortes e não de 41.

Diante disso, a charge de Latuff, produzida imediatamente após o anúncio desses fatos e informações, mostra um militar se preparando para realizar um discurso (oficial) que teria como foco desmentir as declarações do major Curió. Seu pensamento (expresso graficamente pelo texto inserido num balão de pensamento) revelava sua intenção de negar que havia arquivos secretos e que teriam ocorrido execuções, bem como explicitar sua pretensão de reafirmar que as mortes teriam ocorrido em situações de combate.

A crítica apresentada pelo chargista se realiza na ironia que se constata ao comparar o teor do pensamento do militar com a realidade revelada. Ao abrir o armário para verificar sua imagem no espelho e arrumar sua gravata, o militar deixa à mostra as ossadas escondidas, que fazem referência à ocultação dos cadáveres dos guerrilheiros após as execuções e que cumprem a função discursiva de reafirmar a repressão cometida contra a Guerrilha do Araguaia.

Nos detalhes, outras informações são explicitadas e complementam a crítica. A presença do adesivo colado na porta do armário com a frase “Ame-o ou deixe-o” é uma referência ao *slogan* produzido pelos governos militares “Brasil, ame-o ou deixe-o” em afirmação à disposição da ditadura em conter toda e qualquer ação ou sentimento contrário ao estabelecido pelo regime. As teias de aranha que são vistas acima das ossadas são referência ao fato de que elas estavam escondidas e esquecidas (deliberadamente pelos militares) por muito tempo. A corda que amarra as mãos de um esqueleto reforça a certeza da crueldade cometida pelos militares contra os guerrilheiros.

Passemos à terceira charge a ser analisada (figura 3). Trata-se de uma charge produzida por Carlos Latuff e publicada inicialmente no *site* do Centro de Mídia Independente (CMI) no dia 13 de janeiro de 2010. A produção desta charge esteve inserida numa conjuntura marcada pela aprovação do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), por meio do decreto n. 7.037, de 21 de dezembro de 2009, e, principalmente, por uma expectativa em torno da revisão a respeito da interpretação da Lei de Anistia (lei n. 6.683/79).

FIGURA 3



Fonte: Centro de Mídia Independente - 13 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2010/01/462819.shtml>>

Apesar da abrangência dos temas tratados pelo PNDH-3⁵ - que, inclusive, se tornou alvo de várias polêmicas envolvendo diferentes setores da sociedade - a questão do referido documento que atravessou o contexto discursivo da charge analisada foi justamente a resolução que indicava a necessidade e a urgência da criação de uma Comissão Nacional da Verdade (CNV). Com isso, o tema da luta pela memória, verdade e direitos humanos tinha voltado à cena e ao debate social e político e contribuiu para pautar Carlos Latuff em sua produção chárstica.

Outro processo discursivo que atravessou o contexto de produção dessa charge tinha relação com os desdobramentos de uma ação ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), solicitando mudanças na interpretação do parágrafo 1, do artigo 1, da Lei de Anistia (lei n. 6.683/79).

⁵ O PNDH-3 apresentou originalmente um conjunto de eixos orientadores e suas respectivas diretrizes que afetavam e comprometiam os interesses de vários setores dominantes da sociedade. “Dentre as resoluções que têm causado polêmica estão a criação de uma Comissão de Verdade e Justiça (diretriz 23), o fortalecimento da fiscalização contra a contaminação dos alimentos e os danos à saúde causados por agrotóxicos (diretriz 4) e a criação de mecanismos que impeçam a ostentação de símbolos religiosos em estabelecimentos públicos da União (diretriz 10). Além dessas, a diretriz 22, que trata da “garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para a consolidação de uma cultura em Direitos Humanos” causou grande incômodo aos donos dos maiores meios de comunicação brasileiros”. Ver: GONÇALVES, Marília. Polêmicas em torno do PNDH-3. *Observatório de favelas*, 10 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://of.org.br/noticiasanalises/polemicas-em-torno-do-pndh-3/>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

No dia 21 de outubro de 2008, o Conselho Federal da OAB havia apresentado uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), que foi registrada como ADPF-153. Nesse instrumento jurídico, dirigido ao STF, a solicitação era que a instância máxima do Judiciário brasileiro reconhecesse, à luz dos preceitos constitucionais, que a anistia concedida aos crimes políticos ou conexos - garantida pela Lei de Anistia - "não se estendesse aos crimes comuns praticados pelos agentes da repressão contra opositores políticos, durante o regime militar" (Stival, 2015). Entende-se como crimes comuns: homicídio, ocultação de cadáveres, abuso de autoridade, lesões corporais, estupro, atentado violento ao pudor, dentre outros.

Por meio da seleção de fragmentos do documento produzido pela OAB, a própria Secretaria de Comunicação Social do Supremo Tribunal Federal, na sessão *Notícias STF* do portal da referida instância do Judiciário no dia em que a ADPF-153 foi ajuizada, apresentou a controvérsia que embasava o argumento principal presente no documento:

A distinção entre os dois lados do conflito fica clara em trechos do texto: "Os acusados de crimes políticos não agiram contra os que os torturaram e mataram, dentro e fora das prisões do regime militar, mas contra a ordem política vigente no País naquele período", diz o documento. Por outro lado, a ADPF diz: "Os agentes públicos que mataram, torturaram e violentaram sexualmente opositores políticos não praticaram nenhum dos crimes (políticos) previstos nos diplomas legais (decretos-lei 314 e 898 e lei 6.620/78), pela boa razão de que não atentaram contra a ordem política e a segurança nacional". O documento da OAB diz que é "irrefutável que não podia haver e não houve conexão entre os crimes políticos, cometidos pelos opositores do regime militar, e os crimes comuns contra eles praticados pelos agentes da repressão e seus mandantes no governo". A entidade chama de "aberrante desigualdade" o fato de a anistia servir tanto para delitos de opinião (cometidos por pessoas contrárias ao regime) e os crimes violentos contra a vida, a liberdade e a integridade pessoal cometidos contra esses opositores, no que a OAB supõe ser "terrorismo do Estado" (Secretaria de Comunicação Social, 2008).

Passado mais de um ano sem nenhuma manifestação da Suprema Corte sobre o mérito da solicitação da OAB, e aproveitando a ocasião do Dia da Justiça (8 de dezembro), a Associação dos Juizes para a Democracia (AJD) lançou um manifesto *online* - que foi assinado pelo Comitê Contra a Anistia aos Torturadores e subscrito por centenas de figuras ilustres - intitulado Apelo ao Supremo Tribunal Federal: não anistie os torturadores! e dirigido ao presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, pedindo punição aos responsáveis pelas práticas de repressão. O manifesto se encerra com a frase: “Não à anistia para os torturadores, sequestradores e assassinos dos opositores à ditadura militar” (Cristo, 2009). Esse fato reacendeu o debate social em torno da impropriedade da Lei de Anistia resguardar a imunidade aos agentes da repressão que cometeram crimes comuns.

Nesse contexto, a charge de Latuff chamava atenção para a necessidade de reafirmar a luta contra a impunidade. A expressão “abaixo a impunidade!” materializava o desejo e a expectativa de todos os envolvidos - principalmente, familiares de mortos e desaparecidos - nos diversos processos contra os agentes da repressão que cometeram crimes hediondos contra os opositores do regime militar e que esperavam, enfim, ver prevalecer a justiça.

A imagem de um gorila fardado com vestimentas militares - representando a animalidade, a brutalidade e a irracionalidade de integrantes das forças militares no cometimento de ações de repressão -, com uma expressão raivosa, preso e confinado numa jaula onde se pode ver uma placa com a palavra “torturador”, era a imagem que se queria ver dos próprios agentes da repressão que praticaram atos de torturas ou assassinaram seus opositores. Ou seja, a expectativa era que eles pudessem ser julgados, condenados e punidos por seus atos, numa aplicação efetiva de justiça.

Porém, o que se viu alguns meses depois, mais precisamente em 28 de abril de 2010, foi uma ratificação da interpretação original (leia-se, parcial e interessada) da Lei de Anistia. Na votação do STF sobre o mérito da ADPF-153, os magistrados da Suprema Corte decidiram por ampla maioria manter a Lei de Anistia para os torturadores e não considerou tortura como crime hediondo, provocando uma indignação de vários setores da sociedade, que consideraram tal atitude uma escandalosa institucionalização da tortura no Brasil. O STF arquivou o processo e deu por encerrada a ação aberta pela ADPF-153.

Os familiares das vítimas dos crimes cometidos pelos agentes da repressão, os militantes e ativistas em defesa dos Direitos Humanos e incontáveis grupos sociais que lutam

em defesa da verdade e da justiça manifestaram sua repulsa diante da decisão do STF. Uma dessas vozes é da jornalista Niara de Oliveira que, após apresentar sua avaliação e crítica em relação à questão, solicitou ao chargista Carlos Latuff que materializasse a sua indignação por meio de uma charge. Escreveu a jornalista:

No último dia 29 de abril, assisti com muita tristeza o Supremo Tribunal Federal dizer com todas as letras que torturar no Brasil não é crime hediondo ou contra a humanidade. Pior, autorizou e institucionalizou a tortura. Ao manter a fajuta Lei da Anistia - porque foi enfiada goela abaixo da sociedade e serviu para os militares se autoanistiares por seus crimes -, a Suprema Corte brasileira demonstra não ter o menor senso de justiça. Não estou ousando pensar ou me colocar no lugar dos familiares dos desaparecidos, que foram mais uma vez torturados ao ouvirem tantas sandices em sete declarações de voto dos ministros durante o julgamento da ADPF 153, que pedia que a anistia não valesse para os torturadores. Com relação aos torturados que declararam que a Lei da Anistia deveria ser mantida, como o ministro Eros Graus (relator do processo no STF) e ex-ministra Dilma Rousseff, só para citar alguns exemplos, prefiro não dizer o que penso. Minha indignação é tanta que não estou encontrando as palavras para expressar o que gostaria de dizer. Então, pedi ao cartunista Carlos Latuff uma charge. Ele sempre consegue traduzir em seus desenhos a minha revolta. Obrigada, Latuff! (Oliveira, 2010).

A charge produzida por Latuff para a ocasião (figura 4) acabou sendo publicada, posteriormente, na capa da revista *Ideias em Revista* do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro (Sisejufe), na edição número 29, de maio-junho/2010. Nela vemos a imagem de um “militar alado”, sendo alçado pelas mãos do Supremo Tribunal Federal (STF), voando em direção à liberdade; liberdade aqui representando a garantia do impedimento de serem julgadas como crime comum as práticas de repressão e torturas realizadas durante a ditadura civil-militar (1964-1985).

As asas representando a Lei de Anistia, que garante a possibilidade de voar para a liberdade; o rosto como uma caveira, simbolizando o terror impregnado na face dos torturadores e dos demais agentes de repressão; e a palavra “torturadores”, impressa no uniforme militar, são alguns elementos visuais que complementam as informações do contexto discursivo a que se refere a charge.

FIGURA 4



Fonte: Sisejufe - *Ideias em Revista* - número 29 - maio-junho/2010, capa. Disponível em: <<http://sisejufe.org.br/wprs/wp-content/uploads/2012/08/Revista-29.pdf>>

Na mesma edição de *Ideias em Revista*, Latuff publicou outra charge também fazendo referência à institucionalização da tortura como decorrência da decisão do Supremo Tribunal Federal de arquivar a ação proposta pela OAB por meio da ADPF-153. Nessa charge (figura 5), Latuff insere alguns elementos que remontam a símbolos ou cenários típicos do contexto em que as práticas de repressão eram praticadas.

Novamente observamos a presença do tipo de luminária que era usado nos porões e nas salas de tortura, recriando o ambiente imaginário (porém, não necessariamente irreal) onde ocorriam as sessões de tortura contra os opositores do regime ditatorial. O torturado

aparece amarrado exatamente como eram colocadas as vítimas quando submetidas ao famigerado instrumento de tortura conhecido como “pau-de-arara”⁶. O estranhamento aqui é provocado pelo fato de colocar o cabo do malhete (martelo usado pelos juízes) no lugar da barra de ferro, sugerindo a cumplicidade do Judiciário com as torturas cometidas pelos agentes da repressão durante a ditadura civil-militar, justamente pelo teor da decisão do STF em relação à ADPF-153.

Ainda podemos perceber o reforço da crítica à cumplicidade do Judiciário na institucionalização da tortura (ou até mais do que isso, atribuindo-lhe a própria responsabilidade principal), quando vemos a figura de um magistrado do STF, ao lado de um agente da repressão, impassível diante da situação e da dor expressa pelo torturado.

FIGURA 5



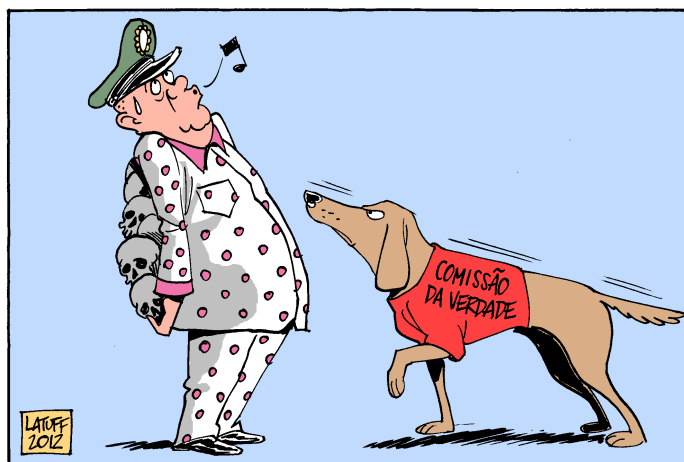
Fonte: Sisejufe - Ideias em Revista - número 29 - maio-junho/2010, p. 33. Disponível em: <<http://sisejufe.org.br/wprs/wp-content/uploads/2012/08/Revista-29.pdf>>

⁶ O pau-de-arara consistia numa barra de ferro, suspensa aproximadamente 30 centímetros do chão, que era atravessada entre os punhos amarrados e os joelhos dobrados do torturado, que geralmente ficava nu e completamente exposto a todo tipo de barbaridades, como choques, pancadas e queimaduras.

A próxima charge selecionada para nossa análise (figura 6) foi publicada na edição número 48, de maio de 2012, do jornal *Contraponto*, também de responsabilidade do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro (Sisejufe). Trata-se de uma charge editorial⁷ que pautou no contexto da referida publicação sindical o tema da instituição da Comissão Nacional da Verdade (CNV), conforme analisado anteriormente. Lançada oficialmente em 16 de maio de 2012, essa charge foi o primeiro registro feito pelo jornal *Contraponto* sobre o fato.

A questão retratada pela charge é bem representada pela afirmação feita pelo próprio chargista quando da disponibilização da referida charge em um de seus endereços virtuais na internet⁸: “Que a Comissão da Verdade ao menos aponte os torturadores”. E é exatamente a partir dessa afirmação que podemos perceber os principais elementos iconográficos explorados.

FIGURA 6



Fonte: Sisejufe - *Contraponto* - edição 48 - maio/2012, p. 2. Disponível em: <<http://sisejufe.org.br/wprs/wp-content/uploads/2012/08/Contraponto2-48.pdf>>

A imagem de um cão farejador, usando uma roupa canina onde se lê “Comissão da Verdade”, com o focinho e toda a curvatura de seu corpo em posição rígida e apumada

⁷ Charge editorial são aquelas “charges que aparecem ocupando espaços autônomos, sem relação imediata com textos verbais”. MIANI, Rozinaldo Antonio. Charge editorial: iconografia e pesquisa em História. *Domínios da Imagem*, Londrina, v. 8, n. 16, p. 133-145, jun./dez. 2014, p. 140.

⁸ Ver: <<https://latuffcartoons.wordpress.com/>>.

apontando para um militar (que é identificado pelo quepe militar característico), sugerindo que ali estava aquilo que procurava, é uma representação explícita do entendimento de que a CNV deveria ter como propósito principal apontar os crimes cometidos pelos militares durante o período ditatorial, bem como apontar os seus respectivos autores.

O militar, por sua vez, que aparece vestindo um pijama de bolinhas - sugerindo que até aquele momento ele (extensivo às forças militares da repressão de modo geral) estava bem sossegado e confortável no aconchego de sua casa -, se mostra preocupado (revelado pela gota de suor que escorre em seu rosto), mas tenta disfarçar a situação, como se ele não estivesse percebendo que o cão (representação da CNV) apontava para ele como o seu alvo encontrado; a imagem de uma nota musical saindo de sua boca é a representação do assovio como manifestação de seu disfarce. Nota-se, ainda, que o disfarce também tem o objetivo de ocultar as caveiras que ele esconde em suas costas. Esse foi o recurso imagético encontrado pelo chargista para afirmar a sua convicção de que os militares, de fato, são culpados pelos crimes que lhes são atribuídos, mas que revelar isso publicamente continua sendo um desafio e que a CNV deveria assumir essa tarefa com empenho e responsabilidade.

Alguns meses depois, o mesmo sindicato (Sisejufe) publicou uma matéria na edição número 37, de junho-julho/2012 da revista sindical *Ideias em Revista*, apresentando o debate sobre os antecedentes da instituição da Comissão Nacional da Verdade e refletindo sobre a sua importância e tarefa históricas (Leone, 2012, p. 36-37). Acompanhando a referida matéria, foi publicada outra charge de Latuff (figura 7) que se utilizou dos mesmos elementos (e argumento) da charge analisada anteriormente.

FIGURA 7



Fonte: Sisejufe - *Ideias em Revista* - número 37 – junho-julho/2012, p. 37. Disponível em: <<http://sisejufe.org.br/wprs/wp-content/uploads/2012/08/Revista-37.pdf>>

Nesta charge, um militar aparece no jardim de sua agradável casa vestindo o mesmo pijama de bolinhas; ele acena sorridentemente para o seu vizinho, enquanto rega suas flores. O vizinho retribui a gentileza do militar, sem saber que por debaixo de suas belas flores, enterrados no solo, escondem-se segredos de uma vida marcada por práticas de repressão e torturas; mal sabe o vizinho (e boa parte da sociedade) que o que se tem ali, na verdade, é um “torturador de pijama”. A imagem de caveiras enterradas no jardim representa, por um lado, a tentativa dos militares de ocultarem para a sociedade as suas práticas repressivas durante o período ditatorial, mas, por outro lado, é a crítica apresentada pelo chargista de que a vida tranquila desses torturadores no Brasil deve acabar e que as atrocidades cometidas (torturas, execuções, ocultação de cadáveres) devem ser reveladas, denunciadas e os responsáveis punidos. Essa foi a análise apresentada na matéria e complementada pela charge.

Outra charge escolhida para nossas análises apresenta como contexto discursivo principal a morte do ditador argentino Jorge Rafael Videla Redondo. O general que assumiu a presidência da Argentina em março de 1976 - após um golpe de Estado que depôs a então presidenta María Estela Martínez de Perón e permaneceu no poder até março de 1981 -, faleceu no dia 17 de maio de 2013. Um dia depois de sua morte, Carlos Latuff, aproveitando a situação, recolocou na pauta da imprensa alternativa, por meio de sua charge (figura 8), os engasgos que incomodam a sociedade brasileira em relação à luta pela memória, verdade e

direitos humanos. A charge foi publicada no *site* noticioso *Opera Mundi* no dia 18 de maio de 2013.

FIGURA 8



Fonte: *Opera Mundi* - 18 de maio de 2013. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniao/28954/videla+e+ustra+os+torturadores+de+la+e+os+de+ca.shtml>>

Para compreender completamente a proposta de uma charge, quando um dos recursos utilizados pelo chargista é a caricatura⁹, é necessário que o leitor reconheça as pessoas reais retratadas. Nessa charge, as duas figuras retratadas referem-se, respectivamente, ao ditador argentino, general Jorge Rafael Videla Redondo, e ao ex-chefe do DOI-CODI durante o período da ditadura civil-militar no Brasil, coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra.

A cena mostra duas situações aparentemente semelhantes, porém absolutamente distintas. Num dos lados (Argentina), vemos o general Jorge Videla deitado numa cama; o ambiente onde ele se encontra é uma prisão, conforme se pode notar pelas grades na janela. Do outro lado (Brasil), vemos o general Carlos Brilhante Ustra, também deitado numa

⁹ Caricatura ou retrato caricato é uma modalidade do humor gráfico e tem como finalidade “[...] mostrar, descrever uma determinada fisionomia de forma caricata, realçando ou deformando de maneira exagerada os traços característicos de um personagem, com o objetivo de identificá-lo, mas também de despertar o riso”. MIANI, Rozinaldo Antonio. *A utilização da charge na imprensa sindical na década de 1980 e sua influência política e ideológica*. São Paulo: ECA/USP, 2000. Dissertação (Mestrado em ciências da comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

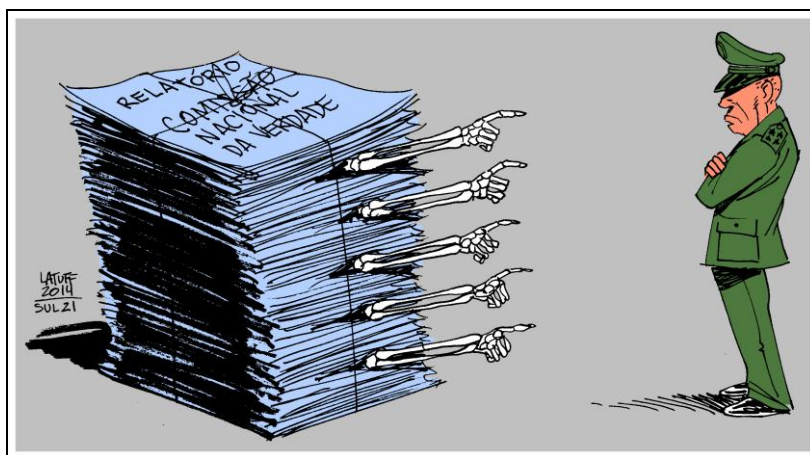
cama; porém, nesse caso, o ambiente é o de sua própria casa, num lindo dia de sol, dormindo confortavelmente.

O título da charge dá o tom da perspectiva crítica que se deveria considerar para refletir sobre a situação: “Torturadores lá e cá...”. A reflexão proposta é que, enquanto o ex-ditador argentino, Jorge Videla, morre na prisão pagando por seus crimes (lembramos que o momento de publicação da charge era justamente a morte do general argentino), no Brasil, os torturadores continuam impunes e vivendo tranquilamente.

No caso da Argentina, o ex-ditador Videla foi julgado e condenado à prisão perpétua pela morte de 31 prisioneiros que ocorreram após seu golpe de Estado; ele ainda foi destituído de sua patente militar. Morreu na prisão em 17 de maio de 2013. No Brasil, apesar da instituição e da boa atuação da Comissão Nacional da Verdade à época, o que se via era uma grande dificuldade em realizar a apuração dos crimes e a punição dos torturadores. O próprio general Carlos Alberto Brilhante Ustra, sabidamente responsável direto por inúmeros crimes contra os opositores do regime ditatorial, morreu impune em 15 de outubro de 2015.

Por fim, a última charge selecionada para esta análise (figura 9) foi publicada no *site* noticioso *Sul21* no dia 09 de dezembro de 2014. A charge chegava à véspera da entrega do *Relatório final* da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e procurava preparar o terreno para o que seria anunciado.

FIGURA 9



Fonte: *Sul21* - 09 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/latuff-e-a-entrega-do-relatorio-da-comissao-da-verdade/>>

A charge de Latuff revelava a expectativa e o sentimento desejados por diversos setores da sociedade, em especial, daqueles diretamente envolvidos com o anseio de justiça: que os milhares de páginas do *Relatório final* da Comissão Nacional da Verdade apontassem os responsáveis e os executores das práticas de repressão e tortura durante a ditadura civil-militar no Brasil e, como era sabido, elas recaiam, principalmente, sobre os militares.

Nesse sentido, o *Relatório final* entregue no dia 10 de dezembro de 2014 atendeu às expectativas e listou 377 nomes apontados como violadores, inclusive, os nomes dos presidentes da República do período ditatorial. Porém, se por um lado, a charge é expressão plena dessa conclusão do *Relatório final* da CNV, por outro, ela também é reveladora de uma importante ausência nas recomendações do referido relatório.

Depois de uma reivindicação de dirigentes sindicais junto à presidenta Dilma Rousseff para que a CNV tivesse um capítulo específico para tratar dos casos de perseguições, desaparecimentos e mortes de trabalhadores e trabalhadoras, a Comissão Nacional da Verdade anunciou em 15 de abril de 2013 a criação do Grupo de Trabalho Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e Trabalhadoras e ao Movimento Sindical. Sob a coordenação dos integrantes oficiais da CNV, mas acompanhado e subsidiado por informações prestadas pelos trabalhadores e pelas centrais sindicais, o referido grupo de trabalho apresentou suas contribuições e, dentre elas, informações sobre a participação de empresas e empresários que colaboraram com a repressão durante o período da ditadura civil-militar. Foram apresentadas, ainda recomendações para responsabilização e punição para essas empresas e empresários.

No entanto, a CNV não acatou tais recomendações, o que resultou na elaboração de uma carta aberta por parte do Fórum de Trabalhadores e Trabalhadoras por Verdade, Justiça e Reparação criticando essa postura:

Nós, do Fórum de Trabalhadores e Trabalhadoras por Verdade, Justiça e Reparação, por esta carta aberta, manifestamos nossa insatisfação com a postura da extinta Comissão Nacional da Verdade de não acatar como recomendação formal à Presidência da República a RESPONSABILIZAÇÃO DAS EMPRESAS QUE COLABORARAM COM A REPRESSÃO NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR.

Perseguições, delações, elaboração de “listas sujas”, demissões, torturas, são apenas algumas das ações provocadas pelo empresariado contra a classe trabalhadora ao longo do regime. Essas ações foram comprovadas por centenas de documentos levantados na pesquisa do Grupo de Trabalho 13 “Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e Trabalhadoras e ao Movimento Sindical”, contida no capítulo 22 do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade.

Apesar de serem extensas as provas que fazem constatar essa participação direta ou indireta de empresas na repressão aos trabalhadores, a CNV fez a opção política de omitir essa questão entre suas recomendações, entregues à Presidente Dilma Rousseff em 10 de dezembro de 2014.

A CNV optou por responsabilizar os militares, omitindo para fins de reparação o papel dos empresários como organizadores do golpe civil-militar de 1964, beneficiários das medidas econômicas da ditadura, financiadores da estrutura de repressão e como colaboradores ativos da repressão no cotidiano de combate à organização dos trabalhadores.

A postura da extinta CNV veio na mão contrária da batalha travada por centrais sindicais, sindicatos, comitês, comissões da verdade e outras entidades de trazer a público a história acobertada sobre a relação íntima entre os órgãos de repressão e empresários à época da ditadura.

A repressão, o controle e a vigilância exercidos hoje sobre as lutas dos trabalhadores e dos movimentos sociais são herdeiros desse legado não reconhecido oficialmente pelas autoridades. A não responsabilização do empresariado pelo passado fortalece as injustiças contra os trabalhadores no presente [...] (Fórum de Trabalhadores e Trabalhadoras por Verdade, Justiça e Reparação, 2015).

Portanto, a charge acaba por expressar o que, de fato, o *Relatório final* apresentou, ou seja, o apontamento de que os militares são os responsáveis e os executores das práticas de repressão durante o período ditatorial. Não que isso não tenha sido importante e fundamental - porque, com absoluta certeza, foi de extrema importância -, mas não podemos deixar de registrar que se mostrou incompleto, assim como a própria ausência, na charge, de referência às empresas e aos empresários que, caso tivesse feito alguma referência, poderia servir como uma crítica a essa hesitação (ou negligência) da CNV.

Considerações finais

Apesar de encerrados os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e de reconhecer que sua atuação e seus respectivos resultados ofereceram um novo paradigma na luta pela memória, verdade e direitos humanos no Brasil, ainda há muito que se fazer para que a verdade e a justiça sejam consideradas uma conquista no que se refere à punição de todos os responsáveis pela repressão e pelas práticas de tortura cometidas pelos agentes do Estado autoritário, bem como de reparação às vítimas da ditadura civil-militar.

É preciso dar continuidade a esse processo e garantir avanços institucionais concretos, rompendo com o legado ditatorial que ainda prevalece em diversas áreas, como por exemplo, os sistemas judiciário, prisional e de segurança pública. Isso sem falar na necessidade de rever a Lei de Anistia e acabar de vez com o marco legal que institucionalizou a impunidade em favor dos agentes da repressão.

Neste artigo, nosso objetivo foi apresentar um pouco da produção chárstica de Carlos Latuff que retratou o tema da luta pela memória, verdade e direitos humanos no Brasil e, em especial, do debate em torno da Comissão Nacional da Verdade, particularmente, veiculado pela imprensa sindical e/ou alternativa. Dezenas de outras charges foram produzidas pelo referido chargista retratando outros aspectos dessa questão, mas os limites para este texto exigiu uma seleção reduzida de charges.

O tema continua em pauta na sociedade brasileira e, certamente, outras charges ainda serão produzidas, o que nos manterão atentos no sentido de identificá-las e produzir outras análises em novos artigos. Essa é a contribuição que podem oferecer os pesquisadores em relação à reconstrução da memória e à luta pelos direitos humanos no Brasil, garantindo

que, ao menos no âmbito acadêmico, o esquecimento e o apaziguamento em nome de uma segurança nacional ou de um discurso contra o revanchismo saiam vitoriosos. Que vença a verdade e a justiça!

Referências

ALESSI, Gil. Brasil reescreve a sua história ao revelar detalhes da ditadura militar. *El País / Brasil*, 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/10/politica/1418212909_598291.html>. Acesso em: 08 jul. 2016.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. Recurso eletrônico. Brasília: CNV, 2014. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1). Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>.

_____. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2). Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf>.

_____. Comissão Nacional da Verdade. *Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 3). Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf>.

CARLOS, Cleidson. A Comissão da Verdade: reconstrução da memória ou esquecimento?. *Psol Aju*, 2013. Disponível em: <<https://psolaju.wordpress.com/2013/03/20/comissao-verdade/>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

COIMBRA, Cecília. Tortura: nunca mais [Entrevista]. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, 1996.

CRISTO, Alessandro. Juízes lançam manifesto online contra anistia. *Consultor Jurídico*, 10 de dezembro de 2009. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2009-dez-10/associacao-juizes-lanca-manifesto-anistia-torturadores>>. Acesso em 26 jul. 2016.

CUSTÓDIO, Rafael. Relatório final da Comissão Nacional da Verdade: E agora, Brasil?. *Conectas Diretos Humanos*, 23 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.conectas.org/pt/acoes/justica/noticia/34863-relatorio-final-da-comissao-nacional-da-verdade-e-agora-brasil>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

CUT. *Relatório da comissão nacional da memória, verdade e justiça da CUT*. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2015.

FÓRUM de Trabalhadores e Trabalhadoras por Verdade, Justiça e Reparação. *Carta aberta: para cumprir as tarefas de justiça e reparação é preciso responsabilizar o empresariado colaborador da ditadura civil-militar!*, 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/repararja/posts/673223446137320>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

GALLO, Carlos Artur. A Comissão Nacional da Verdade e a reconstituição do passado recente brasileiro: uma análise preliminar da sua atuação. *Estudos de Sociologia*. Araraquara, v. 20, n. 39, p. 327-345, jul.-dez. 2015.

GOMBATA, Marsílea. Comissão da Verdade chega com atraso ao Brasil em relação a outros países. *IG São Paulo*, 2012. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2012-05-16/comissao-da-verdade-chega-com-atraso-ao-brasil-em-relacao-a-outr.html>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

GONÇALVES, Marília. Polêmicas em torno do PNDH-3. *Observatório de favelas*, 10 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://of.org.br/noticias-analises/polemicas-em-torno-do-pndh-3/>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

LEONE, Max. Comissão da Verdade para passar a limpo a História do Brasil. *Ideias em Revista*, Sisejufe, ano V, n. 37, p. 36-37, junho-julho de 2012. Disponível em <<http://sisejufe.org.br/wprs/wp-content/uploads/2012/08/Revista-37.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Charge editorial: iconografia e pesquisa em História. *Domínios da Imagem*, Londrina, v. 8, n. 16, p. 133-145, jun.-dez. 2014.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Charge: uma prática discursiva e ideológica. *9ª Arte*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 37-48, 1º semestre/2012.

MIANI, Rozinaldo Antonio. *A utilização da charge na imprensa sindical na década de 1980 e sua influência política e ideológica*. São Paulo: ECA/USP, 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Niara de. STF institucionaliza a tortura no Brasil. *Pimenta com limão*, 02 de maio de 2010. Disponível em: <<https://pimentacomlimao.wordpress.com/2010/05/02/stf-institucionaliza-a-tortura-no-brasil/>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

REDAÇÃO. As 29 recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade. *Revista Fórum*, 2014. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2014/12/10/29-recomendacoes-cnv/>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. OAB contesta Lei da Anistia para crimes cometidos em nome do Estado. *Notícias STF*, 21 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=98024>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

STIVAL, Mariane Morato. Direitos humanos: análise dos votos no julgamento da ADPF 153 pelo Supremo Tribunal Federal. *Jus Navigandi*, 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/40881/direitos-humanos-analise-dos-votos-no-julgamento-da-adpf-153-pelo-supremo-tribunal-federal>>. Acessado em: 26 jul. 2016.

**PROGRAMA DO 4º SEMINÁRIO INTERNACIONAL O MUNDO DOS
TRABALHADORES E SEUS ARQUIVOS:
MEMÓRIA, VERDADE, JUSTIÇA E REPARAÇÃO**

**SÃO PAULO – BRASIL
08 A 10 DE JUNHO DE 2016**

08/06/2016 – Quarta-feira

8h - Início do credenciamento e entrega dos materiais

9h às 10h - Ato de abertura

Coordenação: Sérgio Nobre – Secretário-geral da CUT – São Paulo – Brasil

- José Ricardo Marques – Diretor-geral do Arquivo Nacional – Rio de Janeiro – Brasil
- Vagner Freitas – Presidente nacional da CUT – São Paulo – Brasil

10h às 12h - Conferência: Arquivos, justiça, reparação e direitos humanos

Coordenação: *Ana Maria de Almeida Camargo* – Universidade de São Paulo – São Paulo – Brasil

- *Ramon Alberch Fugueras* – Universidad Autónoma de Barcelona y Archiveros sin Fronteras – Barcelona – Espanha

12h às 14h - Almoço

14h às 18h - Mesa Redonda: Memória, verdade, justiça e reparação na América Latina

Coordenação: *Sonia Maria Troitiño Rodriguez* – Centro de Documentação e Memória Cedem/Unesp – São Paulo - Brasil

- *María Luisa Ortiz Rojas* – Museo de la Memoria y los Derechos Humanos – Santiago – Chile

- *Rosa M Palau* – Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos – Assunção – Paraguai
- *Valeria Barbuto* – Memoria Abierta – Buenos Aires – Argentina
- *Velia Muralles* – Archivo Histórico de la Policia Nacional de Guatemala – Cidade de Guatemala – Guatemala
- *Vicente A C Rodrigues* – Centro de Referência Memórias Reveladas/Arquivo Nacional – Rio de Janeiro – Brasil

09/06/2016 – Quinta-feira

9h às 12h30 – Mesa Redonda: As Comissões da Verdade e os trabalhadores

Coordenação: *Marco Aurélio Santana* – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil

- *Adriano Diogo* – Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo – São Paulo – Brasil
- *Girolamo Domenico Treccani* – Universidade Federal do Pará – Belém – Brasil
- *Márcio Kieller* – Comissão Estadual da Verdade do Paraná Teresa Urban e Central Única dos Trabalhadores – Curitiba – Brasil
- *Rafael Leite Ferreira* – Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara – Recife – Brasil
- *Rosa Maria Cardoso da Cunha* – ex-integrante da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil

12h30 às 14h - Almoço

14h às 18h – Sessões de Comunicações

Sessão de Comunicações I – Os arquivos do mundo dos trabalhadores da cidade e do campo Coordenação: *Antonio José Marques* – Centro de Documentação e Memória Sindical – Cedoc/CUT – São Paulo – Brasil

Sessão de Comunicações II – Justiça, reparação e direito dos trabalhadores da cidade e do campo

Coordenação: *Martinho Guedes dos Santos Neto* – Universidade Estadual da Paraíba – Guarabira – Brasil

Sessão de Comunicações III – Trabalho, gênero, raça e sociabilidade no mundo dos trabalhadores da cidade e do campo

Coordenação: *Lorena Almeida Gill* – Universidade Federal de Pelotas – Pelotas – Brasil

Sessão de Comunicações IV – Repressão, resistência e memória dos trabalhadores da cidade e do campo

Coordenação: *Inez Stampa* – Centro de Referência Memórias Reveladas/Arquivo Nacional e PUC-Rio – Rio de Janeiro – Brasil

10/06/2016 – Sexta-feira

9h às 12h30 – Mesa Redonda: A aliança empresarial-policial durante as ditaduras

Coordenação: *San Romanelli Assumpção* – Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil

- *Pedro Henrique Pedreira Campos* – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Brasil
- *Rubén Vega García* – Universidad de Oviedo – Oviedo – Espanha
- *Victoria Basualdo* – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – Buenos Aires – Argentina
- *Demian Bezerra de Melo* – Universidade Federal Fluminense – Rio de Janeiro – Brasil

12h30 às 14h - Almoço

14h às 17h - Mesa Redonda: Trabalho, gênero, raça e sociabilidade

Coordenação: *Beatriz Ana Loner* – Universidade Federal de Pelotas – Pelotas – Brasil

- *Alvaro Pereira do Nascimento* – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Nova Iguaçu – Rio de Janeiro

- *Rafael Soares Gonçalves* – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO) – Rio de Janeiro – Rio de Janeiro
- *Lídia Maria Vianna Possas* – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – Marília – São Paulo

17h às 18h30 - Conferência de encerramento

Coordenação: *Leonilde Servolo de Medeiros*

- *Marlon Alberto Weichert* – Procurador regional da República – Ministério Público Federal – São Paulo – Brasil

18h30 - Ato de encerramento

DIREÇÃO EXECUTIVA NACIONAL DA CUT – GESTÃO 2015/2019

Presidente

Vagner Freitas de Moraes

Vice-Presidenta

Carmen Helena Ferreira Foro

Secretário-Geral

Sérgio Nobre

Secretária-Geral Adjunta

Maria Aparecida Faria

Secretário de Administração e Finanças

Quintino Marques Severo

Secretário-Adjunto de Administração e Finanças

Aparecido Donizeti da Silva

Secretário de Relações Internacionais

Antônio de Lisboa Amâncio Vale

Secretário-Adjunto de Relações Internacionais

Ariovaldo de Camargo

Secretário de Assuntos Jurídicos

Valeir Ertle

Secretária de Combate ao Racismo

Maria Júlia Reis Nogueira

Secretária-Adjunta de Combate ao Racismo

Rosana Sousa Fernandes

Secretário de Comunicação

Roni Anderson Barbosa

Secretário-Adjunto de Comunicação

Admirson Medeiros Ferro Junior (Greg)

Secretário de Cultura

José Celestino Lourenço (Tino)

Secretária-Adjunta de Cultura

Annyeli Damião Nascimento

Secretária de Formação

Rosane Bertotti

Secretária-Adjunta de Formação

Sueli Veiga de Melo

Secretária de Juventude

Edjane Rodrigues

Secretário de Meio Ambiente

Daniel Gaio

Secretária de Mobilização e Relação com Movimentos Sociais

Janeslei Albuquerque

Secretária da Mulher Trabalhadora

Juneia Martins Batista

Secretário de Organização e Política Sindical

Ari Aloraldo do Nascimento

Secretário-Adjunto de Organização e Política Sindical

Eduardo Guterra

Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos

Jandyra Uehara

Secretária de Relações de Trabalho

Maria das Graças Costa

Secretário-Adjunto de Relações Trabalho

Pedro Armengol de Souza

Secretária de Saúde do Trabalhador

Madalena Margarida da Silva

Secretária-Adjunta de Saúde do Trabalhador

Maria de Fátima Veloso Cunha

Diretoras e Diretores Executivos

Ângela Maria de Melo

Cláudio da Silva Gomes

Elisângela dos Santos Araújo

Francisca Trajano dos Santos

Ismael José Cesar
José de Ribamar Barroso
Juliana Salles de Carvalho
Julio Turra Filho
Juvândia Moreira Leite
Mara Feltes
Marcelo Fiorio
Maria Izabel Noronha (Bebel)
Milton dos Santos Rezende
Rogério Pantoja
Virginia Berriel
Vitor Carvalho

Conselho Fiscal – Efetivo

Adriana Maria Antunes
Dulce Rodrigues Sena Mendonça
Francisco Chagas (Chicão)
Jose Mandu Amorim

Conselho Fiscal – Suplentes

Amanda Corcino
Juseleno Anacleto
Nelson Morelli
Raimunda Audinete de Araújo



DEMOCRACIA E SERIEDADE
É NÃO MATAR
TRABALHADORES
COM ASSASSINATO
DE TRABALHADORES
NÃO HÁ DEMOCRACIA

PROMOÇÃO



APOIO



ORGANIZAÇÃO



ISBN 978-85-60207-84-8



9 788560 207848

ISBN 978-85-89210-61-4



9 788589 210614